

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**EDITAL**

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS** da **SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – DECON/SEAP**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

|   |   |
|---|---|
| <b>PREGÃO ELETRÔNICO:</b><br><b>1076/2025</b><br><br><b>(REF. AO PREG-e 1075/2025)</b><br><br><b>TIPO: MAIOR DESCONTO</b> | <b>UASG: 928658</b><br><br>Início da sessão / disputa de lances:<br><b>10 h 00 min do dia 25/05/2026</b><br><br>Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital. |
|---|---|

**1 OBJETO:**

A presente licitação tem por objeto prestação de serviço de **escoramento e manutenção da fachada e das estruturas dos imóveis de propriedade do Estado do Paraná denominados de Ruínas da Rua Barão do Rio Branco em Curitiba**, pelo de período de 300 (trezentos) dias corridos conforme especificações do Termo de Referência.

**2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:**

**2.1** O preço máximo admitido para execução dos serviços é de **R\$ 303.546,80** (trezentos e três mil e quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos), sendo **53,43%** (cinquenta e três vírgula quarenta e três por cento) **referente aos materiais** e **46,57%** (quarenta e seis vírgula cinquenta e sete por cento) **referente à mão de obra**.

**2.1.1.** Os valores que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de julgamento de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) neste Edital serão desclassificados”.

**2.1.1.1.** Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) neste Edital serão desclassificadas.”

**2.1.1.2.** O percentual de desconto a ser oferecido pelas licitantes incidirá automaticamente sobre o preço máximo estabelecido neste instrumento convocatório e representará desconto uniforme na forma linear sobre todos os itens da Planilha Orçamentária de Referência.

**2.1.2** O BDI, que incidirá sobre o somatório dos custos totais de cada item de serviço, poderá ser apresentado à parte, com a proposta, sendo ali necessariamente detalhada sua composição.

**2.1.3** O BDI Referencial utilizado para estabelecer o preço máximo é dado conforme Anexo XII.

**2.1.4** Caso licitante poderá compor sua taxa de BDI com base em fórmula apresentada no Anexo XI.

**2.1.5** Caso o licitante não apresente a composição do BDI, conforme itens 2.1.3 e 2.1.4, considerar-se-á que adotou o BDI Referencial constante do Anexo XII deste Edital.

**2.1.6** Os encargos sociais sobre os custos da mão de obra horistas utilizadas como referência são os constantes da Planilha do Anexo X.

**2.1.7** Os Licitantes deverão obedecer ao critério de julgamento da proposta no sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>, que será o preço total da licitação, não ultrapassando o máximo fixado.

**3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**3.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Gestão/Unidade:** 2702.04128128.014 - Gestão de Administração Geral;

**Fonte de Recursos:** 500 - Recursos de Operações de Crédito;

**Programa de Trabalho:** Programa 12 – Paraná: Gestão Efetiva;

**Elemento de Despesa:** 3390.3916 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**3.2** Os pagamentos referentes aos serviços executados e certificados serão efetuados pela (nome do órgão/entidade que efetuará o pagamento), em conformidade com o disposto no contrato (Anexo I.XVIII).

**3.3** As faturas correspondentes aos serviços a serem executados deverão ser emitidas pelo contratado em nome do órgão do órgão/entidade que efetuará o pagamento.

**4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações <https://www.gov.br/compras/pt-br>

O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>

O edital está disponível na internet, nos sites [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br) e <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro Marlene Guimarães de Sousa e equipe de apoio, designadas pela Resolução SEAP nº 9771/2025, servidores do DECON/SEAP.

- **E-mail:** [decondi5@seap.pr.gov.br](mailto:decondi5@seap.pr.gov.br)

- **Endereço:** Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº – CEP 80.530-140, Curitiba / Paraná

- **O atendimento será feito no horário das 08h30min às 12 h e das 13h30min às 18 h.**

**5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:**

**5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:**

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br) pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:**

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

**5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:**

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema próprio do Portal da Transparência Eletrônico do Paraná (<http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/acesso-a-informacao>), através do Sistema de Informação ao Cidadão.

**6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:**

**6.1** A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

**6.2** A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto nº 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, demais leis estaduais e federais e decretos pertinentes ao objeto da licitação, bem como as suas devidas alterações.

**7 DOCUMENTOS INSTRUTORES DA LICITAÇÃO**

**7.1** Os documentos que instruem esta licitação são os seguintes:

7.1.1. Edital;

7.1.2 Anexos;

7.1.3 Elementos Técnicos Instrutores.

**7.2** Para esta licitação serão usadas as seguintes siglas:

DPE Departamento de Patrimônio do Estado do Paraná

PRED Paraná Edificações

ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas

ART Anotação de Responsabilidade Técnica

CAT Certidão de Acervo Técnico

CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo

CLE Cadastro de Licitantes do Estado (do Paraná)

CLT Consolidação das Leis do Trabalho

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

|        |  |
|--------|--|
| CND    | Certidão Negativa de Débito                          |
| CNPJ   | Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica                 |
| COFINS | Contribuição para Financiamento da Seguridade Social |
| CONAMA | Conselho Nacional do Meio Ambiente                   |
| CONFEA | Conselho Federal de Engenharia e Agronomia           |
| CPF    | Cadastro de Pessoa Física                            |
| CRC    | Conselho Regional de Contabilidade                   |
| CREA   | Conselho Regional de Engenharia e Agronomia          |
| CRF    | Certificado de Regularidade do FGTS                  |
| CSSL   | Contribuição Social sobre o Lucro Líquido            |
| DECON  | Departamento de Logística para Contratações Públicas |
| DRT    | Delegacia Regional do Trabalho                       |
| EPP    | Empresa de Pequeno Porte                             |
| FGTS   | Fundo de Garantia por Tempo de Serviço               |
| FGV    | Fundação Getúlio Vargas                              |
| GCO    | Gerência de Custo e Orçamentos da Paraná Edificações |
| GFIP   | Guia de FGTS e Informações à Previdência             |
| GFS    | Grupo Financeiro Setorial                            |
| GLCC   | Gerência de Licitações, Contratos e Convênios        |
| GMS    | Gestão de Materiais e Serviços (SEAP DEAM)           |
| GPR    | Gerência de Projetos da Paraná Edificações           |
| GRC    | Guia de Recolhimento de Caução                       |
| GRPS   | Guia de Recolhimento da Previdência Social           |
| INSS   | Instituto Nacional de Seguridade Social              |
| IRB    | Instituto de Resseguros do Brasil                    |
| ISS    | Imposto sobre Serviços                               |
| ME     | Microempresa   |
| OS     | Ordem de Serviço                                     |
| PIS    | Programa de Integração Social                        |
| PNCP   | Portal Nacional de Contratações Públicas             |
| PTG    | Protocolo Geral                                      |
| REFIS  | Programa de Recuperação Fiscal                       |
| Outras |  |

**7.3 Definições:**

7.3.1 Para esta licitação serão usadas as definições contidas no art. 6.º da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no art. 2.º do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

**CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO**

**1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO**

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

**2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

**2.1** Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o **valor unitário**, fixado neste Edital.

**2.1.1** Os valores que permanecerem com lances negativos do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), nesta fase, serão desclassificados”.

**2.2.** O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MAIOR DESCONTO**.

**2.3** Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem com lances negativos do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), serão desclassificadas.

**3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:**

O prazo de validade das propostas, que deverão constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**4 VIGÊNCIA:**

**4.1** A vigência do contrato se inicia com a assinatura do contrato e é de 300 (trezentos) dias corridos contados a partir do término do prazo de execução.

**4.2** O prazo de execução do contrato é de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço.

**4.2.1** A presente contratação adotará como regime de execução de Empreitada por Preço Unitário

**4.2.2** O prazo de vigência do contrato é de 300 (trezentos) dias corridos, com base no artigo 106 da Lei n.º Federal 14.133, de 2021. podendo ser prorrogado por interesse das partes, conforme o previsto no art. 107 da mesma Lei.

**5 GARANTIA:**

Será exigida garantia da execução do contrato, na forma da cláusula 12 da Minuta de Contrato (Anexo I.XVIII).

**6 CONSÓRCIO**

**6.1** Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

**7 ANEXOS:**

|               |   |
|---------------|---|
| Anexo I       | Termo de Referência   |
| Anexo I.I     | Declaração de vínculo Profissional  |
| Anexo I.II    | Declaração de Sustentabilidade  |
| Anexo I.III   | Declaração de Localização da Empresa  |
| Anexo I.IV    | Declaração de Nepotismo   |
| Anexo I.V     | Metodologia para definição do custo máximo estimado   |
| Anexo I.VI    | Planilha estimativa de custos – tabelas oficiais  |
| Anexo I.VII   | Cronograma físico financeiro sugerido   |
| Anexo I.VIII  | Modelo cronograma físico  |
| Anexo I.IX    | Anotação de Responsabilidade Técnica - Art Da Elaboração do Orçamento   |
| Anexo I.X     | Documento Cartorial   |
| Anexo I.XI    | Projeto de Escoramento de Fachada – Análises do Estado de Conservação   |
| Anexo I.XII   | Projeto de Escoramento de Fachada – Memorial Descritivo Executivo   |
| Anexo I.XIII  | Projeto de Escoramento de Fachada – Projeto Executivo: Planta, Cortes e Elevações   |
| Anexo I.XIV   | Projeto de Escoramento de Fachada – Memorial Descritivo Estrutural  |
| Anexo I.XV    | Projeto de Escoramento de Fachada – Projeto Estrutural  |
| Anexo I.XVI   | Anotação de Responsabilidade Técnica – Art E Registro de Responsabilidade Técnica – RRT Do Projeto de Escoramento de Fachada              |
| Anexo I.XVII  | Instrumento de Medição de Resultado – IMR   |
| Anexo I.XVIII | Minuta Padrão – Contrato de Serviço de Engenharia - Contrato Administrativo   |
| Anexo II      | Minuta da Ordem de Serviço  |
| Anexo III     | Modelo da Carta Proposta de Preços  |
| Anexo IV      | Modelo da Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte  |
| Anexo V       | Modelo da Declaração de Responsabilidade Técnica  |
| Anexo VI      | Modelo da Declaração de Cumprimento de Exigências Legais e Constitucionais  |
| Anexo VII     | Modelo do Termo de Ciência das Condições Locais (Vistoria)  |
| Anexo VIII    | Modelo da Declaração de Compromisso de Utilização de Produtos e Subprodutos de Madeira e de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil |
| Anexo IX      | Planilha de Encargos Sociais Sobre Custos da Mão de Obra Horista  |
| Anexo X       | Modelo da Planilha para Cálculo do BDI  |
| Anexo XI      | Planilha(s) do BDI Referencial  |
| Anexo XII     | Planilha(s) Orçamentária(s) de Referência   |
| Anexo XIII    | Elemento(s) Técnico(s) Instrutor(es)  |
| Anexo XIV     | Documentos de Habilitação   |



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

Anexo XV Declaração de LGPD

**CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO**

**1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO**

**1.1.** O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**1.2.** O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**1.3.** O (a) pregoeiro (a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**1.4.** Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme instruções que podem ser obtidas na página <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou, ainda, por meio dos telefones descritos no site para Capitais e Regiões Metropolitanas e para demais localidades (suporte técnico).

**1.4.1.** O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br> implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**1.5.** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO**

**2.1** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

**2.2.** Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

**2.3.** Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

**2.3.1.** tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

**2.3.2.** constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

**2.3.3.** tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

**2.3.4** se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

**2.3.5.** mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.3.6.** o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

**2.3.6.1.** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

**2.3.7.** As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**2.4.** A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

**2.5.** Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

**2.6.** O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

### **3. DA VISTORIA**

**3.1** Os licitantes poderão vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento junto ao Departamento de Patrimônio do Estado, pelo telefone (41) 3313-6097, ou pelo e-mail: [patrimoniopde@seap.pr.gov.br](mailto:patrimoniopde@seap.pr.gov.br)

**3.1.1** O agendamento deverá ser feito em até dois dias anteriores à data da abertura da sessão do pregão eletrônico.

**3.1.2** Ainda que os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante no Anexo VII deste Edital.

**3.1.3** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o licitante vencedor assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**3.1.4** Nenhum licitante poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.

### **4 PROPOSTA INICIAL**

**4.1** Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

**4.1.1** o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

**4.1.2** a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**4.2** A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

**4.2.1** A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

**4.3.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**4.4.** O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

### **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1** Percentual de desconto;

**5.1.2** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação contida nos elementos técnicos instrutores: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, quando for o caso.

**5.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

**5.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços de engenharia.

**5.4** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5** O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

**5.6** As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**6.2** O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas nos Elementos Técnicos Instrutores.

**6.2.1** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**6.2.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**6.2.3** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**6.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**6.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

**6.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**6.5.1** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

**6.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**6.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**6.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,01% (zero vírgula zero um por cento).

**6.9** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.10** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.11** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.12** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**6.13** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**6.14** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.15** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.16** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.17** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.18** O Critério de julgamento adotado será o *menor preço (ou maior desconto)*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

**6.19** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.20** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a

7

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**6.21** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.22** A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.23** Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.24** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.25** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.26** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**6.27** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**6.28** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**6.28.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.28.2** O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (dois) dias, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.28.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 6.28.2.

**6.29** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**7.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**7.1.1.** A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

**7.1.2.** A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 01 (um) dia útil, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

**7.1.3** A existência de valores de serviços unitários isolados, na planilha orçamentária do licitante, inferiores aos serviços unitários da planilha orçamentária referencial não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que aqueles valores sejam valores adequados, mantendo-se o valor da proposta.

**7.2** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

8



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

- 7.2.1** não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;
- 7.2.2** contenha vício insanável ou ilegalidade;
- 7.2.3** não apresente as especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores;
- 7.2.4** apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;
- 7.2.4.1** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.3** serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.3.1** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 92 do Decreto n.º 10.086, de 2022, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.4** será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com o previsto na Lei 14.133/2021.
- 7.5** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.6** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 7.7** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 01 (um) dia útil pena de não aceitação da proposta.
- 7.7.1** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.7.2** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas orçamentárias readequadas com o valor final ofertado.
- 7.8** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha orçamentária deverão refletir com fidelidade os custos especificados, a margem de lucro pretendida e as despesas indiretas.
- 7.9** O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com os da planilha orçamentária referencial;
- 7.10** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.11** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.12** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 7.13** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.14** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.15** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 7.16** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

**8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**8.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo XIV), até a data e o horário estabelecidos pelo(a) pregoeiro(a).

9

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

- 8.2** O envio da proposta ocorrerá por meio de sistema eletrônico ou correio eletrônico.
- 8.3** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná - CAUFPR, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 8.4** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.
- 8.5** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 8.6** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
- 8.7** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 8.8** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

**9. DESCRITIVO DA PROPOSTA**

- 9.1** A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.
- 9.1.1** A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.
- 9.1.2** Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.
- 9.2** Para a Proposta de Preços o licitante arrematante, por meio de sistema eletrônico, deverá entregar:
- 9.3** A Carta Proposta de Preços, conforme Anexo III, deverá conter as seguintes informações:
- 9.3.1** Preço total final proposto, cotado em reais, em algarismos e por extenso, com duas casas decimais, e ainda de acordo com o item 8.3 e seus subitens da Minuta do Contrato (Anexo I.XVIII);
- 9.3.2** Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de abertura da licitação;
- 9.3.3** Assinatura do representante legal, identificando-o com o nome e o CPF;
- 9.3.4** Razão Social e CNPJ do licitante;
- 9.3.5** Caso haja divergência entre o valor da proposta numérico e o valor por extenso, prevalecerá este último;
- 9.3.6** No arredondamento do cálculo do preço a ser apresentado na Carta Proposta, deverá ser considerado somente duas casas decimais após a vírgula, desprezando-se as demais.
- 9.4** Considera-se como representante legal qualquer pessoa credenciada pelo licitante, mediante contrato, procuração ou documento equivalente.
- 9.4.1** Observação: cada credenciado poderá representar apenas um licitante.
- 9.5** As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte deverão anexar:
- 9.5.1** A declaração de que o licitante se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não se incluindo nas situações de que trata o artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, conforme Anexo IV.
- 9.5.1.1** A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios instituídos à Microempresa e Empresa de Pequeno Porte caracteriza o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo

10

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

de enquadramento em outras figuras penais, bem como sujeitará a pessoa jurídica à sanção de impedimento de participar de licitações e de ser contratada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública pelo prazo de até cinco anos.

**9.5.2** Certidão Simplificada da Junta Comercial ou documento equivalente com os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações.

**9.5.3** Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução nº 1.418/2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

**9.5.4** Empresas que não se enquadram na definição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, ou ainda, que não desejem usufruir do tratamento diferenciado e favorecido que estabelece a Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, estão dispensadas de apresentar o documento descrito no item acima. A não comprovação da condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, implica participação no pleito sem os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações.

**9.5.5** o licitante deverá entregar o Cronograma Físico-Financeiro, observado o valor proposto, contemplando o prazo de execução previsto no Edital e deverá considerar o preço global da proposta, com etapas definindo o avanço físico mensal e correspondente valor financeiro.

**9.5.5.1** O Cronograma Físico-Financeiro deverá prever parcelas a cada 30 (trinta) dias.

**9.5.5.2** O Cronograma Físico-Financeiro deverá apresentar na última parcela valor não inferior a 11% (onze por cento) do valor global proposto;

**9.5.5.3** O Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela empresa vencedora do certame deverá ser aprovado pelo Órgão Licitante antes da assinatura do contrato;

**9.5.5.4** O Cronograma Físico-Financeiro deverá ser assinado pelo Responsável Técnico do licitante, com menção do seu título profissional e número da Carteira Profissional;

**9.5.5.5** A não apresentação de Cronograma Físico-Financeiro ou com prazo diverso ao exigido no Edital são motivos de desclassificação da proposta do licitante, porém, inconformidades meramente formais do cronograma deverão ser saneadas no momento da assinatura do contrato.

**9.6** A apresentação dos documentos constantes neste item faz prova de que o licitante arrematante:

**9.6.1** Tomou conhecimento de todas as informações, elementos técnicos instrutores e das condições locais para o cumprimento do objeto da licitação;

**9.6.2** Aceitou os termos deste Edital;

**9.6.3** Sendo vencedora da licitação assumirá integral responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços a serem contratados.

**9.7** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**9.8** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**9.9.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**9.10** As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

**9.11** Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

## **10. OS RECURSOS**

**10.1** Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

**10.1.1** As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**10.1.2** Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**10.2** A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

**10.3** As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

**10.4** No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema próprio do Portal da Transparência Eletrônico do Paraná (<http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/acesso-a-informacao>), através do Sistema de Informação ao Cidadão.

**10.5** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## **11. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**11.1** Examinada a aceitabilidade da proposta e a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

**11.2** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

## **12. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

**12.1** O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

**12.2** Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**12.3** Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual nº 18.466, de 2015.

**12.4** O adjudicatário deverá, antes da assinatura do contrato, apresentar Planilha Orçamentária para aprovação do Órgão Licitante.

**12.5** O adjudicatário deverá assinar o Contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da convocação, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa idônea aprovado pelo órgão licitante, contados a partir do recebimento do aviso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**12.6** Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 12.2 e 12.3 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e do Decreto n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

**12.7** A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

**12.8** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 12.6, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**12.9** A Ordem de Serviço deverá ser assinada pelo contratado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias após a convocação pelo Órgão Licitante, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa idônea aprovado pelo órgão licitante.

**12.10** No ato da assinatura, a contratada fica obrigada a apresentar:

12



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**12.10.1** Comprovação das condições de habilitação do Edital, conforme Anexo XIV, as quais deverão ser mantidas durante a vigência do contrato.

**12.10.2** A certidão de registro com visto do CREA-PR e/ou CAU-PR, de acordo com o regulamento do respectivo conselho de classe, da Lei Federal n.º 5.194/1966, da Lei Federal n.º 12.378/2010.

**12.11** Os serviços licitados serão liberados para execução mediante Ordem de Serviço, subordinando-se às condições estabelecidas no contrato a ser firmado entre as partes, devendo a referida Ordem de Serviço ser assinada pelo representante legal do Contratado.

**12.12** O Contratado deverá comprovar o vínculo jurídico de toda a equipe técnica por meio da apresentação de documentos (ou fotocópias autenticadas na forma da Lei), conforme Anexo V do presente Edital.

**12.13** Os profissionais indicados pelo Licitante deverão participar dos serviços objeto desta licitação, de acordo com o disposto no § 6.º do artigo 67 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e atos normativos dos respectivos conselhos profissionais.

**12.14** O contratado deverá apresentar a ART do CREA e/ou o RRT do CAU, acompanhadas do comprovante de pagamento do referido documento até a data da assinatura do Contrato.

**12.14.1** Deverá ser registrada a ART e/ou o RRT, conforme preceitua a legislação vigente, em nome do Responsável Técnico constante da Declaração de Responsabilidade Técnica, indicado conforme Anexo V.

**12.14.2** Caso os Profissionais indicados no Anexo VI sejam corresponsáveis, o contratado deverá providenciar as ARTs e/ou RRTs Complementares para os Profissionais, instituindo a corresponsabilidade técnica na execução dos serviços. As ARTs e/ou RRTs deverão corresponder às atividades que serão exercidas pelos profissionais, limitadas ao respectivo grau de responsabilidade.

**12.15** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

**12.16** A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

**12.17** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{I}{(TX)} = \frac{I}{\frac{(6/100)}{365}} = I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**12.18** Antes de cada pagamento, o contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

### **13. SUBCONTRATAÇÃO**

**13.1** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **14 ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**14.1** É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

**14.2** A alteração subjetiva a que se refere o item 14.1 deverá ser formalizada por Termo Aditivo ao Contrato.

**15 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**15.2** A multa de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, será aplicada a quem:

- a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório;
- b) não mantiver sua proposta;
- c) apresentar declaração falsa;
- d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento.
- e) apresentar documento falso;
- f) de forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;
- g) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

**15.3** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**15.4** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**15.5** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto n.º 11.953, de 2018.

**15.6** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**15.7.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contrato.

**15.7.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**15.8** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**15.9** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**15.10** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**15.11** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,.

**15.12** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**15.13** As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**16 DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

**16.2** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**16.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**16.4** O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

**16.5** A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

**16.6** Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

**16.7** Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 4 das Condições Gerais do Pregão. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

**16.8** O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

**16.9** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**16.10** O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 05 de maio de 2026

Jhonatan Fioravante  
**Chefe de Divisão de Licitação - SEAP/DECON/DL**

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

|              |  |
|--------------|--|
| Protocolo Nº | 23.590.574-4   |
| Assunto:     | Contratação de Serviços para Conservação das fachadas e demais estruturas dos imóveis “Ruínas da Rua Barão do Rio Branco”. |
| Data:        | 05/05/2026   |

|                            |  |
|----------------------------|--|
| <b>Órgão Requisitante:</b> | Secretaria da Administração e da Previdência – SEAP          |
|                            | Departamento de Patrimônio do Estado – DPE                   |
|                            | Divisão de Cadastro, Regularização e Avaliação de Bens – DRA |

|                                     |           |  |
|-------------------------------------|-----------|--|
| <b>Responsável pela Elaboração:</b> | Nome:     | Karollyne de Abreu Ternoski  |
|                                     | CPF:      | 074.304.659-51   |
|                                     | Cargo:    | Agente Profissional – Engenheira Civil                                 |
|                                     | E-mail:   | <a href="mailto:kternoski@seap.pr.gov.br">kternoski@seap.pr.gov.br</a> |
|                                     | Telefone: | (41) 3313-6019   |

|                                     |           |  |
|-------------------------------------|-----------|--|
| <b>Responsável pela Elaboração:</b> | Nome:     | Altair Freire  |
|                                     | CPF:      | 568.636.409-53   |
|                                     | Cargo:    | Chefe da Divisão de Cadastro, Regularização e Avaliação - DRA      |
|                                     | E-mail:   | <a href="mailto:altairf@seap.pr.gov.br">altairf@seap.pr.gov.br</a> |
|                                     | Telefone: | (41) 3313-6004   |

|                                    |           |  |
|------------------------------------|-----------|--|
| <b>Responsável pela Aprovação:</b> | Nome:     | Felipe Carvalho Guilhermette   |
|                                    | CPF:      | 118.867.316-59   |
|                                    | Cargo:    | Chefe do Departamento de Patrimônio do Estado                        |
|                                    | E-mail:   | <a href="mailto:felipecg@seap.pr.gov.br">felipecg@seap.pr.gov.br</a> |
|                                    | Telefone: | (41) 3313-6099   |



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**SUMÁRIO**

|        |  |   |
|--------|--|---|
| 1.     | OBJETO.....  |   |
| 1.1.   | DESCRIÇÃO DO OBJETO.....   |   |
| 1.2.   | ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....                                     |   |
| 1.2.1. | Localização.....   |   |
| 1.2.2. | Descrição do serviço.....  | 1 |
| 1.3.   | DA PADRONIZAÇÃO.....   |   |
| 1.4.   | DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO.....                                      |   |
| 1.5.   | PESSOAL NECESSÁRIO E COMPETÊNCIAS À REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS..... |   |
| 2.     | DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.....               |   |
| 2.1.   | JUSTIFICATIVA.....   |   |
| 2.2.   | OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO.....                                    |   |
| 2.2.1. | Objetivo Geral.....  |   |
| 2.2.2. | Objetivos Específicos.....                                       |   |
| 3.     | DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO.....  |   |
| 3.1.   | REGIME DE EXECUÇÃO.....  |   |
| 3.2.   | MODALIDADE E REGIME DA LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....   |   |
| 4.     | PESQUISA DE PREÇOS.....  |   |
| 5.     | PARCELAMENTO DO OBJETO.....                                      |   |
| 6.     | SUSTENTABILIDADE.....  |   |
| 7.     | CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.....    |   |
| 8.     | CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMO COMUNS.....                      |   |
| 9.     | REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....                                   |   |
| 10.    | OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE.....                   |   |
| 10.1.  | SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:.....                               |   |
| 10.2.  | OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.....                                   |   |
| 11.    | GARANTIA DA EXECUÇÃO.....  |   |
| 12.    | FORMA DE PAGAMENTO.....  |   |
| 13.    | DO REAJUSTAMENTO.....  |   |
| 14.    | REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.....                                   |   |
| 15.    | ALTERAÇÃO SUBJETIVA.....   |   |
| 16.    | CONTROLE DA EXECUÇÃO.....  |   |
| 17.    | DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO.....        |   |
| 17.1.  | MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS.....  |   |
| 17.2.  | INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR.....                   |   |

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

|     |   |
|-----|---|
| 18. | SUBCONTRATAÇÃO .....  |
| 19. | VISTORIA .....  |
| 20. | DOS DOCUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS .....  |
| 21. | SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....   |
| 22. | DECRETO ESTADUAL Nº 10.086, de 2022 .....   |
|     | ANEXOS.....   |
|     | ANEXO I.I – DECLARAÇÃO DE VÍNCULO PROFISSIONAL.....   |
|     | ANEXO I.II – DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE.....  |
|     | ANEXO I.III – DECLARAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DA EMPRESA .....  |
|     | ANEXO I.IV – DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO .....  |
|     | ANEXO I.V – METODOLOGIA PARA DEFINIÇÃO DO CUSTO MÁXIMO ESTIMADO .....   |
|     | ANEXO I.VI – PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS – TABELAS OFICIAIS .....   |
|     | ANEXO I.VII – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO SUGERIDO.....  |
|     | ANEXO I.VIII – MODELO CRONOGRAMA FÍSICO .....   |
|     | ANEXO I.IX – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART DA ELABORAÇÃO DO<br>ORÇAMENTO .....   |
|     | ANEXO I.X – DOCUMENTO CARTORIAL .....   |
|     | ANEXO I.XI – PROJETO DE ESCORAMENTO DE FACHADA – ANÁLISES DO ESTADO DE<br>CONSERVAÇÃO.....  |
|     | ANEXO I.XII – PROJETO DE ESCORAMENTO DE FACHADA – MEMORIAL DESCRITIVO<br>EXECUTIVO.....   |
|     | ANEXO I.XIII – PROJETO DE ESCORAMENTO DE FACHADA – PROJETO EXECUTIVO: PLANTA,<br>CORTES E ELEVAÇÕES .....   |
|     | ANEXO I.XIV – PROJETO DE ESCORAMENTO DE FACHADA – MEMORIAL DESCRITIVO<br>ESTRUTURAL.....  |
|     | ANEXO I.XV – PROJETO DE ESCORAMENTO DE FACHADA – PROJETO ESTURURAL.....   |
|     | ANEXO I.XVI – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART E REGISTRO DE<br>RESPONSABILIDADE TÉCNICA – RRT DO PROJETO DE ESCORAMENTO DE FACHADA ..... |
|     | ANEXO I.XVII – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR .....  |
|     | ANEXO IXVIII - MINUTA PADRÃO - CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA - CONTRATO<br>ADMINISTRATIVO.....  |

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**OBJETO**

**1.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

**1.1.1.** Prestação de serviço de escoramento e manutenção da fachada e das estruturas dos imóveis de propriedade do Estado do Paraná denominados de Ruínas da Rua Barão do Rio Branco em Curitiba, conforme especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

| Item | Descrição do objeto  | Quantidade | Valor unitário | Valor total    |
|------|--|------------|----------------|----------------|
| 1    | GMS: 0802.24086<br>Serviços de Reforma e Manutenção em Edifícios, UNID. DE MEDIDA: Unitário, | 1          | R\$ 303.546,80 | R\$ 303.546,80 |

**1.1.2.** Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima

**1.1.3.** A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

**1.1.4.** O prazo de vigência do contrato é **de 300 (trezentos) dias corridos**, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021

**1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**1.2.1. Localização**

**1.2.1.1.** Os imóveis estão situados na Rua Barão do Rio Branco, n.º 172 e n.º 182, CEP 80010-180, Centro, Curitiba – PR, e cadastrados na Prefeitura Municipal de Curitiba sob as indicações fiscais n.º 12.046.015 e n.º 12.046.016, e registrados nas Matrículas nº 50.782 e nº 50.783, da 4ª Circunscrição de Registro de Imóveis de Curitiba, em nome do Estado do Paraná.

**1.2.1.2.** O serviço deve ser realizado no referido endereço dos imóveis. O transporte e equipamentos necessários deverão ocorrer sob às expensas do prestador de serviço e deve, obrigatoriamente, compor o orçamento fornecido.



Fonte: Google EARTH

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**1.2.2. Descrição do serviço**

A prestação de serviços abrange os escoramentos e as manutenções das fachadas e das estruturas dos imóveis, conforme necessidade identificada pela Fiscalização e Segurança de Edificações (COSEDI/PMC), no ano de 2021. Além das intervenções necessárias apontadas pela COSEDI, o escopo desta contratação inclui a consolidação da fachada com risco de queda, mediante o escoramento das paredes, a remoção de materiais soltos, como alvenaria e reboco e vidros, e realização de reparos estruturais voltados à garantia da segurança dos pedestres. Estão igualmente previstas a pintura das fachadas, o tratamento de fissuras nas paredes de divisa com o imóvel lindeiro, o travamento de duas vigas da estrutura da cobertura metálica, a limpeza do terreno e o fechamento de vãos de esquadrias com tapume metálico. O serviço será realizado com foco nas seguintes características técnicas:

**Manutenção e Escoramento da Fachada, Estrutura e Paredes de Vedação:**

- Avaliação e reforço estrutural das paredes de vedação e estruturas comprometidas, incluindo o escoramento necessário para garantir a estabilidade da fachada;
- Remoção de elementos soltos, tais como vidros, rebocos e alvenarias, que representem riscos à segurança ou comprometam a integridade estrutural;
- Reparo de fissuras, trincas e danos nas paredes de vedação e na estrutura, utilizando materiais adequados para garantir a durabilidade e resistência;
- Execução de pintura nas paredes de vedação e na fachada, com aplicação de tintas apropriadas para proteção contra intempéries e manutenção da estética, utilizando as cores especificadas em projeto ou, na ausência destas, cores equivalentes às existentes, cuja definição deverá ser previamente validada pela Comissão de Fiscalização.
- Utilização de técnicas e materiais compatíveis com a preservação do patrimônio histórico e cultural, seguindo as diretrizes de órgãos competentes.

**Impermeabilização de fissuras e Trincas da Parede Vizinha e travamento de Vigas da Cobertura:**

- Tratamento das fissuras e trincas nas paredes de divisa com o imóvel localizado à direita de quem da rua olha o imóvel estadual;
- Preenchimento dos buracos existentes nas paredes com alvenaria;
- Impermeabilização das trincas e fissuras com produtos apropriados, a fim de impedir a passagem de água para o imóvel vizinho;
- Travamento com perfil metálico de duas vigas da estrutura metálica da cobertura, a fim de impedir a progressão da trinca existente na parede vizinha.

Os serviços devem, sempre que possível, seguir os processos construtivos tradicionais, garantindo a preservação das características originais dos imóveis. A conservação dos elementos originais e das partes autênticas deve ser priorizada. Qualquer alteração ou complementação dos serviços previstos deverá ser previamente validada pela Comissão de Fiscalização. A implementação dessas medidas visa assegurar a estabilidade das construções, a segurança pública e a conservação do patrimônio histórico.

As quantidades, dimensões e demais detalhes específicos para a execução dos serviços foram definidos por meio de levantamento técnico *in loco*, considerando as necessidades estruturais e de preservação do patrimônio histórico.

Encontram-se anexados a este Termo de Referência os levantamentos da edificação, o projeto estrutural, o projeto executivo, o diagnóstico da edificação, bem como seus respectivos memoriais descritivos e laudos, os quais servirão de base técnica para a elaboração do presente Termo de Referência. Ressalta-se que a execução dos serviços deverá obedecer, obrigatoriamente, às especificações estabelecidas neste Termo de Referência, sendo os anexos citados considerados exclusivamente como material de referência e apoio técnico.

Destaca-se, ainda, que a planilha orçamentária completa, com estimativas de preços fundamentadas na tabela SINAPI 2024, está incluída no ANEXO I.

Na tabela abaixo estão definidos todos os serviços com as suas respectivas quantidades a serem executadas nos imóveis:



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

| ITEM     | CÓDIGO DO SERVIÇO | DESCRIÇÃO DO SERVIÇO   | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE |
|----------|-------------------|--|-------------------|------------|
| <b>1</b> |                   | <b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>   |                   |            |
| 1.1      | 90780             | MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES  | H                 | 160,00     |
| 1.2      | 90769             | ARQUITETO DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES  | H                 | 80,00      |
| <b>2</b> |                   | <b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>   |                   |            |
| 2.1      | 103689            | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS | M2                | 4,50       |
| 2.2      | 98459             | TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_03/2024  | M2                | 77,00      |
| 2.3      | COMP 002          | LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITÁRIO, PARA ESCRITÓRIO,                     | MÊS               | 4,00       |
| 2.4      | COMP 021          | ANDAIME METÁLICO FACHADEIRO - LOCAÇÃO MENSAL, MONTAGEM E DESMONTAGEM                                   | M2XMÊS            | 672,00     |
| 2.5      | COMP 022          | TELA PARA PROTEÇÃO DE OBRAS  | M2                | 375,00     |
| 2.6      | COMP 028          | INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, TRIFÁSICA, EXCLUSIVE FORNECIMENTO DO                 | UN                | 1,00       |
| 2.7      | COMP 009          | LIGAÇÃO DE ÁGUA PROVISÓRIA PARA CANTEIRO, INCLUSIVE HIDRÔMETRO E CAVALETE PARA MEDIÇÃO                 | UN                | 1,00       |
| 2.8      | 102622            | CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO, 500 LITROS (INCLUSOS TUBOS, CONEXÕES E TORNEIRA DE BÓIA) -                | UN                | 1,00       |
| 2.9      | 99814             | LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019   | M2                | 750,00     |
| 2.10     | 98524             | LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF_03/2024  | M2                | 840,00     |
| 2.11     | COMP 005          | REMOÇÃO DE ELEMENTOS ESTRANHOS DA FACHADA (INST. ELÉTRICAS, CONDUTORES PLUVIAIS, RUFOS,                | UN                | 17,00      |
| 2.12     | COMP 006          | REMOÇÃO DE CAIBROS E TODO MADEIRAMENTO ENGASTADOS NA ALVENARIA, SEM                                    | CJ                | 10,00      |
| 2.13     | COMP 007          | REMOÇÃO DO ESCORAMENTO ANTIGO COMPOSTO POR CABOS DE AÇO, SEM REAPROVEITAMENTO                          | UN                | 6,00       |
| 2.14     | COMP 008          | REMOÇÃO DE EXAUSTORES SEM REAPROVEITAMENTO   | UN                | 2,00       |
| 2.15     | 100981            | CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM                           | M3                | 18,00      |
| 2.16     | 97914             | TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM                   | M3XKM             | 270,00     |
| <b>3</b> |                   | <b>ESCORAMENTO DA FACHADA</b>  |                   |            |
| 3.1      | 94965             | CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) -               | M3                | 0,50       |
| 3.2      | 103670            | LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS.                      | M3                | 0,60       |
| 3.3      | 89993             | GRAUTEAMENTO VERTICAL EM ALVENARIA ESTRUTURAL. AF_09/2021  | M3                | 0,10       |
| 3.4      | 96531             | FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA BLOCO DE COROAMENTO, EM MADEIRA                       | M2                | 3,00       |
| 3.5      | COMP 003          | FURAÇÃO CUIDADOSA EM ALVENARIA, DIÂMETRO 20MM E PREENCHIMENTO COM GRAUTE PARA                          | UN                | 24,00      |
| 3.6      | COMP 004          | ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO ESTRUTURAL EM TUBOS, CHAPAS E PERFIS DOBRADOS, INCLUINDO A                   | KG                | 2.282,00   |
| <b>4</b> |                   | <b>REPAROS E REVESTIMENTOS</b>   |                   |            |
| 4.1      | COMP 010          | COSTURA EM TRINCAS (ESCAREAMENTO, FURAÇÃO PARA GRAMPEAMENTO DIÂMETRO 6,3MM A CADA                      | M                 | 1,50       |
| 4.2      | COMP 011          | REEMBRECHAMENTO DE ALVENARIAS  | M2                | 20,00      |
| 4.3      | COMP 012          | FECHAMENTO DE ABERTURAS DOS EXAUSTORES (ALVENARIA, CHAPISCO, EMBOÇO E REBOCO)                          | M2                | 1,00       |
| 4.4      | 87899             | CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE                      | M2                | 198,00     |
| 4.5      | COMP 013          | RESTAURAÇÃO CUIDADOSA DE EMBOÇO E REBOCO   | M2                | 198,00     |
| 4.6      | COMP 014          | RECOMPOSIÇÃO DE FRISOS FALTANTES (ARGAMASSA E GESSO)   | M                 | 10,00      |
| 4.7      | COMP 015          | RESTAURAÇÃO DE FRISOS EXISTENTES   | M                 | 35,00      |
| 4.8      | COMP 016          | RECOMPOSIÇÃO DE CIMALHAS DE MADEIRA  | M                 | 2,00       |
| 4.9      | COMP 017          | FECHAMENTO DE ABERTURAS DOS CAIBROS NAS FACHADAS   | CJ                | 10,00      |
| 4.10     | COMP 025          | RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 26, CORTE DE 50 CM   | M                 | 15,50      |
| 4.11     | COMP 018          | GRADIL TELA ELETROSOLDADO (H=3,00M) FECHAMENTO COM TELA MALHA 5X5CM, AFASTADO 15CM DA                  | M                 | 30,00      |
| <b>5</b> |                   | <b>PINTURA</b>   |                   |            |
| 5.1      | COMP 026          | REMOÇÃO DE PINTURA LÁTEX (RASPAGEM E/OU LIXAMENTO E/OU ESCOVAÇÃO)                                      | M2                | 990,82     |
| 5.2      | 88485             | FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023                              | M2                | 990,82     |
| 5.3      | 96126             | APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, DE                        | M2                | 990,82     |
| 5.4      | 95622             | APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PANOS COM PRESENÇA DE VÃOS DE EDIFÍCIOS DE                 | M2                | 990,82     |
| 5.5      | COMP 027          | PINTURA DE PROTEÇÃO SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS COM APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE GALVITE                   | M2                | 130,36     |
| <b>6</b> |                   | <b>TRATAMENTO PAREDE DE DIVISA E TRAVAMENTO VIGAS DA COBERTURA</b>                                     |                   |            |
| 6.1      | 99814             | LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019   | M2                | 336,00     |
| 6.2      | COMP 011          | REEMBRECHAMENTO DE ALVENARIAS  | M2                | 15,00      |
| 6.3      | COMP 010          | COSTURA EM TRINCAS (ESCAREAMENTO, FURAÇÃO PARA GRAMPEAMENTO DIÂMETRO 6,3MM A CADA                      | M                 | 15,00      |
| 6.4      | 98555             | IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA, 3                        | M2                | 8,40       |
| 6.5      | COMP 029          | VIGA METÁLICA EM PERFIL LAMINADO OU SOLDADO EM AÇO ESTRUTURAL, COM CONEXÕES                            | KG                | 74,55      |
| <b>7</b> |                   | <b>DEMAIS SERVIÇOS</b>   |                   |            |
| 7.1      | COMP 019          | LIMPEZA FINAL DA OBRA  | M2                | 360,00     |

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

Quando houver a necessidade de substituição dos elementos existentes, os materiais removidos deverão ser encaminhados a uma empresa especializada em reciclagem, garantido sua destinação ambientalmente adequada.

A empresa contratada será responsável por assegurar a continuidade do funcionamento das áreas afetadas durante todo o processo de substituição do sistema. O adjudicatário terá a prerrogativa de definir o método mais adequado para viabilizar essa continuidade, desde que nenhuma medida adotada comprometa, de qualquer forma, a integridade da edificação objeto da intervenção.

### **1.3. DA PADRONIZAÇÃO**

Tendo em vista as características do objeto, cujo escopo não se trata da entrega de um equipamento, um material, uma máquina ou uma edificação, ou seja, é um produto que consiste na execução de um serviço de reparos em uma edificação, não cabe o emprego do princípio da padronização. Todavia, para a execução dos serviços de escoramento das fachadas, existe um projeto que deve ser seguido à risca.

### **1.4. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

O produto da contratação é a execução de serviços de escoramento, conservação e manutenção das fachadas e demais estruturas dos imóveis e a limpeza dos terrenos situados na Rua Barão do Rio Branco n.º 172 e n.º 182 e pertencentes ao Estado do Paraná.

O planejamento da sequência dos serviços é essencial antes do início da obra, a fim de evitar atrasos e desperdícios. O processo deve seguir uma ordem estruturada, evitando a abertura de múltiplas frentes de trabalho que possam comprometer a segurança e a integridade das edificações. Além disso, é necessário adotar medidas específicas para garantir os resultados esperados com a intervenção.

Para a recuperação da fachada e escoramento, houve uma etapa inicial mediante a contratação de serviços especializados em engenharia e arquitetura para a elaboração dos projetos técnicos de escoramento. Esses projetos, elaborados em 2014, encontram-se concluídos e foram devidamente considerados na composição da planilha de serviços que subsidia a presente contratação.

Ainda que tenham sido elaborados há mais de uma década, os projetos permanecem plenamente adequados às condições do imóvel e às necessidades atuais de intervenção. Isso se deve ao fato de que a estrutura e a configuração física do bem não sofreram alterações significativas desde a elaboração original, mantendo-se preservados os elementos construtivos que fundamentaram os cálculos e definições técnicas. Ademais, a natureza do objeto não exige atualização tecnológica complexa ou revisão normativa substancial, o que confere validade e aplicabilidade contínua às soluções previamente propostas.

Portanto, os projetos de 2014 mantêm-se como referência técnica segura e eficaz para orientar a execução dos serviços de recuperação, dispensando a necessidade de retrabalho ou de novos estudos preliminares, assegurando economicidade, eficiência e observância às práticas de engenharia e arquitetura compatíveis com o escopo da intervenção.

Esses projetos contemplam:

- Diagnóstico detalhado do estado das edificações, com identificação dos principais danos e riscos estruturais;
- Análise técnica das condições estruturais, determinando as necessidades específicas de escoramento e reparo;
- Desenvolvimento de um plano detalhado de escoramento, visando consolidar a fachada e garantir a integridade das estruturas; e
- Elaboração dos projetos de escoramento e manutenção estrutural, incluindo todos os componentes necessários para a segurança e preservação das edificações.

Para a execução das intervenções necessárias, deve-se observar:

- Escoramento das fachadas, conforme especificado no Projeto Estrutural;
- Impermeabilizações em paredes de divisa;

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

- Reparos na alvenaria com o preenchimento dos vazios das fachadas e das paredes periféricas com tijolos maciços de tamanho similar aos originais. Em casos de trincas mais largas e frestas onde não seja possível a inserção dos tijolos, será aplicada argamassa de assentamento.
- Limpeza das paredes e revestimentos através de hidrojato de baixa pressão, água, sabão neutro, escovas e espátulas. Nas áreas com sujeira intensa, utilizar hipoclorito, e este procedimento deve ser previamente testado em uma pequena área para evitar danos. Em superfícies frágeis, a limpeza deve ser feita manualmente;
- Remoção cuidadosamente de reboco solto, sem comprometer os tijolos, especialmente nas áreas com efflorescências;
- Remoção manual da vegetação sobre as alvenarias, com o objetivo de minimizar danos;
- Recuperação dos Elementos artísticos e frisos;
- Recuperação da cimalha de madeira da edificação n.º 182 mantendo as características originais;
- Substituição do rufo metálico que recobre a cimalha;
- Instalação de travamento de estrutura metálica da cobertura com o emprego de perfil metálico nas proximidades da parede de divisa;
- Pintura das fachadas, superfícies de madeiras e metálicos;
- Limpeza total do terreno, mediante a capina de vegetação rasteira e a retirada de entulhos.

Os serviços devem, sempre que possível, seguir os processos construtivos tradicionais, garantindo a preservação das características originais dos imóveis.

A implementação dessas medidas busca garantir a estabilidade das construções, a segurança pública e a conservação do patrimônio histórico

Todas as atividades previstas, bem como quaisquer alterações ou complementações nos serviços especificados, deverão ser previamente validadas pela fiscalização responsável.

As quantidades, dimensões e diretrizes para a execução dos serviços estão indicadas nos projetos e na planilha sintética com os quantitativos dos serviços anexado a este Termo de Referência.

A manutenção, substituição, entrega dos materiais e execução dos serviços tratados neste Termo de Referência deverão ser realizadas nos imóveis situados na Rua Barão do Rio Branco n.º 172 e n.º 182, CEP 82590-300, Centro, Curitiba – PR.

Todo o agendamento prévio para a realização das atividades deve ser feito junto ao setor responsável, abaixo discriminado:

**Responsável:** Departamento de Patrimônio do Estado do Paraná – DPE

**Telefone:** (41) 3313-6097

**E-mail:** patrimoniodpe@seap.pr.gov.br

### **1.5. PESSOAL NECESSÁRIO E COMPETÊNCIAS À REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Para a execução dos serviços será necessário o acompanhamento de profissional da área de Arquitetura, devidamente habilitado junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), com experiência comprovada em conservação de edificações de valor histórico e cultural.

Esse profissional deverá acompanhar os seguintes serviços:

- Supervisão da execução dos serviços de conservação das fachadas e elementos arquitetônicos existentes;
- Acompanhamento técnico das intervenções em alvenarias, recomposição de rebocos, elementos de vedação;
- Avaliação em campo da adequação dos materiais e métodos utilizados, garantindo a conformidade com o projeto executivo e com as técnicas compatíveis com a edificação;
- Monitoramento das atividades de escoramento e consolidação de elementos construtivos instáveis;
- Verificação da correta execução dos serviços conforme as normas técnicas vigentes e diretrizes de conservação aplicáveis a bens de interesse cultural;
- O profissional em questão deverá manter contato constante com a equipe de fiscalização, a fim de validar as intervenções nas edificações.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

Não será exigida a participação de engenheiro civil como responsável técnico, uma vez que as atividades previstas estão concentradas em serviços de conservação arquitetônica e escoramento temporário de fachadas em alvenaria.

Ressalte-se que o objeto da contratação não abrange a execução de novas estruturas, fundações, cálculos estruturais de grande porte ou demais serviços característicos da engenharia civil, mas sim intervenções compatíveis com a prática profissional do arquiteto, nos termos da Resolução nº 51/2013 do CAU/BR, a qual dispõe sobre as áreas de atuação dos arquitetos e urbanistas no exercício profissional da Arquitetura e Urbanismo no Brasil.

## **2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1. JUSTIFICATIVA**

Os imóveis situados na Rua Barão do Rio Branco, n.º 172 e n.º 182, em Curitiba - PR, de propriedade do Estado do Paraná, estão localizados no Setor Histórico de Curitiba, pertencente ao Eixo Barão - Riachuelo, e são cadastrados na Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) como Unidades de Interesse de Preservação (UIP's).

O terreno possui uma área total de 1.025,92 m². Sua localização estratégica no centro da cidade garante fácil acesso a comércios, serviços, transporte público e pontos turísticos, tornando-se um ativo de grande relevância para projetos culturais, institucionais ou mistos.

As fachadas dos imóveis refletem a riqueza arquitetônica e o valor cultural do local, apresentam elementos históricos que remetem ao período de sua construção, característico do final do século XIX e início do século XX, e destacam-se pela presença de ornamentações originais. São notáveis os arcos nas janelas do piso superior, molduras decorativas e detalhes em relevo, vãos de portas e janelas amplos, além de detalhes construtivos que evidenciam a importância histórica do conjunto.

Esses imóveis sediaram o Departamento da Polícia Civil por 59 anos, de 1947 até 2006, quando o órgão desocupou o espaço para dar início aos procedimentos de restauro do bem acautelado. No entanto, em 2008, um incêndio atingiu as edificações, consumindo todas as suas estruturas internas e deixando-as em ruínas. As únicas partes não atingidas pelo fogo foram as estruturas metálicas, as vedações em alvenaria e as esquadrias de madeira das fachadas.

Em 2014, por meio da extinta Paraná Edificações, foi protocolado um projeto de escoramento e consolidação das fachadas dos imóveis, com despesas ordenadas à Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP). Contudo, após diversos trâmites, ajustes técnicos e atualizações das planilhas orçamentárias para a realização do projeto, a SESP arquivou o protocolo em 2022, alegando que os imóveis não estavam mais vinculados à Secretaria.

A Prefeitura Municipal de Curitiba, por meio dos ofícios nº 058/2021 – UFI (Ref. Processo nº 34-008068/2021) e nº 059/2021 – UFI (Ref. Processo nº 34-008069/2021), manifestou preocupação quanto à falta de conservação dos imóveis, solicitando providências para a realização de obras necessárias à restauração das edificações.

Ainda em 2021, a Coordenadoria de Segurança de Edificações e Imóveis (COSEDI) realizou uma vistoria in loco, emitindo o parecer técnico nº 01-015993/2011, no qual notificou o Estado do Paraná a executar o escoramento das paredes para consolidação das fachadas, a remoção de materiais e a adoção de todas as medidas necessárias para garantir a estabilidade estrutural dos imóveis e a segurança dos pedestres.

Em meados do ano de 2024, o MPPR, por meio da PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE, encaminhou os Ofícios n.º 0646/2024-PJMA, de 20/05/2024 e n.º 1042/2024-PJMA, de 01/08/2024, cujos teores tratavam do **Processo Administrativo n.º MPPR-0046.22.164979-4**, o qual se referia à realização de medidas emergenciais para reparar os imóveis com vistas à segurança dos pedestres e à proteção do patrimônio cultural.

Ao longo dos anos de desocupação, o Departamento de Patrimônio do Estado do Paraná (DPE/SEAP) buscou alternativas para alienar ou ocupar os imóveis, porém, devido à necessidade de restauração, tais iniciativas não tiveram efetividade.

Diante desse cenário, é fundamental a contratação de uma empresa do ramo de serviços de engenharia para executar intervenções emergenciais que garantam a estabilidade estrutural das edificações e a segurança dos pedestres.

24

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para contratação de serviços de engenharia – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: Fevereiro/2025



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

Esses imóveis, apesar do desgaste causado pelo tempo e pelo abandono, possuem um grande potencial para restauração e revitalização. Sua recuperação permitirá a reintegração ao cenário urbano de Curitiba, preservando sua importância histórica e possibilitando novos usos de interesse público ou cultural. Além de contribuir para a conservação do patrimônio arquitetônico da cidade, a requalificação dessas edificações garantirá sua permanência para as futuras gerações, fortalecendo a identidade e a memória histórica do local

## **2.2. OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO**

### **2.2.1. Objetivo Geral**

Promover a execução de serviços de escoramento, conservação e manutenção das fachadas e demais estruturas dos imóveis pertencentes ao Estado do Paraná denominados de Ruínas da Rua Barão do Rio Branco em Curitiba e localizados na Rua Barão do Rio Branco n.º 172 e n.º 182, abrangendo os custos associados ao fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários para a plena realização das atividades.

### **2.2.2. Objetivos Específicos**

Contratação de empresa especializada para execução de serviços de escoramento, manutenção e conservação das fachadas e demais estruturas dos imóveis pertencentes ao Estado do Paraná, mediante o desenvolvimento das seguintes atividades:

- Reforço estrutural (escoramento): conforme projeto técnico anexado, assegurando a estabilidade e a segurança da edificação durante a execução das intervenções.
- Remoção de elementos em risco: identificação e remoção segura de componentes instáveis, tais como vidros e alvenarias, que possam representar perigo à integridade da edificação ou à segurança pública;
- Reparo de patologias estruturais: tratamento de fissuras, trincas e demais anomalias construtivas, por meio da aplicação de materiais que garantam a durabilidade e funcionalidade da estrutura;
- Proteção e acabamento das fachadas: aplicação de revestimentos e pintura com produtos específicos para resistência a intempéries, visando a preservação estética e estrutural das edificações.
- Preservação do patrimônio histórico e cultural: emprego de técnicas e materiais compatíveis com a manutenção de edificações, em conformidade com as normas técnicas brasileiras - NBR;
- Limpeza geral do terreno.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

A demanda, pelo seu caráter finalístico, que tem como produto a manutenção das fachadas dos imóveis, mediante as limpezas, escoramentos, pinturas, travamento de estrutura da cobertura, impermeabilizações e limpeza do terreno não implicará na complementaridade de outra contratação para a sua solução como um todo. Ou seja, o desenvolvimento dos serviços previstos na planilha de serviços, por si só, já será suficiente para a solução do problema.

### **3.1. REGIME DE EXECUÇÃO**

A Prestação dos serviços dar-se-á sob regime de empreitada por preço unitário, cuja contratação terá **prazo de execução de 120 (cento e vinte) dias corridos e prazo de vigência contratual de 300 (trezentos) dias corridos**, com início em data prevista na Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, nos termos do Decreto Estadual n.º 10.086/2022 e Lei Federal n.º 14.133/2021.

### **3.2. MODALIDADE E REGIME DA LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

A licitação se dará na modalidade de Pregão Eletrônico, com regime de empreitada por preço unitário, conforme incisos XLI e XXVIII, do Art. 6º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e com os Art. 79 e 126 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, com critério de julgamento **por maior desconto**.

Art. 6º, Lei Federal n.º 14.133/2021:

**XLI - pregão:** modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

25

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para contratação de serviços de engenharia – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: Fevereiro/2025

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**XXVIII - empreitada por preço unitário:** contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

Decreto nº. 10.086/2022:

**Art. 79.** Poderão ser utilizados como critérios de julgamento:

I - menor preço;

II – maior desconto;

**Art. 126.** A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 da Federal nº 14.133, de 2021, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

A adoção do regime de empreitada por preço unitário justifica-se pelo fato de que tanto a natureza dos serviços quanto as quantidades a serem executadas podem sofrer variações durante a execução contratual, o que inviabiliza a definição precisa e definitiva de todos os itens a serem executados. Nesse contexto, a proposta da contratada deverá ser formulada a partir da estimativa dos quantitativos inicialmente previstos no projeto, com base nos custos unitários de cada item, contemplando insumos, mão de obra, equipamentos e demais despesas diretas e indiretas, de modo a assegurar a compatibilidade dos valores com as condições de mercado e a complexidade dos serviços.

Optou-se pelo critério de **maior desconto** por se tratar de contratação com base em preços de referência previamente estabelecidos em planilha orçamentária detalhada, fundamentada em composições oficiais de custos. Dessa forma, assegura-se que todos os licitantes partam de uma base comum de custos unitários, permitindo a apresentação de propostas objetivas, transparentes e comparáveis.

O critério de maior desconto, aplicado de forma linear sobre os itens constantes da planilha de referência, garante:

- tratamento isonômico entre os participantes;
- simplificação do julgamento das propostas;
- preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- mitigação de riscos de propostas inexequíveis ou subdimensionadas em itens específicos, assegurando a execução integral dos serviços com qualidade.

Assim, a adoção do critério de maior desconto mostra-se mais adequada ao objeto.

#### **4. PESQUISA DE PREÇOS**

Para a realização da estimativa do custo total dos serviços, foram observadas as diretrizes constantes nos Art. 471 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Com base na planilha de serviços elaborada a partir do sistema SECID/SINAPI, obteve-se o custo total máximo estimado para a contratação de **R\$ 303.546,80 (trezentos e três mil e quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos)**.

A metodologia para a obtenção do valor total máximo da contratação está demonstrada no ANEXO I.

#### **5. PARCELAMENTO DO OBJETO**

A contratação não será parcelada, tendo em vista que pela especificidade do serviço a execução deverá ser realizada por uma única empresa. Por se tratar de reparos em estruturas de edificações, tanto do ponto de vista técnico como econômico, a decisão por parcelar o objeto não encontraria respaldo no mercado, ou seja, dificilmente alguma empresa concordaria em dividir este tipo de serviço. Inclusive, para a administração é muito mais eficiente ter apenas uma empresa executando este tipo de serviço, o que garante melhor gestão do contrato e do controle da qualidade.

#### **6. SUSTENTABILIDADE**

As contratações sustentáveis são uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todas as fases do processo de aquisição e contratação do governo, visando reduzir impactos sobre a saúde humana, o meio ambiente e os direitos humanos. Logo, a empresa CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade:

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

- a) Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;
- b) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;
- c) Comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e durante a vigência do mesmo, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:
  - Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011;
  - Não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105; e
  - Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução dos serviços.
- d) Realizar a retirada e dar a destinação adequada às peças e materiais a serem substituídos.

**7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

A participação de microempresa e empresa de pequeno porte será admitida nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

**8. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMO COMUNS**

- 8.1.** Trata-se de serviço comum, conforme estabelece o inciso I do art. 392 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 8.2.** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 10.086, de 2022, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 414 do citado decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 8.3.** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1.** Conforme estudos preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
  - 9.1.1.** Trata-se de Serviço Não-Continuado.
  - 9.1.2.** Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos e mão de obra necessários, nas quantidades estimadas e qualificações estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.
  - 9.1.3.** A prestação dos serviços terá prazo de execução de 120 (cento e vinte) dias corridos e prazo de vigência inicial do contrato de 300 (trezentos) dias corridos, contados a partir da data de início fixada na respectiva Ordem de Serviço ou instrumento equivalente
- 9.2.** Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

- 10.1. SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:**
  - 10.1.1.** Executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

- 10.1.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 10.1.3.** Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;
- 10.1.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990) ficando o CONTRATANTE autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.1.5.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 10.1.6.** zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;
- 10.1.7.** apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;
- 10.1.8.** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;
- 10.1.9.** atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;
- 10.1.10.** instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;
- 10.1.11.** instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;
- 10.1.12.** Relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.
- 10.1.13.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.1.14.** manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;
- 10.1.15.** manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;
- 10.1.16.** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- 10.1.17.** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
- 10.1.17.1.** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
- 10.1.17.2.** superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- 10.1.17.3.** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
- 10.1.17.4.** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**10.1.17.5.** impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

**10.1.17.6.** omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis

**10.1.18.** ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada, para livre uso e alteração pela Administração Pública em outras ocasiões, nos termos do artigo 93 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

**10.1.19.** Ceder os direitos e fornecer os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio;

**10.1.20.** Garantir ao contratante:

**10.1.20.1.** o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

**10.1.20.2.** os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do contratante

**10.1.21.** Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.1.22.** Manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

**10.1.23.** Informar e manter atualizados junto ao DPE/SEAP os números de telefones e endereço eletrônico, bem como nome da pessoa autorizada para contatos que se fizerem necessários;

**10.1.24.** Faturar os serviços prestados, objeto do Contrato, em nome da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP – CNPJ n.º 77.071.579/0001-08 do Estado do Paraná.

**10.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**10.2.1.** receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

**10.2.2.** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**10.2.3.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**10.2.4.** comunicar à contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**10.2.5.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

**10.2.6.** efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

**10.2.7.** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo contratado, no que couber;

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**10.2.8.** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**10.2.9.** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**10.2.10.** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao ministério público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**10.2.11.** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

**11. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

**11.1.** O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente ao percentual de 3% (três por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

**11.1.1.** Caso o contratado opte pelo seguro garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**11.2.** A inobservância do prazo contido no item 11.1 acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, até o limite de 2% (dois por cento), até 30º dia de atraso.

**11.2.1.** O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação de garantia configura inadimplência total e implicará rescisão do contrato.

**11.3.** Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

**11.3.1.** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

**11.3.2.** Seguro-garantia;

**11.3.3.** Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

**11.3.3.1.** A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.

**11.3.3.2.** Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, esta não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

**11.3.4.** Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total”, conforme o inciso IV, do art. 96, da Lei Federal nº 14.133/2021, incluído pela Lei Federal nº 14.770/2023;

**11.4.** A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária.

**11.5.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

**11.5.1.** Havendo acréscimo no valor contratual, o contratado deverá proceder o reforço proporcional da garantia. O não atendimento autoriza o contratante a descontar das faturas o valor correspondente

**11.6.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**11.7.** A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**11.8.** A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art. 100 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

30

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para contratação de serviços de engenharia – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: Fevereiro/2025

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

## **12. FORMA DE PAGAMENTO**

**12.1.** Os pagamentos serão realizados em um prazo não superior a 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal atestada e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**12.1.1.** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**12.2.** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**12.3.** O prazo estabelecido no item 12.1 ficará suspenso na hipótese prevista no Edital e seus anexos.

**12.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**12.4.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = K \times Vr$$

$$K = \left( \frac{li}{lo} - 1 \right)$$

$$R = \left( \frac{li}{lo} - 1 \right) \times Vr$$

R = valor do reajustamento procurado,

K = Fator de reajustamento

Vr = Valor da fatura a ser reajustada

lo = O índice de preços inicial (lo) será o índice econômico vigente na data do orçamento, conforme estabelece o parágrafo único do art. 169 do decreto Estadual nº 10.086/2022.

li = O índice de preços (li) será o índice econômico vigente no mês do vencimento de cada período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da data do orçamento conforme estabelece o parágrafo único do art. 169 do decreto Estadual nº 10.086/2022

**12.5.** O pagamento a ser efetuado à Contratada, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

**12.6.** Os pagamentos devidos à CONTRATADA restringem-se aos serviços efetivamente prestados.

**12.7.** O pagamento poderá sofrer redução no caso do descumprimento dos níveis de serviços definidos no Edital e seus anexos, a serem apurados por meio de INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR), conforme detalhado no ANEXO I.XVII – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR.

**12.8.** A SEAP efetivará o pagamento devido, somente por meio de depósito em conta corrente da empresa CONTRATADA, não sendo quitados débitos através de boletos bancários;

**12.9.** Para efeitos de pagamento pelo Departamento Financeiro, é necessário que o CNPJ registrado na conta corrente da CONTRATADA seja o mesmo de sua razão social;

## **13. DO REAJUSTAMENTO**

**13.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, sendo o dia 11/03/2025, conforme ANEXO I.VI – PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS – TABELA OFICIAIS, deste Termo de Referência.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**13.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Custos da Construção (INCC), tendo em vista que este índice é o mais adequado para refletir a variação dos custos específicos do setor da construção civil. O INCC contempla insumos, materiais, mão de obra e serviços característicos das obras e serviços de engenharia, representando de forma mais precisa as oscilações de preços enfrentadas nesse segmento. O reajuste valerá exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**13.2.1.** O contratado ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

**13.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**13.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**13.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**13.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**13.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**13.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**13.9.** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**13.10.** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

**13.11.** Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

#### **14. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Os requisitos de habilitação são aqueles previstos nos Documentos de Habilitação (Anexo XIV do Edital).

#### **15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**15.1.** É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

**15.1.1.** Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

**15.1.2.** Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

**15.1.3.** Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

**15.2.** A alteração subjetiva a que se refere o item 15.1 deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato.

#### **16. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**16.1.** O serviço terá início em até 15 dias da data da assinatura da Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, que será emitida pelo Chefe do Departamento de Patrimônio do Estado;

**16.2.** Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 10 (dez) dias.

**16.2.1.** Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**16.3.** Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

**16.4.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo apropriado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**16.4.1.** Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**16.5.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**16.6.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custa do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**16.7.** O prazo para conclusão dos serviços é de até 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato. A entrega de materiais e a realização dos serviços deverão ocorrer nos imóveis situados na Rua Barão do Rio Branco n.º 172 e n.º 182, CEP 82590-300, Centro, Curitiba - PR.

**16.8.** A Contratada deve dispor de capacidade e disponibilidade para realizar os serviços no local definido neste Termo de Referência, em conformidade com as condições e necessidades especificadas pela Contratante.

**17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

O trâmite do faturamento, entre a emissão do boletim de medição e a emissão da nota fiscal da empresa, existirá intervenção da Secretaria da Administração e da Previdência. Os boletins de medição serão encaminhados pela Secretaria da Administração e da Previdência para verificação e encaminhamento para pagamento dos valores medidos. As notas fiscais deverão ser faturadas em favor do Secretaria da Administração e da Previdência, CNPJ 77.071.579/0001-08.

**17.1. MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS**

As medições serão conforme o cronograma físico-financeiro apresentado pelo licitante e aprovado pela Secretaria da Administração e da Previdência antes da assinatura do contrato.

As medições serão feitas mensalmente, sempre que as etapas de serviços forem concluídas. Os percentuais máximos admitidos para remuneração de cada parcela de serviços serão aqueles estabelecidos pelo cronograma físico-financeiro e não poderão ser modificados pela Contratada.

**17.2. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR**

**17.2.1.** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no ANEXO I.XVII – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

**17.2.1.1.** Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**17.2.1.2.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

**17.2.2.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

**17.2.3.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**17.2.3.1.** Utilização de dois indicadores, sendo que o INDICADOR Nº. 1 refere-se ao percentual de atraso na entrega do objeto definido em cada etapa do Cronograma Físico, e o INDICADOR Nº. 2 trata da quantidade de notificações decorrente de má qualidade na entrega do objeto.

**17.2.3.2.** Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas TABELAS 1, 2 e 3.

| TABELA 1  |  |
|---|--|
| INDICADOR Nº 01 - Percentual de atraso na entrega do objeto definido em cada etapa do Cronograma Físico |  |
| Item  | Descrição  |
| Finalidade  | Garantir o cumprimento do cronograma físico.   |
| Meta a cumprir  | Concluir os percentuais de entregas dos serviços dentro dos prazos definidos no cronograma físico.   |
| Instrumento de medição  | Planilha de Controle de Entregas e Notificações  |
| Forma de acompanhamento   | Acompanhamento formal, pela Fiscalização do contrato, mediante o registro na "PLANILHA DE CONTROLE DE ENTREGAS e NOTIFICAÇÕES" do recebimento dos produtos resultantes da execução dos serviços previstos percentualmente no cronograma físico.  |
| Periodicidade de Apuração   | Mensal   |
| Mecanismo de Cálculo  | Cada percentual de serviço realizado, no período considerado, de acordo com o Cronograma Físico, terá sua pontuação definida como segue:<br>a) Cumprimento do percentual do período = 10 Pontos<br>b) Até 10% inferior ao percentual do período = 9 Pontos<br>c) Entre 10,01% e 20% inferior ao percentual do período = 8 Pontos<br>d) Entre 20,01% e 30% inferior ao percentual do período = 7 Pontos<br>e) Entre 30,01% e 40% inferior ao percentual do período = 6 Pontos |
| Início de Vigência  | A partir do início da prestação do serviço.  |
| TABELA 2  |  |
| INDICADOR Nº 02 – Quantidade de notificações decorrente de má qualidade na entrega do objeto            |  |
| Item  | Descrição  |
| Finalidade  | Garantir qualidade à execução dos serviços.  |
| Meta a cumprir  | Atender às condições contratuais sem gerar ocorrências a serem notificadas.  |
| Instrumento de medição  | Planilha de Controle de Entregas e Notificações  |
| Forma de acompanhamento   | Acompanhamento formal, pela Fiscalização do contrato, durante a execução contratual e mediante o registro na "PLANILHA DE CONTROLE DE ENTREGAS e NOTIFICAÇÕES" da emissão de notificação à contratada.   |
| Periodicidade de Apuração   | Mensal   |
| Mecanismo de Cálculo  | A pontuação do indicador, referente às entregas em cada período considerado, de acordo com o Cronograma Físico, será:<br>a) Entregas no período sem notificações = 10 Pontos<br>b) Entregas no período com 1 notificação = 9 Pontos<br>c) Entregas no período com 2 notificações = 8 Pontos<br>d) Entregas no período com 3 notificações = 7 Pontos<br>e) Entregas no período com 4 ou mais notificações = 6 Pontos  |
| Início de Vigência  | A partir do início da prestação do serviço.  |
| TABELA 3  |  |
| Faixas de ajuste no pagamento   |  |
| Pontuação Final   | Ação da Fiscalização   |

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

|                             |  |
|-----------------------------|--|
| Acima de 19 pontos          | Sem reduções na fatura do período*                         |
| Acima de 18 e até 19 pontos | Advertência formal, mas sem reduções da fatura do período* |
| Acima de 15 e até 18 pontos | 2% de redução no valor total da fatura do período*         |
| De 13 até 15 pontos         | 5% de redução no valor total da fatura do período*         |
| Abaixo de 13 pontos         | 10% de redução no valor total da fatura do período*        |

\* Periodicidade de apuração do IMR – Mensal

**17.2.3.3.** Cada indicador contribui com um número determinado de pontos relacionados ao percentual da quantidade executada dos serviços e de notificações quanto à qualidade dos serviços, conforme as TABELAS 1 e 2.

**17.2.3.4.** A pontuação final será a soma dos pontos apurados nos INDICADORES nº. 01 e 02.

**17.2.3.5.** A pontuação final de qualidade dos serviços executados pode resultar em valores entre 12 (doze) pontos - serviço totalmente desprovido de qualidade - e 20 (vinte) pontos - serviço prestado com a qualidade esperada.

**17.2.3.6.** O valor de ajuste no pagamento, caso haja, será o percentual correspondente à faixa em que se enquadrar, de acordo com sua pontuação final e conforme a Tabela 3.

## **18. SUBCONTRATAÇÃO**

**18.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**18.1.1.** Os serviços a serem contratados compreendem atividades de conservação arquitetônica e escoramento de fachadas em edificação de valor histórico-cultural, demandando execução integral pela contratada.

**18.1.2.** Considerando o porte reduzido da intervenção, trata-se de serviço de pequena complexidade e volume de serviços limitado, plenamente exequível por uma única empresa contratada. Assim, a subcontratação não se justifica, uma vez que a integralidade dos serviços pode ser realizada pela própria contratada, sem prejuízo à eficiência e à economicidade do objeto.

## **19. VISTORIA**

**19.1.** Os licitantes poderão vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento junto Departamento de Patrimônio do Estado, pelo telefone (41) 3313-6097, ou pelo e-mail: patrimonioidpe@seap.pr.gov.br

**19.2.** Caso os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**19.3.** A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**19.4.** Nenhum licitante poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.

## **20. DOS DOCUMENTOS ORÇAMENTÁRIOS**

**20.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Gestão/Unidade:** 2702.04128128.014 - Gestão de Administração Geral;

**Fonte de Recursos:** 500 - Recursos de Operações de Crédito;

**Programa de Trabalho:** Programa 12 – Paraná: Gestão Efetiva;

**Elemento de Despesa:** 3390.3916 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos Arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**22. DECRETO ESTADUAL Nº 10.086, de 2022**

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 5 de May de 2026

Karollyne de Abreu Ternoski  
Agente Profissional – Engenharia Civil  
ktenoski@seap.pr.gov.br  
(41) 3313-6019

Altair Freire  
Agente Profissional - Engenheiro. Civil  
Chefe da DRA  
altairf@seap.pr.gov.br  
(41)3313-6004



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXOS**

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO I.I – DECLARAÇÃO DE VÍNCULO PROFISSIONAL**

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP

Declaro, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico nº ...../....., que os profissionais constantes da relação abaixo, possuem vínculo direto com a empresa ora licitante:

Nome: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Cidade, ..... de ..... de 2025.

(preencher com a data de abertura do certame licitatório)

Assinatura e Nome do Representante

Carimbo da empresa e assinatura do representante legal da empresa devidamente identificada, com firma reconhecida em não se tratando de titular

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO I.II – DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE**

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP

Para fins de contratação, a(o) (nome completo da Empresa), CNPJ \_\_\_\_\_, sediada (endereço completo), declara sob as penas da lei, notadamente o Decreto Estadual nº 6.252, de 22 de março de 2006, que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio-ambiente.

Local e data

Assinatura e Nome do Representante

Carimbo da empresa e assinatura do representante legal da empresa devidamente identificada, com firma reconhecida em não se tratando do titular.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO I.III – DECLARAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DA EMPRESA**

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP

Declaro, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico nº ...../....., que as instalações físicas da empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estão localizadas no seguinte endereço:

[Endereço completo, incluindo logradouro, número, complemento (se houver), bairro, município, UF e CEP].

Anexo a esta declaração, segue cópia do documento comprobatório de posse do imóvel, na forma de:

- ( ) Contrato de locação vigente;
- ( ) Escritura ou matrícula atualizada do imóvel de propriedade da empresa.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Cidade, ..... de ..... de 2025.

Assinatura e Nome do Representante

Carimbo da empresa e assinatura do representante legal da empresa devidamente identificada, com firma reconhecida em não se tratando de titular

.



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo n.º 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico n.º 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO I.IV – DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO**

Decreto n.º 2485/2019

À COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP

Nome:  
RG:  
Cargo:  
CONTRATADA:

Considerando o disposto no Decreto n.º 2485, de 21 de agosto de 2019, DECLARO sob as penas da lei que:

( ) NÃO POSSUO relação familiar ou de parentesco em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau com a máxima autoridade administrativa correspondente ao órgão ou entidade de atuação, ou ainda com ocupante de cargo de provimento em comissão ou função de confiança, chefia ou assessoramento do mesmo órgão ou entidade, bem como de servidor público com nomeação ou designação recíproca em outro órgão ou entidade da Administração Pública Estadual. Me enquadro nas exceções contidas no artigo 4º do Decreto n.º 2485/2019.

( ) POSSUO relação familiar ou de parentesco em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau com a máxima autoridade administrativa correspondente ao órgão ou entidade de atuação, com ocupante de cargo de provimento em comissão ou função de confiança, chefia ou assessoramento do mesmo órgão ou entidade, com servidor público com nomeação ou designação recíproca em outro órgão ou entidade da Administração Pública Estadual, bem como com agente público realizada posteriormente a minha nomeação/contratação, e não me enquadro nas exceções contidas no artigo 4º do Decreto n.º 2485/2019. Informo abaixo os dados dos familiares/parentes que possuo vínculo:

| DADOS DO FAMILIAR / PARENTE |            |       |                    |       |
|-----------------------------|------------|-------|--------------------|-------|
| NOME                        | PARENTESCO | ÓRGÃO | SITUAÇÃO FUNCIONAL | CARGO |
|                             |            |       |                    |       |

DECLARO ainda:

TER ciência que é vedada a manutenção de familiar ocupante de cargo em comissão ou função de confiança sob subordinação direta do agente público, nas hipóteses elencadas no art. 4º do Decreto n.º 2485/2019; TER ciência da obrigatoriedade de informar sobre alterações na relação familiar ou de parentesco enquanto exercente de cargo em comissão ou função de confiança, que incidam nas vedações do referido Decreto;

SEREM verdadeiras as informações prestadas no presente documento, sob pena de responsabilidade civil, administrativa e criminal.

Local e data

Assinatura e Nome do Representante

Carimbo da empresa e assinatura do representante legal da empresa devidamente identificada, com firma reconhecida em não se tratando do titular.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO I.V – METODOLOGIA PARA DEFINIÇÃO DO CUSTO MÁXIMO ESTIMADO**

A metodologia adotada para a definição do custo máximo estimado da contratação de empresa capacitada para a execução de serviços de escoramento, manutenção e conservação das fachadas e demais estruturas dos imóveis pertencentes ao Estado do Paraná, denominados **Ruínas da Rua Barão do Rio Branco**, em Curitiba, fundamentou-se em critérios técnicos e metodológicos, em conformidade com o disposto no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e na Lei Federal nº 14.133/2021.

**1 - Parâmetros de Referência Oficiais (Art. 471, incisos I e II – Decreto nº 10.086/2022)**

O valor estimado da licitação foi obtido prioritariamente com base nas composições de custos unitários constantes das tabelas oficiais. Foram considerados os itens com valores nas **Tabelas de Referência da SECID** e do **SINAPI**, por se tratar de obra de engenharia civil e serviços correlatos.

As tabelas utilizadas foram as edições vigentes do **SINAPI (fevereiro/2025)** e da **SECID (março/2025)**, ambas na versão desonerada, que serviram de base para a elaboração da planilha de custos estimados.

O quantitativo dos serviços foi estabelecido a partir do Projeto Executivo e Estrutural de Escoramento de Fachada, assegurando a precisão técnica dos cálculos. Cada item foi identificado por seu respectivo código, acompanhado da descrição oficial, unidade de medida e valor unitário.

Nos casos em que não existia correspondência direta entre o serviço demandado e os códigos das tabelas, foram elaboradas **composições unitárias complementares**, devidamente estruturadas.

A estimativa final de cada serviço foi obtida pelo produto entre o quantitativo projetado e o custo unitário apurado. Sobre o somatório foi aplicada a taxa de **BDI (Benefícios e Despesas Indiretas)**, contemplando despesas administrativas, tributos e margem de lucro, resultando no custo global consolidado.

Para assegurar maior clareza e organização, os serviços foram classificados em categorias, a saber: serviço preliminares, escoramento da fachada, reparos e revestimento, pintura, tratamento parede de divisa e travamento vigas da cobertura, administração local e serviços complementares.

**2 - Pesquisas Complementares (Art. 471, incisos III, IV e V – Decreto nº 10.086/2022)**

Com o objetivo de verificar a existência de contratações análogas, foram realizadas pesquisas em portais de órgãos oficiais e bases de dados públicas, dentre os quais: Portal da Transparência Federal, sistema ComprasGov, Atas e Contratos da Administração Pública.

As buscas contemplaram editais e contratações voltados à manutenção e escoramento de estruturas em alvenaria. Entretanto, em razão da especificidade do objeto – escoramento e conservação de fachadas históricas – não foram localizados contratos plenamente equivalentes.

Nos termos do inciso IV, também foram analisadas contratações similares concluídas ou em execução no período de até 12 (doze) meses anteriores à pesquisa, com aplicação dos índices de atualização de preços pertinentes. Contudo, não se identificaram registros comparáveis.

Por fim, em cumprimento ao inciso V, procedeu-se à verificação na base nacional de notas fiscais eletrônicas, sem retorno de registros de serviços idênticos ou equivalentes em termos técnicos, o que reforçou a adoção prioritária das tabelas oficiais (SINAPI/SECID) como referência para a composição dos custos.

**3 - Definição do Custo Máximo Estimado**

Após a aplicação dos critérios estabelecidos no **art. 471 do Decreto Estadual nº 10.086/2022**, verificou-se que as pesquisas de mercado não apresentaram registros de obras ou serviços plenamente compatíveis com o objeto desta contratação.

Todavia, considerando a natureza das intervenções a serem executadas, bem como a **segurança jurídica e a confiabilidade técnica** proporcionadas pela utilização das tabelas oficiais de referência, definiu-se que o parâmetro adequado para a estimativa do valor reside nos custos extraídos do **SINAPI/SECID**, devidamente atualizados e ajustados às especificações do projeto executivo.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**



Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

Dessa forma, estabelece-se como **custo máximo estimado** para a contratação o montante de **R\$ 303.546,80 (trezentos e três mil, quinhentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos)**, valor consolidado a partir da composição das tabelas oficiais mencionadas, com a devida aplicação do BDI e observância das diretrizes legais pertinentes.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO I.VI – PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS – TABELAS OFICIAIS**

|   |  |
|---|--|
| <br><b>SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES</b><br><b>DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES</b> | <br><b>PARANÁ</b><br>GOVERNO DO ESTADO<br>SECRETARIA DAS CIDADES |
|---|--|

|  |   |                               |
|--|---|-------------------------------|
| <b>FOLHA RESUMO PARA FECHAMENTO DE ORÇAMENTO</b> |   | <b>DATA:</b> 02/09/25         |
| PRÓPRIO:   | Ruínas da Rua Barão do Rio Branco           | TIPO DE OBRA/SERVIÇO: REFORMA |
| ENDEREÇO:  | Rua Barão do Rio Branco, 172/182            | MUNICÍPIO: CURITIBA           |
| ORGÃO:   | SEAP  | PROTOCOLO: 23.590.574-4       |
| Nº LEVANTº:                                      | ORGANIZADO POR: Karollyne de Abreu Ternoski | CREA / CAU: PR-89723/D        |
|  | RESPONSÁVEL TÉCNICO: Altair Freire          | ART / RRT Nº:                 |
|  | NÚCLEO REGIONAL DAS CIDADES                 |                               |
| OBSERVAÇÃO:                                      |   |                               |

|                              |                      |
|------------------------------|----------------------|
| Custo total da obra:         | R\$ 238.872,53       |
| BDI(%)= 27,07%               | R\$ 64.674,27        |
| Valor total da obra com BDI: | R\$ 303.546,80       |
| Prazo de execução :          | 120 DIAS CORRIDOS    |
| Relatório MAT+MO :           | MATERIAL = 53,43%    |
|                              | MÃO-DE-OBRA = 46,57% |

|                        |                                       |
|------------------------|---------------------------------------|
| Referencial utilizado: | SINAPI FEVEREIRO DE 2025 - DESONERADA |
| Data-base:             | Vigência: SECID - MARÇO DE 2025       |
|                        | Resolução SECID Nº 027/2025           |

|  |   |                                 |
|--|---|---------------------------------|
| Altair Freire<br>Responsável Técnico<br>Carimbo e Assinatura | Resp. Aprovação<br>Carimbo e Assinatura | Gerente<br>Carimbo e Assinatura |
|--|---|---------------------------------|



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES  
DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES



PRÓPRIO: Ruínas da Rua Barão do Rio Branco  
PRAZO DE OBRA: 120 DIAS CORRIDOS  
COMPOSIÇÃO DE BDI PARA EDIFICAÇÕES DESONERADA

Vigência: 01/12/2015

| CUSTO TOTAL DO SERVIÇO (R\$): |                                       |                |          |            |   | R\$ 238.872,53      |        |           |
|-------------------------------|---------------------------------------|----------------|----------|------------|---|---------------------|--------|-----------|
| ITEM                          | DISCRIMINAÇÃO                         | VALOR (R\$)    | TAXA (%) | OBSERVAÇÃO | SITUAÇÃO DO INTERVALO ADMISSÍVEL            | PARCELAS DO BDI (%) |        |           |
|                               |                                       |                |          |            |   | 1 Quartil           | Médio  | 3 Quartil |
| 1                             | AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL            | R\$ 9.554,90   | 4,00%    |            | OK  | 3,00%               | 4,00%  | 5,50%     |
| 2                             | SG - SEGUROS + GARANTIA               | R\$ 1.910,98   | 0,80%    |            | OK  | 0,80%               | 0,80%  | 1,00%     |
| 3                             | R - RISCOS                            | R\$ 3.033,68   | 1,27%    |            | OK  | 0,97%               | 1,27%  | 1,27%     |
| 4                             | DF - DESPESAS FINANCEIRAS             | R\$ 3.116,48   | 1,23%    |            | OK  | 0,59%               | 1,23%  | 1,39%     |
| 5                             | L - LUCRO BRUTO                       | R\$ 18.980,15  | 7,40%    |            | OK  | 6,16%               | 7,40%  | 8,96%     |
| 6                             | I - IMPOSTOS                          | R\$ 28.078,08  | 9,25%    |            |   |                     |        |           |
| 6.1                           | PIS                                   |                | 0,65%    |            |   |                     |        |           |
| 6.2                           | COFINS                                |                | 3,00%    |            |   |                     |        |           |
| 6.3                           | ISS (CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL)   |                | 2,00%    |            |   |                     |        |           |
| 6.4                           | CONTRIB.PREV. SOBRE REC. BRUTA - CPRB |                | 3,60%    |            |   |                     |        |           |
| TOTAL DO BDI (R\$)            |                                       | R\$ 64.674,27  |          |            | Parâmetros do Acórdão 2.622/2013 - Plenário |                     |        |           |
| PREÇO DE VENDA (R\$)          |                                       | R\$ 303.546,80 |          |            | Sem CPRB                                    | 20,34%              | 22,12% | 25,00%    |
| BDI (%)                       |                                       |                | 27,07%   | OK         | Com CPRB                                    | 24,83%              | 26,68% | 29,67%    |

Onde:  
AC: taxa de administração central;  
S: taxa de seguros;  
G: taxa de garantias;  
R: taxa de riscos;  
DF: taxa de despesas financeiras;  
L: taxa de lucro/remuneração;  
I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS, CPRB).



Equação Acórdão TCU 2.622/2013 - Plenário

$$BDI = \left[ \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

Altair Freire  
Responsável Técnico  
Carimbo e Assinatura

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

|  <b>PARANÁ</b><br>GOVERNO DO ESTADO  | <b>SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES</b><br><b>DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES</b> |  <b>PARANÁ</b><br>GOVERNO DO ESTADO<br>SECRETARIA DAS CIDADES |                       |                       |                       |               |
|---|--|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------|
| <b>ENDEREÇO: Rua Barão do Rio Branco, 172/182</b><br><b>MUNICÍPIO: CURITIBA</b><br><b>OBRA: Ruínas da Rua Barão do Rio Branco</b><br><b>ÓRGÃO PROP.: SEAP</b> |  |  |                       |                       |                       |               |
| <b>DATA: 02/09/2025</b><br><b>TIPO DE OBRA/SERVIÇO: REFORMA</b><br><b>RESP. TÉCNICO: Altair Freire</b><br><b>BDI: 27,07%</b>                                  |  |  |                       |                       |                       |               |
| ITEM  | DESCRIÇÃO  | SEM BDI  |                       |                       | TOTAL COM BDI         | %             |
|   |  | MATERIAL   | MÃO DE OBRA           | TOTAL                 |                       |               |
| 1   | ADMINISTRAÇÃO LOCAL  | R\$ 643,20   | R\$ 19.077,60         | R\$ 19.720,80         | R\$ 25.060,17         | 8,256%        |
| 2   | SERVIÇOS PRELIMINARES  | R\$ 37.364,53  | R\$ 21.878,67         | R\$ 59.243,20         | R\$ 75.283,18         | 24,801%       |
| 3   | ESCORAMENTO DA FACHADA   | R\$ 27.813,82  | R\$ 6.719,02          | R\$ 34.532,84         | R\$ 43.882,54         | 14,457%       |
| 4   | REPAROS E REVESTIMENTOS  | R\$ 30.694,37  | R\$ 32.456,93         | R\$ 63.151,30         | R\$ 80.249,39         | 26,437%       |
| 5   | PINTURA  | R\$ 26.925,96  | R\$ 27.052,95         | R\$ 53.978,91         | R\$ 68.593,59         | 22,597%       |
| 6   | TRATAMENTO PAREDE DE DIVISA E TRAVAMENTO                                   | R\$ 3.465,86   | R\$ 3.177,62          | R\$ 6.643,48          | R\$ 8.442,19          | 2,781%        |
| 7   | DEMAIS SERVIÇOS  | R\$ 723,60   | R\$ 878,40            | R\$ 1.602,00          | R\$ 2.035,74          | 0,671%        |
| <b>TOTAL (R\$) GERAL DA OBRA</b>  |  | <b>R\$ 127.631,34</b>  | <b>R\$ 111.241,19</b> | <b>R\$ 238.872,53</b> | <b>R\$ 303.546,80</b> | <b>100,0%</b> |
| <b>PERCENTAGEM (%)</b>  |  | <b>53,43%</b>  | <b>46,57%</b>         | <b>100,00%</b>        | <b>-</b>              | <b>-</b>      |
| <b>PRAZO DE EXECUÇÃO (DIAS CORRIDOS):</b>   |  | <b>120</b>   |                       |                       |                       |               |

\_\_\_\_\_  
Altair Freire  
Ass. Responsável pelo Orçamento  
Carimbo

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES  
DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES

PLANILHA DE SERVIÇOS SINTÉTICA DESONERADA

ENDEREÇO: Rua Barão do Rio Branco, 172/182  
MUNICÍPIO: CURITIBA  
LEVANTAMENTO Nº:  
RESPONSÁVEL TÉCNICO: Altair Freire

PROTOCOLO Nº: 23.590.574-4

ORGÃO: SEAP

TIPO DE OBRA/SERVIÇO: REFORMA

ART Nº:

REG. CREA: PR-89723/D



**TABELAS DE REFERÊNCIA: SINAPI/PR (FEVEREIRO/2025) E SECID (MARÇO/2025) DESONERADA**  
Ruínas da Rua Barão do Rio Branco

| ITEM | CÓDIGO DO SERVIÇO | DESCRIÇÃO DO SERVIÇO   | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | MATERIAL | MÃO DE OBRA | CUSTO UNITÁRIO | MATERIAL             | MÃO DE OBRA          | CUSTO TOTAL | SUBTOTAL             |
|------|-------------------|--|-------------------|------------|----------|-------------|----------------|----------------------|----------------------|-------------|----------------------|
| 1    |                   | <b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>   |                   |            |          |             |                | <b>R\$ 643,20</b>    | <b>R\$ 19.077,60</b> |             | <b>R\$ 19.720,80</b> |
| 1.1  | 90780             | MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES  | H                 | 160,00     | 2,87     | 59,77       | 62,64          | 459,20               | 9.563,20             | 10.022,40   |                      |
| 1.2  | 90769             | ARQUITETO DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES  | H                 | 80,00      | 2,30     | 118,93      | 121,23         | 184,00               | 9.514,40             | 9.698,40    |                      |
| 2    |                   | <b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>   |                   |            |          |             |                | <b>R\$ 37.364,53</b> | <b>R\$ 21.878,67</b> |             | <b>R\$ 59.243,20</b> |
| 2.1  | 103689            | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS | M2                | 4,50       | 432,65   | 34,22       | 466,87         | 1.946,92             | 153,99               | 2.100,91    |                      |
| 2.2  | 98459             | TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_03/2024  | M2                | 77,00      | 62,83    | 28,66       | 91,49          | 4.837,91             | 2.206,82             | 7.044,73    |                      |
| 2.3  | COMP 002          | LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, COM 1 SANITARIO, PARA ESCRITORIO,                     | MÊS               | 4,00       | 770,00   | 0,00        | 770,00         | 3.080,00             | 0,00                 | 3.080,00    |                      |
| 2.4  | COMP 021          | ANDAIME METÁLICO FACHADEIRO - LOCAÇÃO MENSAL, MONTAGEM E DESMONTAGEM                                   | M2XMÊS            | 672,00     | 23,74    | 4,88        | 28,62          | 15.953,28            | 3.279,36             | 19.232,64   |                      |
| 2.5  | COMP 022          | TELA PARA PROTEÇÃO DE OBRAS  | M2                | 375,00     | 12,52    | 20,01       | 32,53          | 4.695,00             | 7.503,75             | 12.198,75   |                      |
| 2.6  | COMP 028          | INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, TRIFÁSICA, EXCLUSIVE FORNECIMENTO DO                 | UN                | 1,00       | 1.704,07 | 1.226,21    | 2.930,28       | 1.704,07             | 1.226,21             | 2.930,28    |                      |
| 2.7  | COMP 009          | LIGAÇÃO DE ÁGUA PROVISÓRIA PARA CANTEIRO, INCLUSIVE HIDRÔMETRO E CAVALETE PARA MEDIÇÃO                 | UN                | 1,00       | 106,58   | 31,49       | 138,07         | 106,58               | 31,49                | 138,07      |                      |
| 2.8  | 102622            | CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO, 500 LITROS (INCLUSOS TUBOS, CONEXÕES E TORNEIRA DE BÓIA) -                | UN                | 1,00       | 551,74   | 82,88       | 634,62         | 551,74               | 82,88                | 634,62      |                      |
| 2.9  | 99814             | LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019   | M2                | 750,00     | 0,87     | 1,55        | 2,42           | 652,50               | 1.162,50             | 1.815,00    |                      |
| 2.10 | 98524             | LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF_03/2024  | M2                | 840,00     | 1,97     | 3,71        | 5,68           | 1.654,80             | 3.116,40             | 4.771,20    |                      |
| 2.11 | COMP 005          | REMOÇÃO DE ELEMENTOS ESTRANHOS DA FACHADA (INST. ELÉTRICAS, CONDUTORES PLUVIAIS, RUFOS,                | UN                | 17,00      | 18,47    | 42,17       | 60,64          | 313,99               | 716,89               | 1.030,88    |                      |
| 2.12 | COMP 006          | REMOÇÃO DE CAIBROS E TODO MADEIRAMENTO ENGASTADOS NA ALVENARIA, SEM                                    | CJ                | 10,00      | 73,00    | 162,28      | 235,28         | 730,00               | 1.622,80             | 2.352,80    |                      |
| 2.13 | COMP 007          | REMOÇÃO DO ESCORAMENTO ANTIGO COMPOSTO POR CABOS DE AÇO, SEM REAPROVEITAMENTO                          | UN                | 6,00       | 36,50    | 81,14       | 117,64         | 219,00               | 486,84               | 705,84      |                      |
| 2.14 | COMP 008          | REMOÇÃO DE EXAUSTORES SEM REAPROVEITAMENTO   | UN                | 2,00       | 27,37    | 60,85       | 88,22          | 54,74                | 121,70               | 176,44      |                      |
| 2.15 | 100981            | CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM                           | M3                | 18,00      | 8,25     | 1,78        | 10,03          | 148,50               | 32,04                | 180,54      |                      |
| 2.16 | 97914             | TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM                   | M3XKM             | 270,00     | 2,65     | 0,50        | 3,15           | 715,50               | 135,00               | 850,50      |                      |
| 3    |                   | <b>ESCORAMENTO DA FACHADA</b>  |                   |            |          |             |                | <b>R\$ 27.813,82</b> | <b>R\$ 6.719,02</b>  |             | <b>R\$ 34.532,84</b> |
| 3.1  | 94965             | CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) -               | M3                | 0,50       | 405,01   | 73,04       | 478,05         | 202,50               | 36,52                | 239,02      |                      |
| 3.2  | 103670            | LANÇAMENTO COM USO DE BALDES, ADENSAMENTO E ACABAMENTO DE CONCRETO EM ESTRUTURAS.                      | M3                | 0,60       | 114,90   | 249,74      | 364,64         | 68,94                | 149,84               | 218,78      |                      |
| 3.3  | 89993             | GRAUTEAMENTO VERTICAL EM ALVENARIA ESTRUTURAL AF_09/2021   | M3                | 0,10       | 676,11   | 398,27      | 1.074,38       | 67,61                | 39,82                | 107,43      |                      |
| 3.4  | 96531             | FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA BLOCO DE COROAMENTO, EM MADEIRA                       | M2                | 3,00       | 59,65    | 48,86       | 108,51         | 178,95               | 146,58               | 325,53      |                      |
| 3.5  | COMP 003          | FURAÇÃO CUIDADOSA EM ALVENARIA, DIÂMETRO 20MM E PREENCHIMENTO COM GRAUTE PARA                          | UN                | 24,00      | 46,72    | 84,72       | 131,44         | 1.121,28             | 2.033,28             | 3.154,56    |                      |
| 3.6  | COMP 004          | ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO ESTRUTURAL EM TUBOS, CHAPAS E PERFS DOBRADOS, INCLUINDO A                    | KG                | 2.282,00   | 11,47    | 1,89        | 13,36          | 26.174,54            | 4.312,98             | 30.487,52   |                      |

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL


|      |          |  |    |        |        |        |        |                      |                      |                      |                       |                      |
|------|----------|--|----|--------|--------|--------|--------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|
| 4    |          | <b>REPAROS E REVESTIMENTOS</b>   |    |        |        |        |        |                      | <b>R\$ 30.694,37</b> | <b>R\$ 32.456,93</b> |                       | <b>R\$ 63.151,30</b> |
| 4.1  | COMP 010 | COSTURA EM TRINCAS (ESCAREAMENTO, FURAÇÃO PARA GRAMPEAMENTO DIÂMETRO 6,3MM A CADA      | M  | 1,50   | 85,07  | 97,08  | 182,15 | 127,60               | 145,62               | 273,22               |                       |                      |
| 4.2  | COMP 011 | REEMBRECHAMENTO DE ALVENARIAS  | M2 | 20,00  | 42,82  | 64,77  | 107,59 | 856,40               | 1.295,40             | 2.151,80             |                       |                      |
| 4.3  | COMP 012 | FECHAMENTO DE ABERTURAS DOS EXAUSTORES (ALVENARIA, CHAPISCO, EMBOÇO E REBOCO)          | M2 | 1,00   | 205,90 | 242,73 | 448,63 | 205,90               | 242,73               | 448,63               |                       |                      |
| 4.4  | 87899    | CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE      | M2 | 198,00 | 6,15   | 3,53   | 9,68   | 1.217,70             | 698,94               | 1.916,64             |                       |                      |
| 4.5  | COMP 013 | RESTAURAÇÃO CUIDADOSA DE EMBOÇO E REBOCO   | M2 | 198,00 | 66,17  | 105,38 | 171,55 | 13.101,66            | 20.865,24            | 33.966,90            |                       |                      |
| 4.6  | COMP 014 | RECOMPOSIÇÃO DE FRISOS FALTANTES (ARGAMASSA E GESSO)                                   | M  | 10,00  | 40,79  | 65,56  | 106,35 | 407,90               | 655,60               | 1.063,50             |                       |                      |
| 4.7  | COMP 015 | RESTAURAÇÃO DE FRISOS EXISTENTES   | M  | 35,00  | 31,71  | 58,26  | 89,97  | 1.109,85             | 2.039,10             | 3.148,95             |                       |                      |
| 4.8  | COMP 016 | RECOMPOSIÇÃO DE CIMALHAS DE MADEIRA  | M  | 2,00   | 283,97 | 347,79 | 631,76 | 567,94               | 695,58               | 1.263,52             |                       |                      |
| 4.9  | COMP 017 | FECHAMENTO DE ABERTURAS DOS CAIBROS NAS FACHADAS                                       | CJ | 10,00  | 600,99 | 341,28 | 942,27 | 6.009,90             | 3.412,80             | 9.422,70             |                       |                      |
| 4.10 | COMP 025 | RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 26, CORTE DE 50 CM                             | M  | 15,50  | 42,75  | 7,04   | 49,79  | 662,62               | 109,12               | 771,74               |                       |                      |
| 4.11 | COMP 018 | GRADIL TELA ELETROSOLDADO (H=3,00M) FECHAMENTO COM TELA MALHA 5X5CM, AFASTADO 15CM DA  | M  | 30,00  | 214,23 | 76,56  | 290,79 | 6.426,90             | 2.296,80             | 8.723,70             |                       |                      |
| 5    |          | <b>PINTURA</b>   |    |        |        |        |        | <b>R\$ 26.925,96</b> | <b>R\$ 27.052,95</b> |                      | <b>R\$ 53.978,91</b>  |                      |
| 5.1  | COMP 026 | REMOÇÃO DE PINTURA LÁTEX (RASPAGEM E/OU LIXAMENTO E/OU ESCOVAÇÃO)                      | M2 | 990,82 | 3,67   | 6,98   | 10,65  | 3.636,30             | 6.915,92             | 10.552,23            |                       |                      |
| 5.2  | 88485    | FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023              | M2 | 990,82 | 2,44   | 2,00   | 4,44   | 2.417,60             | 1.981,64             | 4.399,24             |                       |                      |
| 5.3  | 96126    | APLICAÇÃO MANUAL DE MASSA ACRÍLICA EM PANOS DE FACHADA COM PRESENÇA DE VÃOS, DE        | M2 | 990,82 | 11,07  | 10,49  | 21,56  | 10.968,37            | 10.393,70            | 21.362,07            |                       |                      |
| 5.4  | 95622    | APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PANOS COM PRESENÇA DE VÃOS DE EDIFÍCIOS DE | M2 | 990,82 | 9,16   | 6,96   | 16,12  | 9.075,91             | 6.896,10             | 15.972,01            |                       |                      |
| 5.5  | COMP 027 | PINTURA DE PROTEÇÃO SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS COM APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE GALVITE   | M2 | 130,36 | 6,35   | 6,64   | 12,99  | 827,78               | 865,59               | 1.693,37             |                       |                      |
| 6    |          | <b>TRATAMENTO PAREDE DE DIVISA E TRAVAMENTO VIGAS DA COBERTURA</b>                     |    |        |        |        |        | <b>R\$ 3.465,86</b>  | <b>R\$ 3.177,62</b>  |                      | <b>R\$ 6.643,48</b>   |                      |
| 6.1  | 99814    | LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO. AF_04/2019                             | M2 | 336,00 | 0,87   | 1,55   | 2,42   | 292,32               | 520,80               | 813,12               |                       |                      |
| 6.2  | COMP 011 | REEMBRECHAMENTO DE ALVENARIAS  | M2 | 15,00  | 42,82  | 64,77  | 107,59 | 642,30               | 971,55               | 1.613,85             |                       |                      |
| 6.3  | COMP 010 | COSTURA EM TRINCAS (ESCAREAMENTO, FURAÇÃO PARA GRAMPEAMENTO DIÂMETRO 6,3MM A CADA      | M  | 15,00  | 85,07  | 97,08  | 182,15 | 1.276,05             | 1.456,20             | 2.732,25             |                       |                      |
| 6.4  | 98555    | IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA, 3        | M2 | 8,40   | 17,99  | 17,42  | 35,41  | 151,11               | 146,32               | 297,44               |                       |                      |
| 6.5  | COMP 029 | VIGA METÁLICA EM PERFIL LAMINADO OU SOLDADO EM AÇO ESTRUTURAL, COM CONEXÕES            | KG | 74,55  | 14,81  | 1,11   | 15,92  | 1.104,08             | 82,75                | 1.186,83             |                       |                      |
| 7    |          | <b>DEMAIS SERVIÇOS</b>   |    |        |        |        |        | <b>R\$ 723,60</b>    | <b>R\$ 878,40</b>    |                      | <b>R\$ 1.602,00</b>   |                      |
| 7.1  | COMP 019 | LIMPEZA FINAL DA OBRA  | M2 | 360,00 | 2,01   | 2,44   | 4,45   | 723,60               | 878,40               | 1.602,00             |                       |                      |
|      |          | <b>CUSTO TOTAL DA OBRA</b>   |    |        |        |        |        |                      |                      |                      | <b>R\$ 238.872,53</b> |                      |



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**


Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO I.VII – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO SUGERIDO**



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES  
DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DAS CIDADES


DATA: 02/09/25  
TIPO OBRA: REFORMA  
PROTOCOLO: 23.590.574-4  
PRAZO EXECUÇÃO 120 DIAS

|   |   |         |           |              |           |              |            |              |            |              | BDI                  | 27,07%                |
|---|---|---------|-----------|--------------|-----------|--------------|------------|--------------|------------|--------------|----------------------|-----------------------|
| ITEM  | SERVIÇOS  | ÍNDICE  | 30        | % NO PERÍODO | 60        | % NO PERÍODO | 90         | % NO PERÍODO | 120        | % NO PERÍODO | VALOR SERVIÇO C/ BDI | VALOR PLANILHA S/ BDI |
| 01  | ADMINISTRAÇÃO LOCAL                               | 8,26%   | 7.518,05  | 30,00%       | 6.265,04  | 25,00%       | 6.265,04   | 25,00%       | 5.012,03   | 20,00%       | 25.060,17            | 19.720,80             |
| 02  | SERVIÇOS PRELIMINARES                             | 24,80%  | 5.051,50  | 6,71%        | 17.970,10 | 23,87%       | 32.198,62  | 42,77%       | 20.062,97  | 26,65%       | 75.283,18            | 59.243,20             |
| 03  | ESCORAMENTO DA FACHADA                            | 14,46%  |           |              | 24.135,40 | 55,00%       | 19.747,14  | 45,00%       |            |              | 43.882,54            | 34.532,84             |
| 04  | REPAROS E REVESTIMENTOS                           | 26,44%  |           |              | 12.037,41 | 15,00%       | 56.174,57  | 70,00%       | 12.037,41  | 15,00%       | 80.249,39            | 63.151,30             |
| 05  | PINTURA   | 22,60%  |           |              |           |              | 17.148,40  | 25,00%       | 51.445,20  | 75,00%       | 68.593,59            | 53.978,91             |
| 06  | TRATAMENTO PAREDE DE DIVISA E TRAVAMENTO VIGAS DA | 2,78%   |           |              |           |              |            |              | 8.442,19   | 100,00%      | 8.442,19             | 6.643,48              |
| 07  | DEMAIS SERVIÇOS                                   | 0,67%   |           |              |           |              |            |              | 2.035,74   | 100,00%      | 2.035,74             | 1.602,00              |
| 08  |   |         |           |              |           |              |            |              |            |              |                      |                       |
| VALOR DA PARCELA DETERMINADA COM BASE NO PREÇO MÁXIMO |   | 100,00% | 12.569,55 | 4,14%        | 60.407,94 | 19,90%       | 131.533,77 | 43,33%       | 99.035,53  | 32,63%       | 303.546,80           | 238.872,53            |
| VALOR PROPOSTO  |   |         |           |              |           |              |            |              |            |              |                      |                       |
| DESCONTO PROPOSTO / VALOR DAS PARCELAS                |   |         |           | 4,14%        |           | 19,90%       |            | 43,33%       |            | 32,63%       |                      |                       |
| TOTAL ACUMULADO COM O DESCONTO PROPOSTO               |   |         | 12.569,55 | 4,14%        | 72.977,49 | 24,04%       | 204.511,27 | 67,37%       | 303.546,80 | 100,00%      |                      |                       |

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**


Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO I.VIII – MODELO CRONOGRAMA FÍSICO**



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES  
DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DAS CIDADES

DATA: 02/09/25  
TIPO OBRA: REFORMA  
PROTOCOLO: 23.590.574-4  
PRAZO EXECUÇÃO 120 DIAS

|   |   |        |      |              |      |              |      |              |      |              | BDI                  | 27,07%                |
|---|---|--------|------|--------------|------|--------------|------|--------------|------|--------------|----------------------|-----------------------|
| ITEM  | SERVIÇOS  | ÍNDICE | 30   | % NO PERÍODO | 60   | % NO PERÍODO | 90   | % NO PERÍODO | 120  | % NO PERÍODO | VALOR SERVIÇO C/ BDI | VALOR PLANILHA S/ BDI |
| 01  | ADMINISTRAÇÃO LOCAL                               | 0,00%  |      |              |      |              |      |              |      |              |                      |                       |
| 02  | SERVIÇOS PRELIMINARES                             | 0,00%  |      |              |      |              |      |              |      |              |                      |                       |
| 03  | ESCORAMENTO DA FACHADA                            | 0,00%  |      |              |      |              |      |              |      |              |                      |                       |
| 04  | REPAROS E REVESTIMENTOS                           | 0,00%  |      |              |      |              |      |              |      |              |                      |                       |
| 05  | PINTURA   | 0,00%  |      |              |      |              |      |              |      |              |                      |                       |
| 06  | TRATAMENTO PAREDE DE DIVISA E TRAVAMENTO VIGAS DA | 0,00%  |      |              |      |              |      |              |      |              |                      |                       |
| 07  | DEMAIS SERVIÇOS                                   | 0,00%  |      |              |      |              |      |              |      |              |                      |                       |
| 08  |   |        |      |              |      |              |      |              |      |              |                      |                       |
| VALOR DA PARCELA DETERMINADA COM BASE NO PREÇO MÁXIMO |   | 0,00%  |      | 0,00%        |      | 0,00%        |      | 0,00%        |      | 0,00%        |                      |                       |
| VALOR PROPOSTO  |   |        |      | 0,00%        |      | 0,00%        |      | 0,00%        |      | 0,00%        |                      |                       |
| DESCONTO PROPOSTO / VALOR DAS PARCELAS                |   |        |      |              |      |              |      |              |      |              |                      |                       |
| TOTAL ACUMULADO COM O DESCONTO PROPOSTO               |   |        | 0,00 | 0,00%        | 0,00 | 0,00%        | 0,00 | 0,00%        | 0,00 | 0,00%        |                      |                       |

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO I.IX – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART DA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO**



**Anotação de Responsabilidade Técnica - ART**  
**Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977**

**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página 1/1  
**ART de Obra ou Serviço**  
**1720245518707**

1. Responsável Técnico

**ALTAIR FREIRE**

Título profissional:  
**ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **1701821834**

Carteira: **PR-89723/D**

2. Dados do Contrato

Contratante: **SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA**

CNPJ: **77.071.579/0001-08**

R JACY LOUREIRO DE CAMPOS, 180

PALÁCIO ARAUCÁRIAS CENTRO CIVICO - CURITIBA/PR 80530-140

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: **26/09/2024**

Valor: **R\$ 1,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira**

3. Dados da Obra/Serviço

R BARÃO DO RIO BRANCO, 172

RUIÑAS DA BARÃO CENTRO - CURITIBA/PR 80010-180

Data de início: **26/09/2024**

Previsão de término: **29/11/2024**

Coordenadas Geográficas: **-25,431908 x -49,268559**

Finalidade: **Outro**

Proprietário: **ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ: **76.416.940/0001-28**

4. Atividade Técnica

[Elaboração de orçamento] de *reforma de edificação em materiais mistos*

Quantidade **1162,70**

Unidade **M2**

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

6. Declarações

**Acessibilidade:** Declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por ALTAIR FREIRE, registro Crea-PR PR-89723/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 26/09/2024 e hora 13h52.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - CNPJ: 77.071.579/0001-08

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site [www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br).

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site [www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br) ou [www.confea.org.br](http://www.confea.org.br)

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site [www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br)

Central de atendimento: 0800 041 0067

**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 99,64      Registrada em : 01/10/2024      Valor Pago: R\$ 99,64

A autenticidade desta ART pode ser verificada em <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>  
Impresso em: 01/10/2024 13:18:17  
[www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br)



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS  
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON  
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

ANEXO I.X – DOCUMENTO CARTORIAL

 **República Federativa do Brasil**  
**Estado do Paraná**  
**Registro de Imóveis de Curitiba**  
**4ª Circunscrição**  
Rua Heitor Stockler de França nº 396, Sala 2310, 23º andar - Centro  
CEP 80.030-030 - Fone 41 3387 - 1898

**CERTIDÃO**

**REGISTRO DE IMÓVEIS DA 4ª CIRCUNSCRIÇÃO**  
RUA CANDIDO LEÃO N.º 45 - CONJ. 303  
Estado do Paraná - Comarca de Curitiba  
Oficial: ENEIDE CUNICO SCHWAB  
C.P.F. 980.539.609-80

**REGISTRO GERAL**  
**MATRÍCULA N.º 50.782**

FICHA  
-1-

RUBRICA

**IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL:** Terreno localizado de frente para a Rua Barão do Rio Branco, sob nr. 168/174, nesta Capital, cadastrado no Município de Curitiba, pela indicação fiscal nr. 12-046-015.000-1, com as seguintes medidas e confrontações: frente para a rua Barão do Rio Branco, onde mede 14,50m.; no lado direito de quem daquela rua olha o imóvel, com 39,05m. da frente aos fundos, confrontando com o lote de indicação fiscal nr. 12-046-016.000; do lado esquerdo, segundo a mesma orientação, com 39,05m., confrontando com o lote de indicação fiscal nr. 12-046-017.000; e na linha de fundos, com 14,50m., confrontando com o lote de indicação fiscal nr. 12-046-034.000; fechando uma área de 565,23m2.; contendo uma edificação em alvenaria, coberta de telhas de barro, com andar térreo, 1º andar e sótão, totalizando 804,80m2. de área construída. **PROPRIETÁRIOS:** EDWIN AUGUSTO HAUER, AFFONSO HAUER, ELISABETH HAUER, casada com JORGE MEYER FILHO, e WILLY HAUER. **REGISTROS ANTERIORES:** Transcrições nrs. 153, 154, 155 e 156, todas do livro 3, da 3a. Circunscrição Imobiliária, desta Comarca. - O referido é verdade e dou fé.(aan) Curitiba, 13 de Junho de 1.995. **OFICIAL:**

**R.1 - 50.782 - DESAPROPRIAÇÃO:** Prot.114.347-Nos termos do Mandado expedido em data de 18/08/1.994, pelo Juízo de Direito da Segunda Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas, d/Comarca, extraído dos Autos de Ação de Desapropriação sob nr. 1039, requerida pelo ESTADO DO PARANÁ, contra Espólio de AUGUSTO HAUER, cujo documento fica arquivado neste Cartório; o imóvel descrito nesta matrícula, avaliado nos autos pela quantia de Cr\$266.154,25(Março/1944), foi transferido para o ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno. Distr. nr. 171, em 09/Maio/1.995. V.V.I. R\$600.000,00. Custas: 3652(vrc) R\$189,90.- O referido é verdade e dou fé.(aan) Curitiba, 13 de Junho de 1.995.- **OFICIAL:**

**Certidão**  
**CERTIFICO** que esta fotocópia é reprodução fiel e integral da matrícula n.º 50782 do Livro 2 deste Serviço Registral e tem valor de certidão (Art.19 § 1º da Lei 6.015/73). Dou fé. Protocolo nº23.099. Emolumentos: RS 14,89. Funrejus: RS 3,75. Selo: RS 4,40 ISS: RS 0,59. TOTAL RS23,63

Curitiba - PR, 18 de dezembro de 2017.

Ana Beatriz Silveira Damasceno  
Escrevente

Funarpen - Lei 13.228 de 18/07/2001 - Selo Digital Nº Uyva9.ZrDpV.ZFrML Controle:uENBR.fksO - Autenticidade do selo em <http://funarpen.com.br>

**MATRÍCULA Nº 50.782**

SEQUE NO VERSO

Protocolo: 23.099      Data: 18/12/2017      Página 1



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



**República Federativa do Brasil**  
**Estado do Paraná**  
**Registro de Imóveis de Curitiba**  
**4ª Circunscrição**

Rua Heitor Stockler de França nº 396, Sala 2310, 23º andar - Centro  
CEP 80.030-030 - Fone 41 3387 - 1898

**CERTIDÃO**



**REGISTRO DE IMÓVEIS**  
**DA 4ª CIRCUNSCRIÇÃO**

RUA CANDIDO LEÃO N.º 45 - CONJ. 303  
Estado do Paraná - Comarca de Curitiba  
Oficial: ENEIDE CUNICO SCHWAB  
C.P.F. 399.939.889-80

**REGISTRO GERAL**

FICHA  
-1-

**MATRÍCULA N.º 50.783**

RUBRICA

**IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL:** Terreno localizado de frente para a Rua Barão do Rio Branco, sob nr. 182/186, nesta Capital, cadastrado no Município de Curitiba, pela indicação fiscal nr. 12-046-016.000-4, com as seguintes medidas e confrontações: frente para a rua Barão do Rio Branco, onde mede 15,30m.; no lado direito de quem daquela rua olha o imóvel, com 39,05m. da frente aos fundos, confrontando com o lote de indicação fiscal nr. 12-046-014.000; do lado esquerdo, segundo a mesma orientação, com 39,05m., confrontando com o lote de indicação fiscal nr. 12-046-015.000; e na linha de fundos, com 15,30m., confrontando com o lote de indicação fiscal nr. 12-046-034.000; fechando uma área de 597,47m2.; contendo uma edificação em alvenaria, coberta de telhas de barro, com andar térreo e 1º andar, totalizando 800,60m2. de área construída. **PROPRIETÁRIA:** ADELAIDE HAUER, viúva. **REGISTRO ANTERIOR:** Transcrição nr. 149 do livro 3, da 3a. Circunscrição Imobiliária, desta Comarca. O referido é verdade e dou fé. (aan) Curitiba, 13 de Junho de 1.995. **OFICIAL:** *[Assinatura]*

**R.1 -50.783 - DESAPROPRIAÇÃO:** Prot.114.347-Nos termos do Mandado expedido em data de 16/06/1.994, pelo Juízo de Direito da Segunda Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas, d/Comarca, extraído dos Autos de Ação de Desapropriação sob nr. 1039, requerida pelo ESTADO DO PARANÁ, contra Espólio de AUGUSTO HAUER, cujo documento fica arquivado neste Cartório; o imóvel descrito nesta matrícula, avaliado nos autos pela quantia de Cr\$240.979,80(Março/1944), foi transferido para o ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno. Distr. nr. 171, em 09/Maio/1.995. V.V.I. R\$600.000,00. Custas: 1826(vrc) R\$94,95.- O referido é verdade e dou fé. (aan) Curitiba, 13 de Junho de 1.995.- **OFICIAL:** *[Assinatura]*

**Certidão**

**CERTIFICO** que esta fotocópia é reprodução fiel e integral da matrícula n.º 50783 do Livro 2 deste Serviço Registral e tem valor de certidão (Art.19 § 1º da Lei 6.015/73). Dou fé. Protocolo nº23.099. Emolumentos: R\$ 14,89. Funrejus: R\$ 3,75. Selo: R\$ 4,40 ISS: R\$ 0,59. TOTAL R\$23,63

Curitiba - PR, 18 de dezembro de 2017.

*[Assinatura]*  
**Ana Beatriz Silveira Damasceno**  
Escrevente

Funarpen - Lei 13.228 de 18/07/2001 - Selo Digital N° Hyva9-ZrDC6.YGrM9, Controle:0KEzRN2dLP - Autenticidade do selo em <http://funarpen.com.br>

SEGUIR NO VERSO

MATRÍCULA Nº  
-50.783-

Protocolo: 23.099

Data: 18/12/2017

Página 1



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS  
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON  
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO I.V – PROJETO DE ESCORAMENTO DE FACHADA – ANÁLISES DO ESTADO DE  
CONSERVAÇÃO**

**Projeto Estrutural de Escoramento  
e Consolidação de Fachada para a  
Antiga Sede do Departamento de  
Polícia Civil**

**ANÁLISES DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO**

JANEIRO DE 2014



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
SEIL - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
PARANÁ EDIFICAÇÕES  
GERÊNCIA DE PROJETOS



BBC – Engenharia e Arquitetura Ltda  
Rua Treze de maio, 879 – Sala 02 – São Francisco – Curitiba/PR  
Fone: Fixo: (41) 3039-1135 / Celular: (41) 9949-7029  
[bbc.dirceu@gmail.com](mailto:bbc.dirceu@gmail.com) / [dirceu@bbcengearq.com.br](mailto:dirceu@bbcengearq.com.br)  
[www.bbcengearq.com.br](http://www.bbcengearq.com.br)

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



**CLIENTE / PROPRIETÁRIO:**

Governo do Estado do Paraná

**PROJETO:**

Projeto Estrutural de Escoramento e Consolidação de Fachada para a Antiga Sede do Departamento de Polícia Civil

**LOCAL DA OBRA:**

Rua Barão do Rio Branco nº 182 (azul) e 174 (amarela), Centro, Curitiba/PR

**RESPONSÁVEL TÉCNICO:**

Arq. Dirceu Contti - CAU A32659-3

**ETAPA:**

Mapeamento de Danos

**AUTORIA:**

Análises do Estado de Conservação

Arq. Dirceu Contti - CAU A32659-2

Arq. Ivilyn Weigert - CAU A40238-9

Eng. Ronaldo Loyola de Amorim – CREA/PR 10.275-D

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



**SUMÁRIO**

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO:</b>  | <b>4</b>  |
| <b>2. AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS MATERIAIS:</b>          | <b>5</b>  |
| 2.1. ELEMENTOS DAS ALVENARIAS PORTANTES:                             | 5         |
| 2.2. ELEMENTOS ARTÍSTICOS, CIMALHAS E FRISOS DE ALVENARIA E MADEIRA: | 10        |
| 2.3. ELEMENTOS DE MADEIRA:   | 11        |
| 2.4. ESQUADRIAS (ITEM FORA DO ESCOPO DOS TRABALHOS):                 | 13        |
| 2.5. PINTURAS:   | 17        |
| 2.6. OUTROS:   | 19        |
| <b>3. AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO SISTEMA ESTRUTURAL:</b>  | <b>22</b> |
| 3.1. FUNDAÇÕES:  | 22        |
| 3.2. FACHADAS:   | 23        |
| <b>4. IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES DEGRADADORES</b>                     | <b>23</b> |
| 4.1. AGENTES EXTERNOS  | 23        |

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



**1. INTRODUÇÃO:**

Este documento tem a finalidade de emitir parecer relativo ao Diagnóstico de patologias do prédio identificado como Antiga Sede do Departamento de Polícia Civil, sendo esta uma etapa de análise complementar à etapa do Levantamento Arquitetônico e parte de um contexto maior, visando à recuperação e consolidação desta edificação histórica, bem como a proposta de um escoramento preventivo, visando manter a integridade estrutural das duas fachadas. Para esta perspectiva mais abrangente, sua completa avaliação tem por objetivo diagnosticar e indicar as causas de eventuais patologias, que já tenham causado ou que ainda possam originar danos tanto à funcionalidade como à estabilidade das fachadas, bem como o estado geral de conservação dos materiais.

É parte complementar a este documento as peças gráficas com localização dos danos nas fachadas.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



## **2. AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS MATERIAIS:**

Com foco no estado de conservação dos elementos constituintes da edificação em questão, podem ser caracterizadas as seguintes abordagens:

### **2.1. ELEMENTOS DAS ALVENARIAS PORTANTES:**

#### **2.1.1. TIJOLOS CERÂMICOS:**

Tanto os tijolos das fachadas como às paredes de periferia remanescentes das duas edificações já indicado anteriormente – Etapa Mapeamento de Danos. Não apresentam características de degradação elevada, não indicando comprometimento à edificação. Vale ressaltar somente que existem vários tijolos faltantes principalmente onde estão ancorados os barrotes dos pisos.

#### **2.1.2. REVESTIMENTOS EM ARGAMASSA:**

Os revestimentos externos (voltados para rua) não apresentam descolamento ou qualquer outra patologia com maior grau de comprometimento, com exceção de alguns pontos mapeados (ver foto 01).

O revestimento interno das fachadas está bastante comprometido, apresentando vários locais onde ele já se desprende ou foi removido, principalmente onde estavam ou estão engastados os caibros de sustentação dos pisos e da cobertura (ver foto 02). Na fachada do nº 174 (amarela), na região acima das janelas do Pav. Térreo não existe reboco numa grande área, que acreditamos ser uma alteração já muito antiga (ver foto 03).



Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS  
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON  
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



Foto 01: Alvenaria de tijolos e rebocos externos bem conservados.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.



Foto 02: Rebocos faltantes na região do engaste dos pisos e da cobertura (nº 182 – azul).  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.

02.02.2014

DPC\_ARQ\_DI\_RELATÓRIO\_DANOS\_R00.doc

6/24

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba/PR / Fone (41) 3039-1135.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



Foto 03: Região acima das janelas com reboco faltante.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.

Em alguns pontos específicos do revestimento externo, encontra-se a presença de vegetação (ver foto 04), resquícios de instalações elétricas e de água pluvial (ver fotos 05 e 06) e ainda pequena trinca na junção dos dois edifícios (ver foto 07). Outros danos de menor proporção típicos de edificações em carência de manutenção, conforme indicado nas peças gráficas.



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



*Foto 04: Presença de vegetação na fachada externa.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.*



*Foto 05: Presença de vegetação e tubulação elétrica antiga.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.*



*Foto 06: Resquícios de fiação elétrica e tubulação pluvial.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.*

02.02.2014

DPC\_ARQ\_DI\_RELATÓRIO\_DANOS\_R00.doc

8/24

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba-PR / Fone (41) 3039-1135.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



*Foto 07: Pequena trinca sobre o arco da janela na fachada externa.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.*

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



**2.2. ELEMENTOS ARTÍSTICOS, CIMALHAS E FRISOS DE ALVENARIA E MADEIRA:**

Na fachada da edificação de nº 182 (cor azul) a cimalha de coroamento abaixo da balaustrada, composta de madeira e chapa metálica, apresenta uma pequena região faltante, decorrente da fadiga e apodrecimento dos materiais que a compõem. Por se tratar de um elemento decorativo, leve e sem função estrutural, sua recomposição é simplificada, simplesmente reproduzindo conforme o original (ver foto 08).

Os elementos de argamassa das fachadas externas estão íntegros e bem conservados. O único elemento que apresenta pequenas fissuras e a moldura de coroamento do piso do balcão da fachada de nº 174 (cor amarela), decorrente de infiltrações ocasionadas pelo entupimento dos buzinotes que escoavam suas águas pluviais (ver foto 09).



Foto 08: Pedaco faltante da cimalha de madeira com cobertura em chapa metálica.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



Foto 09: Trinca na moldura de coroamento do piso do balcão.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.

### 2.3. ELEMENTOS DE MADEIRA:

Todos os elementos de madeira que de alguma madeira estão fixados, apoiados ou engastados nas fachadas internas estão todos em avançado estado de decomposição (ver fotos 10, 11 e 12).

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



Foto 10: Engradamento de madeira fixo nas paredes da Fachada.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.



Foto 11: Barrotes de madeira engastados na fachada.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.



Foto 12: Chapas de compensado fixados nas paredes, bem como barrotes remanescentes dos antigos pisos.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.

02.02.2014

DPC\_ARQ\_DI\_RELATÓRIO\_DANOS\_R00.doc

12/24

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba-PR / Fone (41) 3039-1135.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



**2.4. ESQUADRIAS (ITEM FORA DO ESCOPO DOS TRABALHOS):**

**2.4.1. ESQUADRIAS DE MADEIRA:**

As esquadrias de madeira, de um modo geral, ainda seriam possíveis de recuperação. Apresentam-se em regular estado de conservação, com danos graves como peças faltantes, apodrecimentos, oxidação das ferragens e fechaduras faltantes, bem como falta dos vidros e desgaste da pintura (ver fotos 13,14,15 e 16). Por estarem desprotegidas, sobre a ação do tempo e de vandalismos, seu estado de conservação se agravará continuamente.



Foto 13: Esquadrias de madeira do Pav. Superior da fachada da Edificação de nº 174 (amarela).  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



Foto 14: Detalhe da porta de acesso a Edificação nº174.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.



Foto 15: Porta de acesso a edificação de nº 174 (amarela).  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.



Foto 16: Esquadria de madeira do (acesso principal) da edificação de cor amarela (nº 174).  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.

02.02.2014

DPC\_ARQ\_DI\_RELATÓRIO\_DANOS\_R00.doc

14/24

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba/PR / Fone (41) 3039-1135.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



**2.4.2. ESQUADRIAS DE FERRO:**

As esquadrias de ferro apresentam-se em regular estado de conservação, com danos moderados como alterações posteriores para colocação de aparelhos de ar condicionado (ver foto 17 e 19), oxidação, ferrugem e fechaduras faltantes, bem como falta dos vidros e desgaste da pintura (ver fotos 18 e 20). Por estarem desprotegidas, sobre a ação do tempo e de vandalismos, seu estado de conservação se agravará continuamente.



Foto 17: Esquadrias de ferro oxidadas, com vidros faltantes e alterações para equipamentos de ar condicionado.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



Foto 18: Esquadrias de ferro entre as duas fachadas.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.



Foto 19: Alterações para aparelho de ar condicionado.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.



Foto 20: Esquadrias de ferro do Pav. Superior (Edificação nº 182 – azul) em bom estado de conservação.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.

02.02.2014

DPC\_ARQ\_DI\_RELATÓRIO\_DANOS\_R00.doc

16/24

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba/PR / Fone (41) 3039-1135.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



**2.5. PINTURAS:**

As pinturas internas estão totalmente comprometidas, apresentando grandes panos com camadas descoladas e outras já sem pintura, onde percebemos pintura a cal antiga (Ver fotos 21 e 22). Nas fachadas externas a pintura está um pouco mais conservada, mas no geral também está se soltando e em algumas regiões percebemos isso com mais clareza (Ver foto 23).



Foto 21: Descolamento da pintura látex sobre a pintura cal.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.



Foto 22: Descolamento da pintura látex sobre pintura a cal.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



Foto 23: Pintura da fachada externa com descolamentos generalizados e em alguns pontos mais acentuado.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



**2.6. OUTROS:**

O interior das duas edificações encontra-se com um acúmulo muito grande de entulhos, vegetação, paredes de estuque, tubulações, telhas e madeiras decorrentes da ruína dos pisos e cobertura (ver fotos 24, 26, 28 e 29). O caso mais grave é na edificação de nº 174 (amarela) onde todo o madeiramento da cobertura está apoiado sobre a estrutura metálica e barrotes do Pav. Superior. Essa grande massa de madeira está apodrecendo com o tempo e qualquer trabalho que venha a ser executado nessa fachada fica comprometido pelo alto risco de queda desse material (ver fotos 25 e 27). Portanto antes de qualquer providência de recuperação das fachadas, recomendamos expressamente a limpeza de todo esse material por uma empresa especializada em obras em monumentos históricos.



Foto 24: Visão geral dos entulhos na edificação de nº 174 (amarela)  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



Foto 25: Madeiraamento proveniente da queda da Cobertura, apoiados precariamente sobre a estrutura metálica do Pav. Superior.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.



Foto 26: Acúmulo de sujidades e entulhos no interior da edificação.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.

02.02.2014

DPC\_ARQ\_DI\_RELATÓRIO\_DANOS\_R00.doc

20/24

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba/PR / Fone (41) 3039-1135.



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



Foto 27: Compensados fixados na fachada e madeiramento da cobertura.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.



Foto 28: Entulhos no interior da Edificação.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.



Foto 29: Acúmulo de sujeiras, entulhos e vegetação no interior da edificação (Edificação nº 182 – azul).  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.

02.02.2014

DPC\_ARQ\_DI\_RELATÓRIO\_DANOS\_R00.doc

21/24

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba/-PR / Fone (41) 3039-1135.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



### 3. AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO SISTEMA ESTRUTURAL

Estruturalmente as edificações (fachadas) encontram-se estáveis, necessitando de reparos localizados e superficiais, porém sem afetar no presente momento sua estabilidade global. Porém, por ser tratar somente de fachadas será necessária a implantação de escoramentos na parte superior (ver Projeto Estrutural). Há, todavia, situações pontuais sobre as quais cabem considerações a cerca do estado de conservação do sistema estrutural, conforme segue:

#### 3.1. FUNDAÇÕES:

Constituídas por pedras, posicionadas em fiadas intercaladas e argamassadas entre si e de tijolos maciços, apresentam constituição dentro da normalidade, sem apresentar pontos de fragilidade específica em seus elementos constituintes (ver foto 30).

Na parte baixa junto ao nível dos Subsolos (Porão) verifica-se a presença de umidade nas paredes de pedra que o conformam. Esta umidade é fruto da umidade proveniente do solo e ainda por estar em nível abaixo da rua. Na superfície destas paredes se percebe a precipitação de sais, todavia sem comprometimento à estrutura.



Foto 30: Fundação de pedras argamassadas com acúmulo de umidade.  
Fonte: BBC Engenharia e Arquitetura Ltda.



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



### 3.2. FACHADAS:

Constituídas por tijolos maciços, posicionados em fiadas intercaladas e argamassados entre si e rebocados, apresentam constituição dentro da normalidade, sem apresentar pontos de fragilidade específica em seus elementos constituintes. As fachadas estão prumadas e sem nenhum sinal visível de abaulamento ou mesmo de qualquer comprometimento estrutural.

Na parte alta das fachadas, não temos mais paredes internas ou mesmo trilhos metálicos para travamento do conjunto, por segurança, devemos adotar medidas preventivas como escoramento metálico (ver projeto específico).

## 4. IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES DEGRADADORES

Pode-se identificar que os principais agentes degradadores e agressivos se apresentam na forma que segue:

### 4.1. AGENTES EXTERNOS

#### 4.1.1. FENÔMENOS FÍSICOS

- **Ação do vento:** se apresenta principalmente como um agente de degradação das partes altas das fachadas. Associado à chuva provoca aceleração dos danos nos elementos verticais externos e internos da edificação;
- **Ação das chuvas:** representa o maior agente degradador direto dos revestimentos externos e esquadrias, pois sem a proteção interna das coberturas, sua ação é direta e agressiva.
- **Águas de subsolo:** provocam umidade e danos nas bases das paredes;
- **Calor:** provoca dilatação dos elementos da edificação ocasionando craquelamento, fissuras ou mesmo rachaduras.

Obs: A ação severa destes fenômenos está diretamente ligada à falta de manutenção da edificação, que neste caso caracteriza-se praticamente pelo abandono da obra, agravado pela ruína das coberturas internas.

#### 4.1.2. FENÔMENOS QUÍMICOS

- Por estar situado no centro da cidade e junto a ruas com alto tráfego de carros, vários elementos sofrem com a poluição e demais agentes, provocando degradação das pinturas e oxidação de elementos metálicos.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



**4.1.3. FENÔMENOS BIOLÓGICOS**

- Casulos e ninhos de pássaros: retém umidade junto aos elementos da edificação e promovem deterioração dos mesmos quando ali se instalam por período prolongado;
- Pátina botânica: basicamente presença de musgos, líquens ou mesmo vegetação;
- Organismos xilófagos: degradação dos elementos de madeira;

Obs: A ação severa destes fenômenos está diretamente ligada à falta de manutenção da edificação, que neste caso caracteriza-se praticamente pelo abandono da obra, agravado pela ruína das coberturas internas.

Dirceu Contti  
Arquiteto & Urbanista - CAU: A32659-3  
Responsável Técnico

Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS  
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON  
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO I.XII – PROJETO DE ESCORAMENTO DE FACHADA – MEMORIAL DESCRITIVO  
EXECUTIVO**

**Projeto Estrutural de Escoramento  
e Consolidação de Fachada para a  
Antiga Sede do Departamento de  
Polícia Civil**

**PROPOSTA:  
MEMORIAL DESCRITIVO**

JANEIRO DE 2014



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
SEIL - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
PARANÁ EDIFICAÇÕES  
GERÊNCIA DE PROJETOS



**BBC – Engenharia e Arquitetura Ltda**  
Rua Treze de maio, 879 – Sala 02 – São Francisco – Curitiba/PR  
Fone: Fixo: (41) 3039-1135 / Celular: (41) 9949-7029  
[bbc.dirceu@gmail.com](mailto:bbc.dirceu@gmail.com) / [dirceu@bbcengearq.com.br](mailto:dirceu@bbcengearq.com.br)  
[www.bbcengearq.com.br](http://www.bbcengearq.com.br)



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



**CLIENTE / PROPRIETÁRIO:**

Governo do Estado do Paraná

**PROJETO:**

Projeto Estrutural de Escoramento e Consolidação de Fachada para a Antiga Sede do Departamento de Polícia Civil

**LOCAL DA OBRA:**

Rua Barão do Rio Branco nº 182 (azul) e 174 (amarela), Centro, Curitiba/PR

**RESPONSÁVEL TÉCNICO:**

Arq. Dirceu Contti - CAU A32659-3

**ETAPA:**

Projeto Executivo: Proposta (Memorial)

**AUTORIA:**

Análises do Estado de Conservação

Arq. Dirceu Contti - CAU A32659-2

Arq. Ivilyn Weigert - CAU A40238-9

Eng. Ronaldo Loyola de Amorim – CREA/PR 10.275-D

02.02.2014

ARQ\_Antiga Fachada DPC\_Memorial Descritivo.R00.dwg

2/17

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba/PR / Fone (41) 3039-1135.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



**SUMÁRIO**

|   |    |
|---|----|
| 1. CONCEITUAÇÃO:                                  | 4  |
| 2. MEMORIAL DESCRITIVO:                           | 6  |
| 2.1. RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS/ MEDIDAS PREVENTIVAS: | 6  |
| 2.2. RELAÇÃO DE PRANCHAS:                         | 7  |
| 2.3. DADOS DO EMPREENDIMENTO:                     | 8  |
| 3. SERVIÇOS INICIAIS E INSTALAÇÃO DA OBRA:        | 9  |
| 3.1. INSTALAÇÃO DA OBRA:                          | 9  |
| 3.2. SERVIÇOS PRELIMINARES:                       | 9  |
| 3.3. SERVIÇOS GERAIS INTERNOS:                    | 11 |
| 4. REFORÇO ESTRUTURAL FACHADAS:                   | 11 |
| 5. ESQUADRIAS DE MADEIRA E FERRO:                 | 11 |
| 6. IMPERMEABILIZAÇÕES:                            | 12 |
| 7. ALVENARIAS:                                    | 12 |
| 8. REVESTIMENTOS:                                 | 12 |
| 9. PINTURAS:                                      | 14 |
| 10. SERVIÇOS COMPLEMENTARES:                      | 17 |

02.02.2014

ARQ\_Antiga Fachada DPC\_Memorial Descritivo.R00.dwg

3/17

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba/PR / Fone (41) 3039-1135.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



## 1. CONCEITUAÇÃO:

### PROJETO ARQUITETÔNICO

O Projeto de Consolidação de Fachada para a Antiga Sede do Departamento de Polícia Civil tem como principal objetivo a sua valorização arquitetônica e histórica e a recuperação de suas características estilísticas, garantindo melhor identidade cultural ao bem e, principalmente, garantindo sua estabilidade física e estrutural.

*“... a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte na sua consistência física e na sua cópia polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro.”<sup>1</sup>*

O projeto de intervenção da edificação seguirá alguns princípios básicos de restauração. Estes critérios serão aplicados sempre levando em consideração que cada caso de restauração é um caso específico e deve ser estudado e trabalhado respeitando as suas características e necessidades. São os princípios a serem seguidos:

1. Reversibilidade: Toda a restauração deve ser reversível de forma a propiciar futuras intervenções.
2. Objetividade: A restauração termina onde começa a hipótese. O segundo princípio é relativo à matéria da qual resulta a imagem; essa só é insubstituível quando há uma relação direta com a configuração da imagem, ou seja, quando está relacionada com o aspecto e não tanto com a estrutura. Neste ponto a restauração ganha certa liberdade no que se refere às estruturas e suportes mesmo que sempre em harmonia com os valores históricos. Quanto menos se intervir na edificação melhor.
3. Autenticidade: As reintegrações devem ser reconhecíveis com facilidade, mas sem que para isto tenham de romper a unidade que se busca reconstituir. Deste modo a intervenção deve ser reconhecida desde a distância a que a obra será contemplada; reaproveitando sempre os materiais originais.

A restauração busca recuperar a unidade figurativa da obra sem que com isso tenha de recuperar as características primitivas da edificação.

*“... a adição será ainda pior quanto mais se aproximar de refazimento, e o refazimento será ainda mais consentido quanto mais se afastar da adição e visar construir uma nova unidade sobre a antiga.”<sup>2</sup>*

<sup>1</sup> Cesare Brandi, Teoria da Restauração (1936) pág. 31.

<sup>2</sup> Cesare Brandi, Teoria da Restauração (1936) pág. 74.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



Os acréscimos e o envelhecimento natural dos materiais, sempre que possível, serão respeitados e mantidos como testemunho da passagem do tempo e da ação do homem, isto quando não interferirem no contexto e compreensão da obra.

*“A restauração, para representar uma operação legítima não deverá presumir nem o tempo como reversível, nem a abolição da história.”<sup>3</sup>*

Pequenas intervenções serão feitas na edificação buscando sempre uma melhor adequação para seus usuários sendo estas facilmente reconhecíveis e datadas.

*“... recomenda-se o maior cuidado possível na vigilância contínua dos imóveis para se tomarem as providências de caráter preventivo, também com a finalidade de evitar intervenções de maior amplitude.”<sup>4</sup>*

A restauração preventiva é o melhor meio de assegurar a longa vida dos monumentos. Estas obras devem ser entregues a empresas especializadas assegurando uma boa execução com a utilização de matérias de qualidades e características testadas e comprovadas anteriormente.

<sup>3</sup> Cesare Brandi, Teoria da Restauração (1936) pág. 61.

<sup>4</sup> Carta de Restauração, 1972, Anexo b.



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



## 2. MEMORIAL DESCRITIVO:

### 2.1. RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS/ MEDIDAS PREVENTIVAS

Antes do início da obra é necessário planejar a sequência de serviços para que não ocorram perdas ou atrasos dos mesmos. Todo o trabalho deve ser sequenciado, não devendo nunca se abrir grandes frentes de trabalho que ponham em risco os elementos e a integridade da edificação. Algumas medidas deverão ser adotadas de forma a garantir os resultados esperados com a intervenção.

- Os serviços de restauração devem ser, quando possível, de forma idêntica ou semelhante aos processos construtivos tradicionais;
- Deve-se prevalecer o respeito aos elementos antigos e as partes autênticas, sendo somente permitida substituições quando o elemento original não puder ser recuperado.
- O canteiro de obras deverá ser instalado tomando-se os devidos cuidados para não danificar qualquer elemento existente na área do monumento;
- Todos os andaimes deverão ser autoportantes, não podendo em hipótese alguma ser engastado nas paredes. Em caso de apoio simples, este deverá ser aplicado de forma a causar o menor dano à parede ou ao revestimento;
- A área de trabalho deverá manter-se constantemente limpa e desimpedida, a fim de se permitir uma melhor visualização da obra e a facilidade de deslocamento.
- Todos os trabalhos executados na obra deverão ser feitos com o máximo de cuidado, a fim de evitar danos nos componentes do monumento;
- A qualidade dos materiais empregados deve ser um ponto essencial a ser observado principalmente neste tipo de obra;
- Deve-se sempre procurar usar o material encontrado no monumento, ou material equivalente, que, ficando aparente, deverá ter a mesma textura do original;
- Os elementos destinados a complementar as partes que faltam devem integrar-se ao conjunto, mas distinguindo-se, a critério do responsável pelo projeto, das partes originais, de modo que a restauração não seja uma falsificação;
- A substituição do reboco deverá ocorrer apenas nas partes que apresentam desprendimento. A recomposição, quando necessária, deverá buscar a composição e a granulometria de modo a conseguir uma textura similar ao reboco remanescente, além de evitar futuras trincas por retração no novo material;

02.02.2014

ARQ\_Antiga Fachada DPC\_Memorial Descritivo.R00.dwg

6/17

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 - Sala 02 / Bairro São Francisco - Curitiba/PR / Fone (41) 3039-1135.



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



- Caso o reboco existente esteja gerando retração por já ter sido modificado, prever prospecções para se chegar à granulometria original ou similar a do reboco original;

**2.2. RELAÇÃO DE PRANCHAS:**

**2.2.1. LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO (CADASTRAL)**

- ARQ\_Antiga Fachada DPC\_LV\_01.02\_R00 – Planta de Situação e Planta do Térreo;
- ARQ\_Antiga Fachada DPC\_LV\_02.02\_R00 – Elevações.

**2.2.2. DIAGNÓSTICO:**

- ARQ\_Antiga Fachada DPC\_DI\_01.01\_R00 – Elevações.

**2.2.3. PROJETO EXECUTIVO (PROPOSTA):**

- ARQ\_Antiga Fachada DPC\_PE\_02.02\_R00 – Elevações;
- ARQ\_Antiga Fachada DPC\_PE\_02.02\_R00 – Estudo de Cores.

**2.2.4. PROJETO ESTRUTURAL:**

- EST\_Antiga Fachada DPC\_PE\_01.02\_R00 – Planta, Cortes e Elevação 02;
- EST\_Antiga Fachada DPC\_PE\_02.02\_R00 – Elevação 01 e Detalhes.

02.02.2014

ARQ\_Antiga Fachada DPC\_Memorial Descritivo.R00.dwg

7/17

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba/PR / Fone (41) 3039-1135.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



**2.3. DADOS DO EMPREENDIMENTO:**

Nome da Obra: Complexo Projeto Estrutural de Escoramento e Consolidação de Fachada para a Antiga Sede do Departamento de Polícia Civil.

Endereço: Rua Barão do Rio Branco nº 182 (azul) e 174 (amarela), Centro, Curitiba/PR.

Numero de Blocos: 02.

Área total das Fachadas: 356,37m2.

02.02.2014

ARQ\_Antiga Fachada DPC\_Memorial Descritivo.R00.dwg

8/17

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba/PR / Fone (41) 3039-1135.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



### 3. SERVIÇOS INICIAIS E INSTALAÇÃO DA OBRA

#### 3.1. INSTALAÇÃO DA OBRA:

As obras de restauro são geralmente complexas, exigindo um rigoroso planejamento e muito mais atenção na organização do canteiro do que as obras comuns. Somam-se a estas exigências, o fato das obras de restauração ser geralmente públicas ou financiadas por recursos públicos, tornando interessante que sejam abertas à visitação. Assim sendo, é fundamental a limpeza constante e permanente do canteiro, exatamente por se tratar de uma obra com características didáticas e pela necessidade de ser frequentemente visitada.

Antes de se iniciarem os serviços, devem ser tomadas algumas medidas primordiais como a localização e a organização das atividades no canteiro para que fatores não programados não interfiram negativamente na obra. Além disso, é importante realizar um estudo dos fluxos das atividades e seu posterior equacionamento de forma a aperfeiçoar os serviços.

O canteiro de obras deve ser organizado com localização adequada, garantindo a visualização das placas que indiquem os responsáveis técnicos pelo projeto arquitetônico e os agentes financiadores e o melhor funcionamento do barracão de obras;

- Facilidade no descarregamento de material;
- Facilidade na retirada de entulho;
- Evitar o congestionamento do canteiro por pessoas ou materiais;
- Evitar sempre que possível perda de serviço e o desperdício de materiais;
- Limpeza permanente do canteiro de obras.

#### 3.2. SERVIÇOS PRELIMINARES:

Obras emergenciais e de proteção são procedimentos preliminares que devem ser previstos para garantir a segurança de pessoas e elementos, tais como:

- Remoção de entulhos existentes na edificação, compreendendo carga e transporte para bota-fora.

**NOTA: Essa remoção não inclui a retirada de todo o madeiramento oriundo da queda da estrutura de cobertura, que estão apoiados fragilmente sobre o vigamento de madeira do piso do Pavimento Superior e das vigas metálicas que o apoiam. Esse trabalho deve ser feito antes do iniciar a obra à que se refere esse projeto. Essa remoção deverá ser feita com muito cuidado para não afetar as**

02.02.2014

ARQ\_Antiga Fachada DPC\_Memorial Descritivo.R00.dwg

9/17

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 - Sala 02 / Bairro São Francisco - Curitiba/PR / Fone (41) 3039-1135.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



***alvenarias remanescentes. Por se tratar de um trabalho com certa complexidade e muito perigoso, recomendamos a contratação de empresa especializada em obras em Patrimônio Histórico.***

- Fechamento do perímetro externo da edificação com tapume da obra em compensado resinado 10 mm, sem acesso externo, ou seja funcionários e visitantes, além de carga e descarga deverão ser feitos pela parte interna da obra, ou seja pela entrada da Rua José Loureiro.
- Todo escoramento, de madeira ou metálico, deverá ser feito de modo a não danificar os elementos construtivos da edificação. Todos os casos que se fizerem necessário algum escoramento, esses estarão previstos em projeto. Quando for utilizada madeira para os escoramentos, as mesmas deverão ser novas e dimensionadas para cada caso.
- Instalação de andaime fachadeiro com piso em compensado resinado ou tábuas de boa qualidade - Locação por 04 meses (Montagem/Desmontagem). Deverão ser montados andaimes fachadeiros na parte interna e externa das duas fachadas simultaneamente, para facilitar os trabalhos e o travamento entre eles.
- Os andaimes não poderão apoiar-se nas paredes. Em sua montagem e desmontagem serão tomados os cuidados necessários à proteção dos elementos construtivos e decorativos da edificação. Os andaimes montados dentro da edificação deverão ser calçados com chapa de compensado de forma a distribuir a pressão concentrada em seus pés, evitando-se assim possíveis recalques.
- Todos os andaimes externos deverão estar revestidos com tela fachadeira.

**3.2.1. PLACAS DE OBRA**

- Será de responsabilidade da empresa CONTRATADA para realização da obra fornecer e afixar placas de obra dos arquitetos e projetistas e dos responsáveis técnicos pela execução, em local visível, de acordo com as exigências do CREA e CAU, além das exigidas pelo Governo do Estado do Paraná.

02.02.2014

ARQ\_Antiga Fachada DPC\_Memorial Descritivo.R00.dwg

10/17

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba/PR / Fone (41) 3039-1135.



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



### **3.3. SERVIÇOS GERAIS INTERNOS**

#### **3.3.1. CARGA E TRANSPORTE MANUAL**

- Todo o entulho e calça resultantes das obras deverão ser depositados no pátio interno em caçambas metálicas ou ainda, de outra forma que atenda às exigências da prefeitura local, e depois transportada para áreas de bota-fora em locais que atendam às exigências da municipalidade e/ou as orientações do Governo do Estado do Paraná.

#### **3.3.2. ANDAIMES**

- A Contratada deverá fornecer todos os andaimes internos e externos necessários para a realização dos serviços. Os andaimes a serem utilizados deverão ser metálicos, em bom estado de conservação, modulares e com pintura em bom estado, dotados de adequados dispositivos de segurança.

### **4. REFORÇO ESTRUTURAL FACHADAS**

- Após a execução dos serviços iniciais, limpeza e montagem dos andaimes deverão ser executados os serviços de escoramento das fachadas conforme Projeto Estrutural. Para detalhamento, procedimentos e recomendações ver projeto e memorial específico do Projeto Estrutural.

### **5. ESQUADRIAS DE MADEIRA E FERRO**

- Apesar de termos inserido material no diagnóstico e relatório fotográfico sobre as esquadrias, a recuperação das mesmas não está prevista nessa etapa, sendo assim não consta nenhum procedimento, a não ser de protege-las durante a execução das obras.

02.02.2014

ARQ\_Antiga Fachada DPC\_Memorial Descritivo.R00.dwg

11/17

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 - Sala 02 / Bairro São Francisco - Curitiba/PR / Fone (41) 3039-1135.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



## 6. IMPERMEABILIZAÇÕES

- A impermeabilização dos pisos dos Balcões será executada com manta asfáltica “Torodin 3mm” ou similar, em todo o piso. Nas paredes do perímetro dos balcões, junto ao piso, elevar a manta em 10 cm de altura. Nesse trabalho inclui a remoção da proteção do piso atual, impermeabilização e execução novamente, da proteção sobre a manta.

## 7. ALVENARIAS

### 7.1. TIJOLOS CERÂMICOS:

Tanto os tijolos das fachadas como os das paredes de periferia remanescentes das duas edificações não apresentam características de degradação elevada, não indicando comprometimento à edificação. Na face interna das duas fachadas encontramos muitos tijolos faltantes, principalmente onde os caibros dos pisos eram engastados nas paredes. Esses vazios deverão ser preenchidos com tijolos maciços de tamanho próximo aos originais e assentados com argamassa de cimento, cal e areia no traço 1:1,5:6. Esse traço é recomendado para tijolos maciços. Propomos esse traço em vez de utilizar a pasta de cal, pois queremos agregar mais um adicional de segurança nas alvenarias estruturais das fachadas. Nas trincas maiores e nas frestas onde não é possível a colocação de tijolos, utilizar essa mesma argamassa para preenchimento.

## 8. REVESTIMENTOS

### 8.1. REVESTIMENTOS INTERNOS

Antes de aplicação de qualquer argamassa de reboco a empresa contratada para a realização das obras deverá realizar ensaio para a definição do traço dos rebocos.

- Limpeza dos revestimentos: Toda a superfície das paredes existentes deverá ser lavada para retirada da poeira, manchas, eflorescências, musgos e pichações. Utilizando-se hidrojato com baixa pressão com água e sabão neutro, escovas e espátulas. Em algumas áreas além de sabão neutro deverá ser usada água com hipoclorito (10:1) para as limpezas mais difíceis como pichações.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



*OBS.: Este procedimento só deverá ser utilizado após ser previamente testado em pequena área das fachadas, de forma a não oferecer risco de desagregação do material. Nas áreas em que os revestimentos estiverem soltos ou frágeis, os serviços de limpeza deverão ser realizados de forma manual.*

- Remoção dos rebocos soltos: Todo o reboco que estiver solto deverá ser removido, cuidadosamente. Na interface da argamassa com o tijolo, onde ocorrem eflorescências, o reboco deverá ser removido sem danificar os tijolos.
- Remoção da vegetação sobre reboco: Toda a vegetação existente sobre a edificação deverá ser completamente removida de forma manual, com cuidado para que sejam minimizados os danos causados pelo procedimento.
- Fissuras: Na região das fissuras, remover o reboco no entorno (cerca de 10 cm de cada lado), preencher as mesmas com pasta de cal ou produto similar a ser testado no local conforme orientação do técnico restaurador e equipe de projeto e refazer o reboco com argamassa de traço semelhante ao original.
- Aplicação do reboco novo: A argamassa será preparada de acordo com os traços encontrados no reboco original. A aplicação deverá seguir os procedimentos de aplicação padrão com chapisco, emboço e reboco, com o diferencial que o acabamento final deverá apresentar a mesma textura e aspecto do existente a permanecer.
- Todos os mapeamentos com a demarcação das áreas e seus respectivos procedimentos estão planejados na prancha "ARQ\_Antiga Fachada DPC\_PE\_01.02\_R00" do Projeto Executivo de Arquitetura.

## **8.2. REVESTIMENTOS EXTERNOS**

Antes de aplicação de qualquer argamassa de reboco a empresa contratada para a realização das obras deverá realizar ensaio para a definição do traço dos rebocos.

- Limpeza dos revestimentos: Toda a superfície das fachadas deverá ser lavada para retirada da poeira, manchas, eflorescências, musgos e pichações. Utilizando-se hidrojato com baixa pressão com água e sabão neutro, escovas e espátulas. Em algumas áreas além de sabão neutro deverá ser usada água com hipoclorito (10:1).

02.02.2014

ARQ\_Antiga Fachada DPC\_Memorial Descritivo.R00.dwg

13/17

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba/PR / Fone (41) 3039-1135.



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



*OBS.: Este procedimento só deverá ser utilizado após ser previamente testado em pequena área das fachadas, de forma a não oferecer risco de desagregação do material. Nas áreas em que os revestimentos estiverem soltos ou frágeis, os serviços de limpeza deverão ser realizados de forma manual.*

- Remoção dos rebocos soltos: Todo o reboco que estiver solto deverá ser removido, cuidadosamente. Na interface da argamassa com o tijolo, onde ocorrem eflorescências, o reboco deverá ser removido sem danificar os tijolos.
- Remoção da vegetação sobre reboco: Toda a vegetação existente sobre a edificação deverá ser completamente removida de forma manual, com cuidado para que sejam minimizados os danos causados pelo procedimento.
- Fissuras: Na região das fissuras, remover o reboco no entorno (cerca de 10 cm de cada lado), preencher as mesmas com pasta de cal ou produto similar a ser testado no local conforme orientação do técnico restaurador e equipe de projeto e refazer o reboco com argamassa de traço semelhante ao original.
- Aplicação do reboco novo: A argamassa será preparada de acordo com os traços encontrados no reboco original. A aplicação deverá seguir os procedimentos de aplicação padrão com chapisco, emboço e reboco, com o diferencial que o acabamento final deverá apresentar a mesma textura e aspecto do existente a permanecer.
- Os elementos artísticos e frisos de argamassa seguiram a mesma orientação dos rebocos para a sua recuperação e recomposição.
- Todos os mapeamentos com a demarcação das áreas e seus respectivos procedimentos estão planejados na prancha "ARQ\_Antiga Fachada DPC\_PE\_01.02\_R00" do Projeto Executivo de Arquitetura.
- A região faltante da cimalha de madeira localizada na parte superior da Edificação de nº 182 (azul), deverá ser recomposta nos mesmos moldes da existente, seguindo criteriosamente as formas e medidas, bem como utilizar madeira de mesmas propriedades e dureza.
- Todo o rufo metálico que recobre essa cimalha deverá ser substituído por chapa de alumínio com o mesmo corte e dobras do existente.

02.02.2014

ARQ\_Antiga Fachada DPC\_Memorial Descritivo.R00.dwg

14/17

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba/PR / Fone (41) 3039-1135.



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



- Na confecção dos rufo não serão toleradas as emendas em sentido longitudinal. As peças serão dobradas perfazendo toda a sua seção. Não será permitida a soldagem de emendas, que serão feitas com mastiques plasto-elásticos. Serão empregados o Igas P da Sika, ou o Durostic da Wolf Hacker ou o Vedcrl da Otto Baumgart.

## **9. PINTURAS**

### **9.1. PROCEDIMENTOS INICIAIS**

Um bom trabalho de pintura começa sempre pela correta preparação da superfície. Por isto, alguns cuidados devem ser rigorosamente observados na execução do serviço:

- As superfícies novas que irão receber pintura látex ou acrílica deverão apresentar reboco seco e curado, serem devidamente lixadas e receberem a aplicação de um primer selador.
- Em se tratando de repintura, antes da aplicação do primer, a superfície deverá ser lavada, lixada, escovada, eliminando-se as partes soltas, poeiras, manchas de gordura, sabão ou mofo.
- As superfícies de madeira que irão receber pintura a óleo ou esmalte, deverão ser lixadas, eliminando-se as farpas, limpas e posteriormente seladas e emassadas garantindo um perfeito acabamento.
- Quando se tratar de repintura, o procedimento a ser adotado na preservação da superfície dependerá das condições da pintura anterior. Se esta apresentar descascamento, gretando, mofo e outras falhas, deve-se removê-la completamente adotando-se posteriormente as instruções descritas no item anterior. Se a pintura anterior se apresentar em boas condições, basta lixar cuidadosamente a superfície até eliminar o brilho e remover o pó.
- As superfícies metálicas ferrosas deverão ser preparadas eliminando-se as sujidades e quaisquer indícios de ferrugem aplicando-se posteriormente uma demão de um primer anticorrosivo. Superfícies já pintadas serão lixadas e a aplicação do primer anticorrosivo poderá ser feita apenas nas partes em que ficou exposta.

02.02.2014

ARQ\_Antiga Fachada DPC\_Memorial Descritivo.R00.dwg

15/17

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba/PR / Fone (41) 3039-1135.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



- As tintas látex PVA e Acrílicas serão aplicadas sobre superfície previamente preparada com rolo de espuma, trincha ou pistola, em número de demãos necessário para um bom acabamento. Entre as demãos, deve-se aguardar um intervalo de pelo menos 04 horas.
- As tintas a óleo, os esmaltes e os vernizes serão aplicados sobre superfície previamente preparada, com rolo de espuma, trincha ou pistola, em número de demãos necessário para um bom acabamento. Entre as demãos, deve-se aguardar um intervalo de 12 horas, sendo que entre a 1ª e a 2ª, a superfície deve ser novamente lixada. No caso de esquadrias que levarem vidros a 1ª demão deverá ser aplicada antes da colocação dos vidros.
- A pintura grafite protege e dá acabamento às superfícies metálicas ferrosas, apresentando em sua composição pigmentos anticorrosivos de alta resistência às intempéries. Terá aplicação similar à descrita no item anterior.

**9.2. PINTURA DE ESQUADRIAS**

- As esquadrias não receberão pintura nessa etapa da obra.

**9.3. PINTURA DE PAREDES ELEMENTOS DE ARGAMASSA**

- Pintura das paredes existentes com três demãos de látex PVA, acabamento acetinado, nas cores definidas no estudo de cores.

**9.4. PINTURA ELEMENTOS METÁLICOS**

- O rufo de alumínio receberá um fundo fosfatizante Ref.: Super Galvite da Sherwin Williams e posteriormente serão pintadas com três demãos de esmalte sintético acetinado Ref. X045 da Suvinil ou similar.
- O guarda corpo metálico da edificação nº 182 (azul) deverá ser tratado com antiferrugem ref.: Suvinil Zarcão ou similar e pintadas com esmalte sintético acetinado na cor Grafite Escuro da Suvinil ou similar.

02.02.2014

ARQ\_Antiga Fachada DPC\_Memorial Descritivo.R00.dwg

16/17

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba/PR / Fone (41) 3039-1135.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



**9.5. PINTURA DE FACHADAS – ESTUDO DE CORES**

- A partir de estudos já fornecidos pelo IPPUC, foram estabelecidas as opções de palhetas de cor para pintura das fachadas da edificação.
- As referências de cores indicadas utilizaram a tabela Suvinil Self Color. Ver prancha "ARQ\_Antiga Fachada DPC\_PE\_02.02\_R00" do Projeto Executivo de Arquitetura.

**10. SERVIÇOS COMPLEMENTARES**

**10.1. LIMPEZA DA OBRA**

- Limpeza geral e permanente durante a obra, incluindo carga, transporte e bota fora de entulhos;
- Carga e transporte de material para bota-fora de entulhos.
- No término da obra, deverá ser feita uma limpeza geral fina, de modo que a obra fique em condições de apresentação e entregue a fiscalização.

Dirceu Contti  
Arquiteto & Urbanista - CAU: A32659-3  
Responsável Técnico

02.02.2014

ARQ\_Antiga Fachada DPC\_Memorial Descritivo.R00.dwg

17/17

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba/-PR / Fone (41) 3039-1135.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

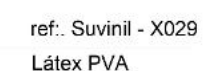
Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO I.XIII – PROJETO DE ESCORAMENTO DE FACHADA – PROJETO EXECUTIVO:**  
**PLANTA, CORTES E ELEVAÇÕES**









NOTA 2: As alvenarias internas das duas fachadas serão pintadas em Látex PVA ref.: X045 da Suvinil

PE  
02 02

Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS  
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON  
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO I.XIV – PROJETO DE ESCORAMENTO DE FACHADA – MEMORIAL DESCRITIVO  
ESTRUTURAL**

**Projeto Estrutural de Escoramento  
e Consolidação de Fachada para a  
Antiga Sede do Departamento de  
Polícia Civil**

**MEMORIAL DESCRITIVO ESTRUTURAL**

JANEIRO DE 2014



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
SEIL - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
PARANÁ EDIFICAÇÕES  
GERÊNCIA DE PROJETOS



BBC – Engenharia e Arquitetura Ltda  
Rua Treze de maio, 879 – Sala 02 – São Francisco – Curitiba/PR  
Fone: Fixo: (41) 3039-1135 / Celular: (41) 9949-7029  
[bbc.dirceu@gmail.com](mailto:bbc.dirceu@gmail.com) / [dirceu@bbcengearq.com.br](mailto:dirceu@bbcengearq.com.br)  
[www.bbcengearq.com.br](http://www.bbcengearq.com.br)

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



**CLIENTE / PROPRIETÁRIO:**

Governo do Estado do Paraná

**PROJETO:**

Projeto Estrutural de Escoramento e Consolidação de Fachada para a Antiga Sede do Departamento de Polícia Civil

**LOCAL DA OBRA:**

Rua Barão do Rio Branco nº 182 (azul) e 174 (amarela), Centro, Curitiba/PR

**RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:**

Arq. Dirceu Contti - CAU A32659-3

Eng. Ronaldo Loyola de Amorim – CREA/PR 10.275-D

**ETAPA:**

Memorial Descritivo Estrutural

**AUTORIA:**

Eng. Ronaldo Loyola de Amorim – CREA/PR 10.275-D

02.02.2014

EST\_Antiga Fachada DPC\_Memorial Descritivo Estrutural\_R00

2/7

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba/PR / Fone (41) 3039-1135.



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



**SUMÁRIO**

|                                    |   |
|------------------------------------|---|
| 1. INTRODUÇÃO: .....               | 4 |
| 2. DOCUMENTOS REFERENCIADOS: ..... | 4 |
| 3. CONCEPÇÃO ESTRUTURAL: .....     | 4 |
| 4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: .....  | 5 |

02.02.2014

EST\_Antiga Fachada DPC\_Memorial Descritivo Estrutural\_R00

3/7

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba-PR / Fone (41) 3039-1135.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



### 1. INTRODUÇÃO:

Este documento tem a finalidade de complementar as informações definidas nas pranchas dos projetos arquitetônico e estrutural do escoramento das fachadas, fornecendo discriminações e especificações técnicas, bem como disposições construtivas para sua correta execução.

### 2. DOCUMENTOS REFERENCIADOS:

2.1. Projeto Estrutural de Contenção nominados:

- EST\_AntigaFachadaDPC\_PE\_01.02\_R00.DWG

- EST\_AntigaFachadaDPC\_PE\_02.02\_R00.DWG

2.2. Memorial de Cálculo Estrutural.

### 3. CONCEPÇÃO ESTRUTURAL:

A estrutura foi concebida visando às condições locais de exeqüibilidade, suas dificuldades, bem como o estado geral de conservação da edificação.

Foram criados três tipos de pórticos metálicos para suportar os esforços incidentes nas fachadas, especificamente esforços provenientes do vento, sendo que os demais esforços como; peso próprio da estrutura, revestimentos, pisos e forros, coberturas, não foram considerados para dimensionamento dos pórticos, por não incidirem nos mesmos. Os pórticos estão numerados no projeto de 1 a 5.

Tanto a estrutura metálica existente, quanto o embasamento de alvenaria receberão as cargas resultantes dos pórticos criados. Para tal as condições das estruturas remanescentes foram analisadas, e consideradas em bom estado, que com algumas intervenções, ficam aptas a receber os novos esforços. Isto é possível porque já não mais existe o assoalho, nem a estrutura de cobertura, as telhas, o forro, etc., ou seja, as cargas incidindo sobre as estruturas.

As alvenarias portantes das fachadas serão fixadas aos pórticos através de chapas de apoio, perfis de chapa dobrada (Ur), ancoradas entre si com uma barra roscada. Externamente nas fachadas, devido à presença de elementos decorativos, pode haver necessidade de melhor apoio entre a parede e o perfil Ur. Para isso poderão ser fabricadas pequenas cunhas metálicas, que após encunhamento, deverão receber ponteamto com solda. Também recomenda-se que as porcas sejam ponteadas nas barras roscadas após a

02.02.2014

EST\_Antiga Fachada DPC\_Memorial Descritivo Estrutural\_R00

4/7

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba/PR / Fone (41) 3039-1135.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



montagem e fixação.

As amarrações das alvenarias estão preservadas o que contribui para a simplificação da estrutura de contenção. No caso da edificação número 174 (fachada amarela) a estrutura metálica está travando horizontalmente a fachada no nível do piso superior. No caso da edificação número 182 (fachada azul), existe uma parede que trava verticalmente a fachada, mas horizontalmente não está travada.

Também foi considerado que serão retirados da obra todos os elementos comprometidos, tais como; madeiramento da cobertura, barroteamento de madeira do piso e do forro, resquícios de instalações elétricas e hidráulicas. É imprescindível que todo este material seja retirado, bem como seja executada uma limpeza geral, com remoção de todo o entulho hoje existente no local.

Outro fator importante para o desempenho do conjunto é a consolidação da argamassa de assentamento das alvenarias e do revestimento interno das paredes. Portanto haverá necessidade de remoção do revestimento solto, reembrechamento entre os tijolos das alvenarias portantes e revestimento final.

A estrutura concebida é provisória e possui vida útil. É imprescindível uma manutenção anual para avaliar a degradação da mesma, suas fixações, demais ligações, e seu desempenho, até que uma restauração completa seja executada na obra.

#### **4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:**

Os materiais empregados são comuns comercialmente, tanto na construção civil quanto na construção metálica, e que serão descritos a seguir:

##### **4.1. FUNDAÇÃO:**

O apoio do pórtico 5 será feito no embasamento de alvenaria através de barras roscadas com diâmetro 16 mm e comprimento 50 cm. Primeiramente proceder a uma cuidadosa furação com broca diâmetro 20 mm, chumbando as barras através de graute. Para atingir o nível correto da estrutura, sob a chapa de apoio deverá ser executado um grauteamento. Junto à alvenaria da fachada o perfil de apoio deverá ser chumbado no nicho existente com concreto simples de resistência fck = 15 MPa.

**Materiais:** - Argamassa para graute: argamassa super graute Quartzolit

- Barras roscadas galvanizadas: Aço SAE 1020

02.02.2014

EST\_Antiga Fachada DPC\_Memorial Descritivo Estrutural\_R00

5/7

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba/PR / Fone (41) 3039-1135.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



#### **4.2. ESTRUTURA METÁLICA:**

A estrutura metálica é composta por chapas e perfis laminados, perfis de chapa dobrada, tubos estruturais, soldas e barras roscadas.

- Materiais:
- Chapas e perfis laminados: ASTM A-36
  - Perfis de chapa dobrada: ASTM A 570 GR C
  - Tubos estruturais: A 500 GR 4
  - Soldas: de eletrodo E 7018 – AWS
  - Barras roscadas: Aço SAE 1020

O fabricante da estrutura metálica deverá conferir a relação do aço que consta no projeto estrutural, e antes de fabricar, medir todas as peças antes do se corte e sua montagem.

Para a fixação e chumbamento das barras roscadas na alvenaria, haverá necessidade da furação da mesma. A furação deverá ser cuidadosa, executada por profissional experiente, sendo que deverá ser utilizada uma broca com diâmetro de 20 mm, posteriormente sendo chumbada a barra com argamassa de graute. Aguardar tempo de cura indicado pelo fabricante da argamassa, para proceder à fixação dos perfis.

Com relação à soldagem da estrutura, a mesma será executada com espessura do filete de 3 mm, salvo a ligação da chapa de apoio com o tubo horizontal do pórtico 5, que deverá ser 4 mm.

O tratamento desejado para a estrutura é de um jateamento padrão SA 2 ½”, metal quase branco, com aplicação de uma demão de primer e pintura de acabamento com tinta Revran DST-726 da Renner ou similar aplicada à pistola em no mínimo 02 demãos.

#### **4.3. REEMBRECHAMENTO DOS TIJOLOS:**

Internamente nas fachadas, existem vários locais onde não existe revestimento, ou o mesmo se desprende e onde a argamassa de assentamento dos tijolos está deficiente ou solta. Nestes locais, haverá necessidade de um reembrechamento dos tijolos, de modo a restabelecer a função de transferência dos esforços de compressão.

02.02.2014

EST\_Antiga Fachada DPC\_Memorial Descritivo Estrutural\_R00

6/7

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 – Sala 02 / Bairro São Francisco – Curitiba/PR / Fone (41) 3039-1135.



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



Este reembrechamento deverá ser feito com argamassa de cimento e areia no traço 1:3 para espessuras de até 3 cm. Para espessuras maiores que 3 cm haverá necessidade da aplicação de caco de tijolo no tamanho suficiente que reduza até 2 cm o desnível entre os tijolos. Este serviço deverá ser executado por profissional habilitado, experiente em obras de restauração.

Ronaldo Loyola de Amorim  
Engenheiro Civil - CREA/PR 10.275-D

02.02.2014

EST\_Antiga Fachada DPC\_Memorial Descritivo Estrutural\_R00

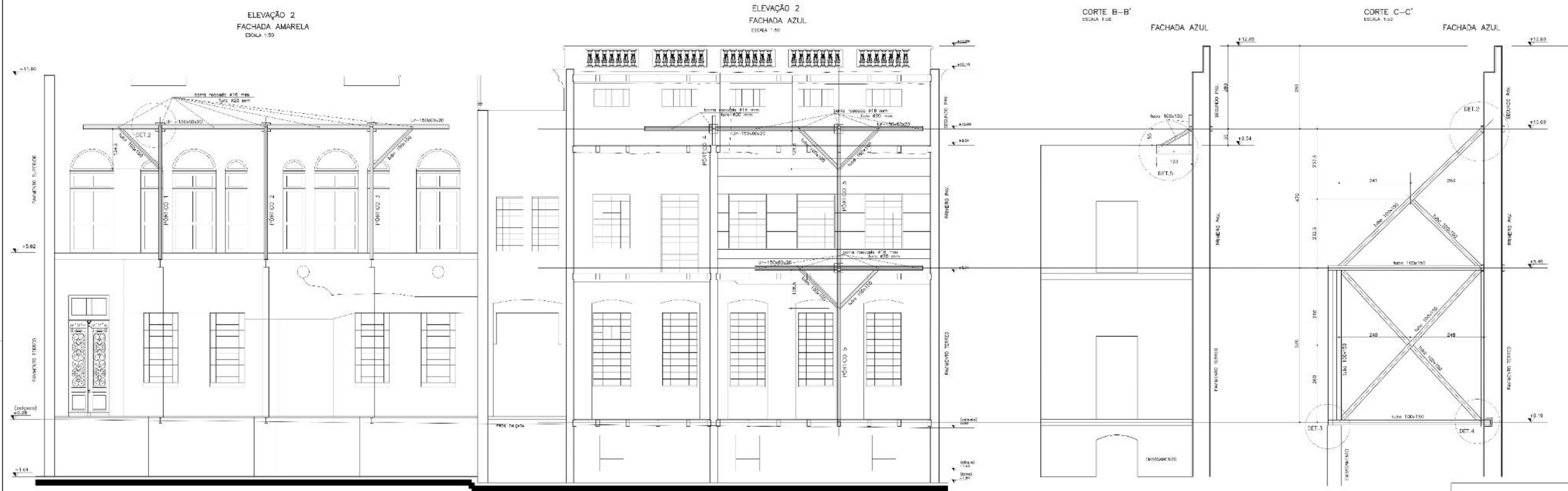
7/7

BBC Engenharia e Arquitetura Ltda - Rua Treze de Maio, 879 - Sala 02 / Bairro São Francisco - Curitiba/PR / Fone (41) 3039-1135.

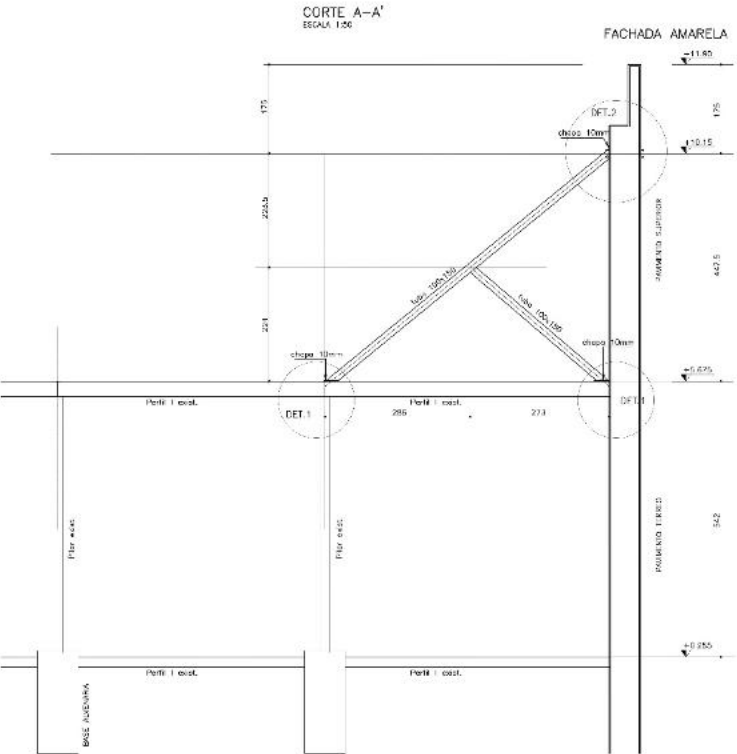
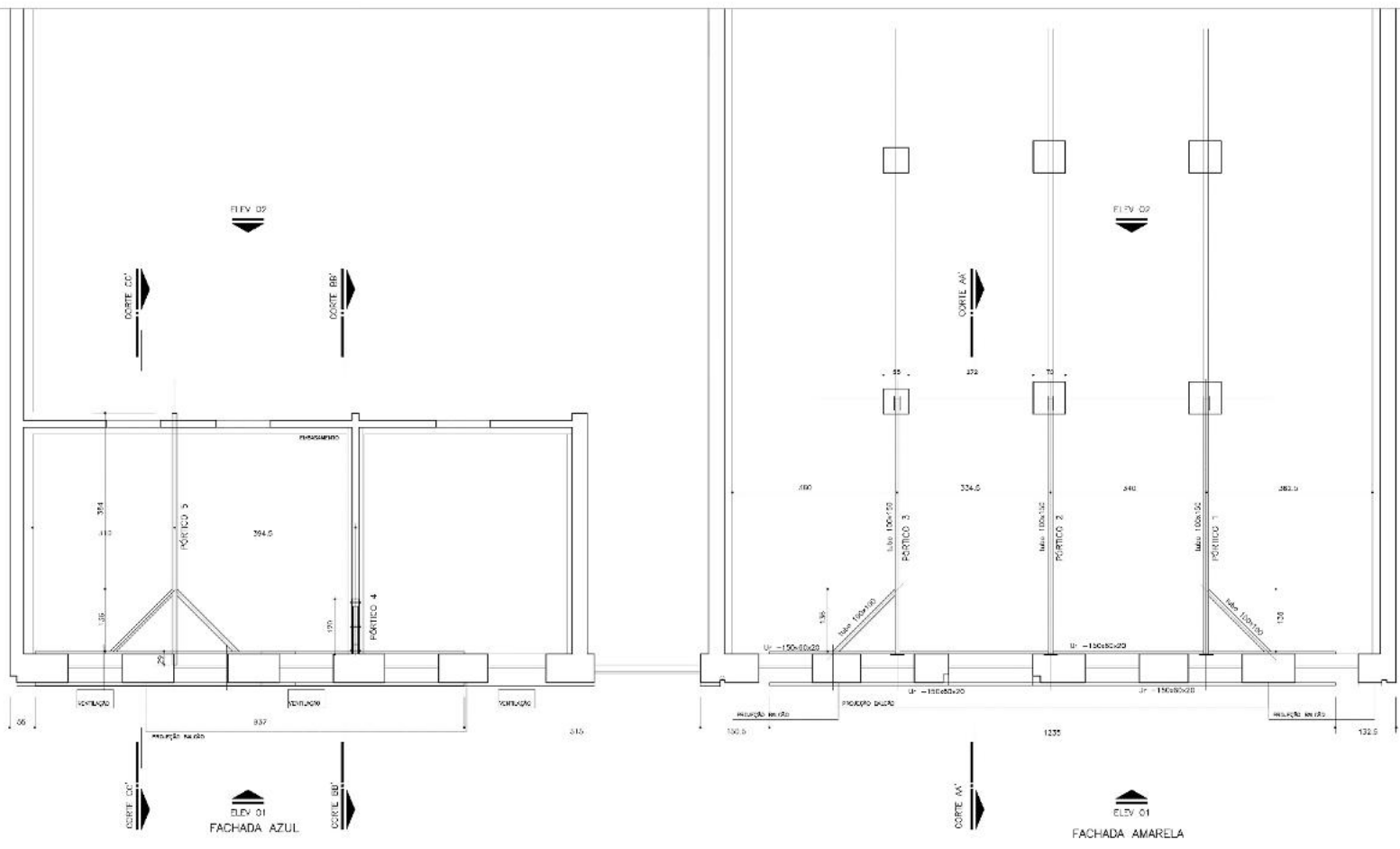
**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO I.XV – PROJETO DE ESCORAMENTO DE FACHADA – PROJETO ESTURURAL**



PLANTA  
ESCALA 1:50



NOTAS:

- 1 - PARA ENCHIMENTOS USAR CONCRETO DOSADO RACIONALMENTE PARA FCK=15 MPa.
- 2 - CONFORME NÍVEIS E MEDIDAS NA OBRA.
- 3 - ESPECIFICAÇÕES PARA O AÇO:
  - PERFILES LAMINADOS E CHAPAS - ASTM A-36
  - TUBOS ESTRUTURAIS - A500 - GRA
  - PERFILES DE CHAPA DOBADA - ASTM A 570 GRAU C
  - BARRA ROSCADA - SAE 1020
  - SOLDAS DE ELETRODOS E 7018 - AWS. ESPESURA DO CORDÃO DE 3 mm MÍNIMA, OU INDICADA.
- 4 - A LISTA DE MATERIAS E TEÓRICA E DEVE SER CONFERIDA PELO FABRICANTE.
- 5 - TRATAMENTO DA ESTRUTURA METÁLICA:  
JATEAMENTO PACHO SA 2 1/2, META. QUASE BRANCO, PINTURA REVRAN DST-728 OU EQUIVALENTE.
- 6 - A FURAÇÃO DAS ALVENARIAS DEVERÁ SER CUIDADOSA, DEVENDO SER INTERROADA NO CASO DE DESAGREGAÇÃO.
- 7 - PARA MELHOR CONTATO ENTRE OS PERIS JA E AS PAREDES, COLOCAR CUNHAS METÁLICAS, PONTANDO COM SOLDA.

CONSUMOS ESTRUTURA

| ELEMENTO                       | COMPRIMENTO/<br>ÁREA (m/m²) | PESO UNIT.<br>(kg/m) | PESO TOTAL<br>(kg) |
|--------------------------------|-----------------------------|----------------------|--------------------|
| CHAPAS 12,5 mm                 | 0,12                        | 155,0                | 12,0               |
| CHAPAS 10 mm                   | 0,76                        | 75,0                 | 57,0               |
| CHAPA 6,3 mm                   | 0,92                        | 50,0                 | 46,0               |
| TUBO 100 x 100 mm ESP. 4,76 mm | 15,2                        | 14,2                 | 187,0              |
| TUBO 100 x 100 mm ESP. 4,76 mm | 71,7                        | 18,0                 | 1290,6             |
| U - 130x60x20 mm ESP. 4,76 mm  | 54,5                        | 10,2                 | 555,9              |
| BARRA ROSCADA 3/8 mm           | 15,0                        | 1,6                  | 24,0               |
| DIVERSOS (VMS)                 |                             |                      | 103,0              |
| TOTAL                          |                             |                      | 2282,0             |

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA  
PARANÁ DE PLANEJAMENTO  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO

PROJETO: PLANTA - CORTES - ELEVÇÃO 2

PE 01 02







Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS  
Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON  
Divisão de Licitação – DL

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO I.XVI – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART E REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – RRT DO PROJETO DE ESCORAMENTO DE FACHADA**

<http://creaweb.crea-pr.org.br/consultas/imprimcart.asp?OPCAOPC>

|   |   |   |   |
|---|---|---|---|
|  | <b>CREA-PR</b> Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná<br>Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77<br>Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra<br>2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS  |  | <b>ART Nº 20141128056</b><br>Obra ou Serviço Técnico<br>ART Principal   |
|   | <p>O valor de R\$ 63,64 referente a esta ART foi pago em 24/03/2014 com a guia nº 100020141128056</p> <p>Profissional Contratado: RONALDO LOYOLA DE AMORIM (CPF:359.961.379-68)<br/>Título Formação Prof.: ENGENHEIRO CIVIL<br/>Empresa contratada:<br/>Contratante: BBC-ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA<br/>Endereço: R TREZE DE MAIO 879 SAO FRANCISCO<br/>CEP: 80510030 CURITIBA PR Fone: 41-30391135<br/>Local da Obra: R BARAO DO RIO BRANCO 174182<br/>CENTRO - CURITIBA PR</p> <p>Tipo de Contrato 4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS<br/>Ativ. Técnica 2 ESTUDO, PLANEJAMENTO, PROJETO, ESPECIFICAÇÕES<br/>Área de Comp. 1100 SERVIÇOS TÊC PROFISSIONAIS NA MODALIDADE CIVIL<br/>Tipo Obra/Serv 015 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS QUALQUER ÁREA<br/>Serviços 002 PROJETO ESTRUTURAL<br/>contratados 130 OUTROS</p> <p>Dados Compl. 0</p> <p>Guia N<br/>ART Nº<br/>20141128056</p> <p>Base de cálculo: TABELA VALOR DE CONTRATO<br/>Outras informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc<br/>OBRA: ESCORAMENTO DE FACHADA PARA ANTIGA SEDE DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA CIVIL</p> <p>- PROJETO ESTRUTURAL<br/>- MEMORIAL DESCRITIVO ESTRUTURAL<br/>- MEMORIAL DE CÁLCULO ESTRUTURAL<br/>- ORÇAMENTO QUANTITATIVO</p> <p>RRT DE REFERÊNCIA 9000002104182 - RETIFICADOR À 0002085532</p> <p><br/>Assinatura do Profissional</p> <p>Declaro estar ciente quanto à necessidade do atendimento às normas de acessibilidade, conforme disposto no art. 11, do Decreto 5.296 de 2004</p> |   | <p>Nº Carteira: PR-10275/D<br/>Nº Visto Crea: -<br/>Nº Registro:<br/>CPF/CNPJ: 18.675.323/0001-40</p> <p>Quadra: Lote:<br/>CEP: 80010180 286 M2<br/>Dimensão</p> <p>Data Início 04/11/2013<br/>Data Conclusão 04/06/2014<br/>Vlr Taxa R\$ 63,64 Entidade de Classe 101</p> <p>Insp.: 4269<br/>25/03/2014<br/>CreaWeb 1.08</p> |

2ª VIA - ÓRGÃOS PÚBLICOS Destina-se à apresentação nos órgãos de administração pública, cartórios e outros.  
Central de Informações do CREA-PR 0800 410067  
A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site [www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br)

A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) foi instituída pela Lei Federal 6496/77, e sua aplicação está regulamentada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) através da Resolução 1025/09.

Autenticação Mecânica

Nayara do Valle Pinto Manczak  
Arquiteta e Urbanista  
CAU A 66.315-9  
Paraná Edificações

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL



**Conselho de Arquitetura e Urbanismo**  
Registro de Responsabilidade Técnica - RRT

**RRT SIMPLES**  
**Nº 0000002104182**

RETIFICADOR à 0002085532  
INDIVIDUAL



**1. Responsável Técnico**

Registro Nacional: A32659-3 DIRCEU CONTTI

Título do Profissional: Arquiteto e Urbanista

CNPJ: 18.675.323/0001-40 Registro Nacional: 24168-7 Empresa Contratada: BBC ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA EPP

**2. Dados do Contrato**

CNPJ: 17.433.037/0001-06 Contratante: Paraná Edificações

Contrato: 007/2013-D

Celebrado em 04/11/2013

Valor: R\$ 14.300,00

Tipo do Contratante: Contratante

Ação Institucional:

Data de Início: 04/11/2013

Previsão de término: 04/06/2014

Observação:

Declaração: Declaro, sob as penas da Lei, que na(s) atividade(s) registrada(s) neste RRT não se exige a observância das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica e no Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004

**3. Dados da Obra/Serviço**

RUA BARÃO DO RIO BRANCO

Nº: 174 e 182

Complemento:

Bairro: CENTRO

UF: PR

CEP: 80010180

Cidade: CURITIBA

Coordenadas Geográficas: 0 0

**4. Atividade Técnica**

Atividade: 1.11.1.3 - Projeto de consolidação

Quantidade: 286,00 Unidade: m²

Atividade: 1.11.1.7 - Projeto de restauração

Quantidade: 286,00 Unidade: m²

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa deste RRT

**5. Descrição**

Contrato 007/2013-D = Elaboração de Projeto Estrutural de Escoramento e Consolidação da fachada da antiga Sede do Departamento de Polícia Civil - Curitiba/PR

**6. Valor**

Este RRT é isento de taxa

**7. Assinaturas**

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Curitiba, 24 de março de 2014

Local

data

**8. Informações**

DIRCEU CONTTI - CPF: 637.277.579-49

Paraná Edificações  
Diretor de Planejamento e Projetos

Renato Fonseca Gubert  
Diretor de Planejamento e Projetos  
Paraná Edificações

Renato Valle Pinto Manczak  
Arquiteto e Urbanista  
CAU A 60.315-5  
Paraná Edificações

A autenticidade desta RRT pode ser verificada em: <https://sicau.caubr.org.br/app/view/sghtextmo?form=Servicos.com> a chave: Z3631W  
Impresso em: 19/03/2014 às 22:26:24 por: DIRCEU CONTTI, ip: 177.132.184.24

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO I.XVII – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR**

1. O INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR) apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços executados pela CONTRATADA, estabelecendo indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

2. A cada Nota Fiscal/Fatura, para fins de pagamento, deverá ser realizada aplicação individualizada do IMR. Assim, o valor devido a título de pagamento à CONTRATADA será mensurado a partir da aplicação das condições do presente IMR.

3. A mensuração do valor de pagamento, conforme as faixas de ajuste presentes neste IMR, **não constitui aplicação de sanção**, não prejudicando a aplicação das demais penalidades administrativas previstas na legislação vigente.

4. Os serviços executados pela CONTRATADA serão avaliados por meio de 2 (dois) indicadores de qualidade, a saber:

- **INDICADOR Nº 01** - Percentual de atraso na entrega do objeto definido em cada etapa do Cronograma Físico.
- **INDICADOR Nº 02** – Quantidade de notificações decorrente de má qualidade na entrega do objeto.

5. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas TABELAS 1, 2 e 3, constantes neste IMR.

- Cada indicador contribui com um número determinado de pontos relacionados ao percentual da quantidade executada dos serviços e de notificações quanto à qualidade dos serviços, conforme as TABELAS 1 e 2.
- A pontuação final será a soma dos pontos apurados nos INDICADORES nº. 01 e 02.
- A pontuação final de qualidade dos serviços executados pode resultar em valores entre 12 (doze) pontos - serviço totalmente desprovido de qualidade - e 20 (vinte) pontos - serviço prestado com a qualidade esperada.

**EXEMPLO:**

**SITUAÇÃO 1**

Nenhum atraso => 40/4 = 10 Pts.

Nenhuma notificação => 10 Pts.

Somatório = 20 Pts.

**SITUAÇÃO 2**

Todos períodos com atraso de até 40% => 24/4 = 6 Pts.

Mais de 4 notificações => 6 Pts.

Somatório = 12 Pts.

- O valor de ajuste no pagamento, caso haja, será o percentual correspondente à faixa em que se enquadrar, de acordo com sua pontuação final e conforme a Tabela 3.

6. As tabelas seguintes apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade, bem como as faixas de ajuste no pagamento.

| TABELA 1  |  |
|---|--|
| INDICADOR Nº 01 - Percentual de atraso na entrega do objeto definido em cada etapa do Cronograma Físico |  |
| Item  | Descrição  |
| Finalidade  | Garantir o cumprimento do cronograma físico.   |
| Meta a cumprir  | Concluir os percentuais de entregas dos serviços dentro dos prazos definidos no cronograma físico. |
| Instrumento de medição  | Planilha de Controle de Entregas e Notificações  |

110

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

|                           |  |
|---------------------------|--|
| Forma de acompanhamento   | Acompanhamento formal, pela Fiscalização do contrato, mediante o registro na "PLANILHA DE CONTROLE DE ENTREGAS e NOTIFICAÇÕES" do recebimento dos produtos resultantes da execução dos serviços previstos percentualmente no cronograma físico.  |
| Periodicidade de Apuração | Mensal   |
| Mecanismo de Cálculo      | Cada percentual de serviço realizado, no período considerado, de acordo com o Cronograma Físico, terá sua pontuação definida como segue:<br>a) Cumprimento do percentual do período = 10 Pontos<br>b) Até 10% inferior ao percentual do período = 9 Pontos<br>c) Entre 10,01% e 20% inferior ao percentual do período = 8 Pontos<br>d) Entre 20,01% e 30% inferior ao percentual do período = 7 Pontos<br>e) Entre 30,01% e 40% inferior ao percentual do período = 6 Pontos |
| Início de Vigência        | A partir do início da prestação do serviço.  |

| TABELA 2   |   |
|--|---|
| INDICADOR Nº 02 – Quantidade de notificações decorrente de má qualidade na entrega do objeto |   |
| Item   | Descrição   |
| Finalidade   | Garantir qualidade à execução dos serviços.   |
| Meta a cumprir   | Atender às condições contratuais sem gerar ocorrências a serem notificadas.   |
| Instrumento de medição   | Planilha de Controle de Entregas e Notificações   |
| Forma de acompanhamento  | Acompanhamento formal, pela Fiscalização do contrato, durante a execução contratual e mediante o registro na "PLANILHA DE CONTROLE DE ENTREGAS e NOTIFICAÇÕES" da emissão de notificação à contratada.  |
| Periodicidade de Apuração  | Mensal  |
| Mecanismo de Cálculo   | A pontuação do indicador, referente às entregas em cada período considerado, de acordo com o Cronograma Físico, será:<br>a) Entregas no período sem notificações = 10 Pontos<br>b) Entregas no período com 1 notificação = 9 Pontos<br>c) Entregas no período com 2 notificações = 8 Pontos<br>d) Entregas no período com 3 notificações = 7 Pontos<br>e) Entregas no período com 4 ou mais notificações = 6 Pontos |
| Início de Vigência   | A partir do início da prestação do serviço.   |

| TABELA 3                      |  |
|-------------------------------|--|
| Faixas de ajuste no pagamento |  |
| Pontuação Final               | Ação da Fiscalização                                       |
| Acima de 19 pontos            | Sem reduções na fatura do período*                         |
| Acima de 18 e até 19 pontos   | Advertência formal, mas sem reduções da fatura do período* |
| Acima de 15 e até 18 pontos   | 2% de redução no valor total da fatura do período*         |
| De 13 até 15 pontos           | 5% de redução no valor total da fatura do período*         |
| Abaixo de 13 pontos           | 10% de redução no valor total da fatura do período*        |

\* Periodicidade de apuração do IMR – Mensal

111

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para contratação de serviços de engenharia – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: Fevereiro/2025



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**EXEMPLO DE APLICAÇÃO DO IMR:**

**1. INFORMAÇÕES PARA FATURAMENTO**

- Contratante: SEAP
- Período de referência: 01/05/2025 a 30/05/2025 (1 mês - 30 dias)
- Serviços finalizados e aceitos no período de acordo com o Cronograma Físico:
  - Período de 01/05/2025 a 30/05/2025: Previsto 30,00% - Realizado 21,00% no período;
- Prazos, segundo o Cronograma Físico:
  - Até 30 dias corridos.

**2. RESULTADO DO ACOMPANHAMENTO DAS ENTREGAS NO PERÍODO**

| PLANILHA DE CONTROLE DE ENTREGAS e NOTIFICAÇÕES |                                    |                     |                      |                      |                      |                       |
|---|------------------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| Mês   | Serviços Entregues                 | Percentual Previsto | Percentual Realizado | Percentual Calculado | Pontuação (Tabela 1) | Notificação (Sim/Não) |
| 1   | Período de 01/05/2025 a 30/05/2025 | 30,00%              | 21,00%               | - 3%                 | 9                    | Sim = 1               |
| TOTAL   |                                    |                     |                      |                      | 9                    | 1                     |

**3. APLICAÇÃO DOS INDICADORES**

- INDICADOR 01 - Percentual de atraso na entrega do objeto definido em cada etapa do Cronograma Físico:
  - Quantidade total de períodos: 1 mês (30 dias);
  - Somatório de pontos das entregas (Tabela 1): 9 pontos;
  - Pontuação média das entregas:  $9/1 = 9,00$  pontos.
- INDICADOR 02 – Quantidade de notificações decorrente de má qualidade na entrega do objeto.
  - Quantidade total de períodos: 1 mês (30 dias);
  - Quantidade de entregas com notificação: 1;
  - Pontuação obtida (Tabela 2): **9,00 pontos**.
- Pontuação Final de Qualidade dos Serviços (Indicador 01 + Indicador 02):
  - $9,00 + 9,00 = 18,00$  pontos.

**4. PERCENTUAL DE REDUÇÃO NA FATURA DO 1º. (PRIMEIRO) MÊS:**

- Mediante a aplicação dos parâmetros da Tabela 3, a CONTRATADA não sofrerá redução no valor total a ser pago na fatura correspondente ao primeiro mês. Porém, a mesma receberá uma **advertência formal**.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO I.XVIII**

**MINUTA PADRÃO – CONTRATO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXX]**

**CONTRATANTE:** [O ESTADO DO PARANÁ, por intermédio do órgão XXXXXXXX] ou [A ENTIDADE PÚBLICA], com sede no(a) XXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º XXXXXXXX, neste ato representado(a) pelo(a) [CARGO E NOME DA AUTORIDADE], nomeado pelo Decreto n.º XXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXX.

**CONTRATADO(A):** [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, pela Lei Federal n.º 9.605 de 12 de fevereiro de 1998; pelo Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005; pela Resolução do CONAMA n.º 307 de 5 de julho de 2002, pelo Pregão Eletrônico n.º 0000/202\_ GMS (protocolo n.º 00.000.000-0) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor, e pelas cláusulas e condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** Constitui objeto do presente Contrato a execução de serviço de engenharia de escoramento e manutenção da fachada e das estruturas dos imóveis de propriedade do Estado do Paraná denominados de Ruínas da Rua Barão do Rio Branco, localizada, município de Curitiba, Paraná, conforme planilha de custos (Anexo XII)

**2. CLÁUSULA SEGUNDA**

**2.1.** Este contrato está instruído com os seguintes documentos:

- a) XXXXXXXXXXXX
- b) XXXXXXXXXXXX
- c) XXXXXXXXXXXX
- d) XXXXXXXXXXXX

**2.2.** Em caso de divergência ou duplicidade em relação aos elementos técnicos instrutores, prevalecerá na execução do objeto do contrato a seguinte ordem de prioridade:

**2.2.1.** Projetos arquitetônico e complementares, especificações e memoriais descritivos e demais elementos técnicos pertinentes a cada caso;

**2.2.2.** Planilha de quantidades de serviços;

**2.2.3.** Nos projetos prevalecerão os elementos de maior detalhamento;

**2.2.4** A planilha de quantidades e serviços será orientativa, devendo o CONTRATADO tomar por base o(s) projeto(s) constante(s) e os anexos do instrumento convocatório, desde o momento da efetivação de sua proposta no procedimento licitatório até a execução do objeto;

**2.2.5.** Considerar-se-á o CONTRATADO como altamente especializado nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos básico e/ou executivo, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos e aparelhos.

**2.3.** Se o CONTRATADO, em qualquer fase da execução do contrato, considerar necessária a retificação dos elementos técnicos instrutores, deverá requerer suas alterações, em tempo hábil, ao

113

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

CONTRATANTE, não se justificando o abandono das atividades ajustadas, por inadequações não reclamadas na ocasião oportuna;

**2.3.1.** Nenhuma modificação poderá ser feita nos desenhos e nas especificações dos projetos sem autorização expressa do CONTRATANTE.

**2.4.** Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções dos projetos fornecidos pelo CONTRATANTE não poderão constituir pretexto para o CONTRATADO cobrar serviços extras e/ou alterar a composição de preços unitários à revelia do CONTRATANTE, devendo para isto requerer as alterações conforme item 2.3 deste Contrato e seu subitem.

**2.5.** A formalização de contrato presume que o CONTRATADO;

**2.5.1** Examinou criteriosamente todos os elementos técnicos instrutores, que os comparou entre si e obteve expressamente do CONTRATANTE as informações necessárias à sua consecução;

**2.5.2** Atestou que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, ficando ciente de todos os detalhes do empreendimento e de que conhece as condições de sua execução.

**2.6** As placas de obra deverão seguir o modelo estabelecido pelo Estado, e devem estar perfeitamente visíveis e legíveis ao público.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**3.1** O regime de execução do presente Contrato será o de empreitada por preço unitário.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR**

**4.1.** No valor global do presente Contrato é R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_), sendo 00,00% (xxx vírgula xxx por cento) referente aos materiais e 00,00% (xxx vírgula xxx por cento) referente à mão de obra.

**5. CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA**

**5.1** O prazo de execução do contrato é de 120 (cento e vinte dias) dias corridos, contados a partir da data estabelecida na Ordem de Serviço para início da execução do objeto, e a vigência do contrato se inicia com a assinatura do contrato e é de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir do término do prazo de execução.

**5.2.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

**5.2.1.** Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**6. CLÁUSULA SEXTA – DOS CONTROLES DE EXECUÇÃO**

**6.1** O CONTRATANTE fiscalizará por seus agentes, com a possibilidade de auxílio de terceiros, a execução das obras e serviços, a fim de garantir integral cumprimento e observância das normas técnico-administrativo-legais regentes dos contratos firmados.

**6.1.1.** A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 6.1.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.1.2** A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 6.1.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.1.3** Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

**6.1.4.** A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

**6.2.** Para efeito de medição e de faturamento, relativo aos serviços executados, deverá ser considerado

114

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

o cumprimento do avanço das etapas construtivas definidas no cronograma físico-financeiro, que será peça integrante do contrato.

**6.2.1.** A sistemática de medição e pagamento será a de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários, de modo que seja realizada em função das unidades de serviços efetivamente executadas, mediante cálculo aritmético de multiplicação das quantidades executadas pelos seus respectivos preços unitários, previamente definidos na planilha de serviços.

**6.2.2.** Nos contratos por regime de preços unitários prevalecerão as quantidades reais, devendo as quantidades de serviços serem suprimidos ou acrescidas conforme tenham sido estimadas a maior ou a menor na planilha de serviços

**6.2.3.** O cronograma físico-financeiro prevê parcelas a cada 30 (trinta) dias, mantendo coerência técnica a com a real execução dos serviços relativos a cada parcela.

**6.2.4.** O cronograma físico-financeiro referencial do planejamento adequado da obra será estabelecido pelo CONTRATANTE, podendo o CONTRATADO adequá-lo, sujeito à aprovação do CONTRATANTE.

**6.2.5.** O CONTRATANTE poderá determinar alterações, de forma motivada, no cronograma físico-financeiro mediante autorização expressa de sua autoridade competente.

**6.2.6.** A revisão do cronograma físico-financeiro, quando necessária, constitui responsabilidade do CONTRATADO, cabendo ao CONTRATANTE autorizar a sua readequação, desde que motivada e justificada por fatos supervenientes não imputáveis ao CONTRATADO.

**6.2.7.** Em caso de alterações na ordem de execução dos serviços constantes da planilha, de forma que o valor da etapa objeto da medição não ultrapasse aquele já estabelecido no cronograma físico-financeiro vigente para a referida etapa, mediante parecer favorável do fiscal do serviço, o cronograma físico-financeiro poderá ser readequado, por meio de simples apostila a ser anexada a este Contrato.

**6.3** A solicitação de aditivo de prazo de execução, suspensão do contrato, assim como de acréscimos ou supressões de serviços deverá ser realizada no prazo de execução do contrato; e aditivo à vigência contratual deverá ser solicitado durante a vigência do contrato, aplicando-se ao art. 111 da Lei nº 14.133/2021 e art. 410 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 quando a contratação prever a conclusão de escopo predefinido.

**6.3.1.** As solicitações de aditivos devem vir acompanhadas de parecer técnico conclusivo emitido pela fiscalização, analisadas pelo gestor do contrato e previamente autorizadas pelo representante legal do CONTRATANTE.

**6.3.2.** Os acréscimos e supressões de serviços quantificados, a serem formalizados por termo aditivo, deverão ser planilhados com a indicação dos serviços a serem suprimidos e serviços a serem acrescidos, na forma do subitem 6.4.3 e do item 17.6 e seus subitens deste Contrato sujeita à aprovação da autoridade competente do CONTRATANTE, após análise do gestor do contrato.

**6.3.3** Em caso de acréscimos e reduções de serviços no mesmo contrato devem ser consideradas as reduções ou acréscimos de quantitativos de forma isolada, ou seja, o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos devem ser sempre calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração estabelecidos no dispositivo legal.

**6.4.** Toda a comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito. A notificação tornar-se-á efetiva após o seu recebimento. Todos os assuntos discutidos e decisões tomadas em reuniões do CONTRATANTE com o CONTRATADO, serão registradas em atas, que servirão de documento legal dos serviços e permitirão gerenciar as responsabilidades por tarefas específicas. As atas serão lavradas e assinadas pelos participantes.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA QUALIDADE E RENDIMENTO**

**7.1.** O CONTRATADO deverá apresentar para aprovação do CONTRATANTE, quando requerida, os catálogos, desenhos, diagramas, nomes dos fabricantes e fornecedores, resultados de testes, ensaios, amostras e demais dados informativos sobre os materiais que serão aplicados nas obras ou serviços, de modo que haja perfeita identificação quanto à qualidade e procedência.

115

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para contratação de serviços de engenharia – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: Fevereiro/2025



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**7.1.1.** Os materiais a serem empregados nas obras e nos serviços de engenharia e arquitetura executados deverão obedecer, rigorosamente:

- a) às normas e especificações constantes nos elementos técnicos instrutores referentes à respectiva licitação;
- b) às normas do CONTRATANTE;
- c) às normas da ABNT;
- d) às disposições legais da União, do Estado do Paraná e do Município onde ser será executado o objeto;
- e) aos regulamentos das empresas concessionárias;
- f) às prescrições e recomendações dos fabricantes;
- g) às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- h) às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

**7.2** O CONTRATADO, para execução das obras ou serviços, ficará obrigada, a qualquer tempo e às suas expensas, a realizar análises, exames, ensaios, pesquisas ou testes necessários à comprovação da qualidade e procedência dos materiais a serem empregados nas obras ou serviços.

**7.3** Os trabalhos mencionados no item 7.2 deverão ser desenvolvidos por laboratórios especializados aprovados pelo CONTRATANTE, para efetivo controle de qualidade dos materiais, tornando-se obrigatória a apresentação por parte do CONTRATADO do Certificado de Análise.

**7.4** Ainda que determinado material tenha sido aprovado previamente, se restar demonstrada a inadequação do seu desempenho quando empregado na execução do serviço, a fiscalização do CONTRATANTE poderá recusá-lo, não permitindo a continuidade da execução da obra/serviço com o do emprego do mesmo, bem como exigindo a retirada daqueles que foram empregados, a contar do momento da recusa, sem ônus para o CONTRATANTE.

**7.5** A responsabilidade pelo fornecimento em tempo hábil dos materiais será do CONTRATADO, não podendo esta solicitar prorrogações de prazo, nem justificar retardamento da conclusão dos serviços em decorrência do fornecimento deficiente de materiais.

**7.6** Para a execução eficiente dos serviços, o CONTRATADO somente deverá empregar nas obras ou serviços de engenharia e arquitetura pessoal competente e qualificado.

**7.7** A aceitação dos equipamentos para a execução da obra ou serviços por parte do CONTRATANTE, casos os referidos equipamentos se revelem insuficientes e sem condições, não dá ao CONTRATADO razões para invocar a sua inadequação no atraso do cumprimento dos prazos e cronogramas de execução.

**7.8** A limpeza e perfeita organização do canteiro de obras constituem obrigação do CONTRATADO, assim como a limpeza do local após a conclusão dos trabalhos.

**7.9** As marcas e produtos referenciados nas plantas, especificações e listas de material admitem o equivalente se devidamente comprovado, com ônus para o CONTRATADO, seu desempenho por meio de testes e ensaios previstos por normas e desde que previamente aceitos pela FISCALIZAÇÃO. Poderão, ainda, ser solicitados pela fiscalização, amostras de produtos, especificações e laudos técnicos.

**7.9.1** A equivalência indicada, que deverá ser avaliada antes do fornecimento efetivo, é em relação ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia.

**7.10.** Considera-se sempre que o CONTRATADO dispõe da totalidade dos conhecimentos técnicos, gerenciais e administrativos e dos meios de produção pela substituição de métodos e meios de produção incompatíveis com o conjunto dos serviços a realizar nas quantidades, prazos e qualidade requeridos.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO**

**8.1** A Tabela Oficial de Referência de Custos Unitários, adotada pelo Estado do Paraná, praticada pelo CONTRATANTE, corresponde a custos de materiais e mão de obra, inclusive encargos sociais e

116

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para contratação de serviços de engenharia – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: Fevereiro/2025

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

trabalhistas.

**8.2** A planilha orçamentária deve observar o critério de aceitabilidade de preços unitários e global que foi fixado no edital.

**8.2.1** A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

**8.3** Os preços, unitário e global, estabelecidos nos contratos incluem todos os custos necessários à perfeita execução do seu objeto, englobando, mas não se limitando, aos itens principais seguintes:

**8.3.1** Todos os materiais, inclusive transporte até o local das obras ou serviços;

**8.3.2.** Toda a mão de obra, especializada ou não;

**8.3.3** Todos os custos e despesas com equipamentos, telefonia, energia, água e saneamento;

**8.3.4** Todos os custos e despesas com profissionais, consultores, técnicos, desenhistas, encarregados, topógrafos, ou seja, todo o pessoal necessário a direção, execução, controle e administração;

**8.3.5** Todos os custos com alojamento, transporte, alimentação, seguros pessoais contra acidentes, assistência médica, previdência social e, em especial, todos os ônus e encargos decorrentes do fiel cumprimento dos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, da Legislação de Higiene e Segurança no Trabalho e demais textos legais relacionados ao pessoal empregado;

**8.3.6.** Todos os custos e despesas decorrentes de seguros contra acidente de trabalho, incêndios, inundações, depredações, descargas elétricas e atmosféricas, que possam causar danos às obras ou serviços, no todo ou em parte, ou a terceiros, que resultem direta ou indiretamente da ação ou omissão do CONTRATADO;

**8.3.7** Custos com a execução, manutenção e retirada de todas as instalações provisórias necessárias à execução das obras ou serviços;

**8.3.8** Todos os custos com demolição ou remoção necessárias à execução do objeto ajustado;

**8.3.9** Todas as despesas financeiras e tributárias incidentes sobre o objeto do contrato;

**8.3.10.** Todas as despesas decorrentes de infração de posturas e regulamentos;

**8.3.11.** Custos relacionados ao controle de qualidade,

**8.3.12.** Custos com a limpeza integral da obra ou serviços após a conclusão dos trabalhos, despesas com placas de divulgação da obra, indicação dos profissionais responsáveis e de inauguração, obedecido aos padrões de confecção e fixação.

**8.3.13** Custos necessários à proteção e preservação do meio ambiente;

**8.3.14.** Outras despesas que se revelem próprias da natureza de atividades do executor;

## **9. CLÁUSULA NONA – DOS PAGAMENTOS**

**9.1** O pagamento dos serviços será efetuado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, com sede na Rua Jacy Loureiro de Campos, 180, Palácio das Araucárias, Centro Cívico, CEP 80.530-140, inscrita no CNPJ sob o n.º 77.071.579/0001-08, conforme Cronograma Físico-Financeiro aprovado, observada a Cláusula Oitava deste Contrato.

**9.2** A apresentação e protocolização da fatura e a juntada da documentação pertinente são de única e exclusiva responsabilidade do CONTRATADO, sendo que os pagamentos das faturas ficam condicionados, no que couber, à apresentação pelo CONTRATADO dos seguintes documentos:

**9.2.1.** Em todas as faturas:

a) Nota Fiscal – Nota Fiscal deverá ser apresentada em 02 (duas) vias com preenchimento de todos os campos, emitida em nome do órgão pagador, contendo endereço e CNPJ conforme especificados na cláusula Contratual "Dos Pagamentos", com indicação do valor total, a respectiva parcela, o tipo de serviço, o local, o número de Contrato, a respectiva data de assinatura e o número do Cadastro Específico na Receita Federal – CNO, quando couber. Será admitida a apresentação de Nota Fiscal na forma eletrônica;

a.1) Quando houver reajuste ao contrato, deverá ser apresentada nota fiscal exclusiva com o valor referente à parcela do reajuste;

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

a.2) No caso de a Empresa optar pela retenção dos Encargos Previdenciários, deverá ser especificado no corpo da Nota Fiscal o desmembramento dos materiais e da mão de obra, com o destaque “Nota Fiscal sujeita à retenção de encargos previdenciários, conforme Instrução Normativa emitida pelo INSS ou da Receita Federal”;

b) FATURA DISCRIMINATIVA – Fatura discriminativa com todos os dados da empresa, o objeto executado, a parcela conforme cronograma vigente, o valor da parcela, bem como a fonte pagadora;

b.1) quando houver reajuste ao contrato, deverá ser apresentada fatura discriminativa exclusiva com o valor referente à parcela do reajuste;

c) PLANILHA DE MEDIÇÃO – Elaborada nos padrões do CONTRATANTE, de acordo com cronograma físico-financeiro, relativo à parcela faturada, de forma que os serviços e os valores faturados, correspondam aos serviços e aos respectivos índices percentuais discriminados no Relatório de Vistoria de Obras – (RVO) emitido pela Fiscalização da obra, que acompanha o processo da Fatura;

d) ADITIVOS DE CONTRATO – Cópias de todos os termos aditivos ao contrato, firmados até a data do faturamento, se houver;

e) CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – Cópia do cronograma físico-financeiro da obra, devidamente aprovado pelo CONTRATANTE;

f) PROVA DE PAGAMENTO DO PESSOAL – Folha de pagamento ou outro comprovante de pagamento, assinado pelos funcionários e devidamente autenticada pelo fiscal ou em outra forma admitida em Lei, referente ao período de medição;

g) PROVA DE RECOLHIMENTO JUNTO AO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL – INSS – Recolhimentos vinculados à Matrícula da Obra, devidamente autenticado pelo fiscal ou em outra forma admitida em Lei, e Guia de Recolhimento Social – GPS, referente ao período de medição;

h) PROVA DE RECOLHIMENTO JUNTO AO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS – Recolhimentos vinculados ao CNPJ da Empresa, devidamente autenticado pelo fiscal ou em outra forma admitida em Lei, e Guia de Recolhimento do FGTS – GFIP e Informações a Previdência Social, referente ao período de medição;

i) CERTIDÃO NEGATIVA DO INSS – CND – Certidão Negativa de Débitos da Empresa junto ao INSS, em plena validade;

j) CERTIDÃO NEGATIVA DO FGTS – CRF – Certidão Negativa de Débitos da Empresa junto ao FGTS, em plena validade;

k) CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS, FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS DA EMPRESA, em plena validade;

l) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011;

**9.2.2. SOMENTE NA PRIMEIRA FATURA:**

a) CONTRATO – Cópia do Contrato relativo ao objeto;

b) Alvará de Construção, quando exigido pelo Município do local da obra/serviço de engenharia ou arquitetura, ou documento de não obrigatoriedade emitido pelo Município em que se localiza a obra ou serviço;

c) Matrícula da obra ou serviço junto à Receita Federal – a matrícula no Cadastro Nacional de Obras – CNO (gerenciado pela Receita Federal) da obra deverá ser aberta junto à Receita Federal após a assinatura do contrato, independentemente da obra ser construção, reparos ou melhorias, salvo para obras de reparos de pequeno valor e os demais possíveis casos dispensados na forma da lei. Os recolhimentos de tributos deverão ser obrigatoriamente feitos na matrícula da obra, conforme instrução normativa emitida pelo Receita Federal do Brasil;

**9.2.3. SOMENTE NA ÚLTIMA FATURA:**

a) CERTIDÃO DE CONCLUSÃO DE OBRA – Emitida pelo Município;

b) TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO – Devidamente assinado pelos membros da Comissão de Recebimento da Obra;

c) CND – Certidão Negativa de Débitos do INSS – Referente à obra objeto do contrato;

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

d) TERMO DE GARANTIA DO EQUIPAMENTO – Fornecido e instalado compatível com os prazos do fabricante, contados a partir do Recebimento Provisório da obra;

e) “As Built” – “como construído” – quando houver necessidade, na forma do item nº 16.3.7 deste Contrato;

f) Manual de operação, uso e manutenção da edificação, quando for o caso, conforme NBR específica;

**9.3** Somente se comprovada a impossibilidade técnica, administrativa ou legal de obtenção e apresentação dos documentos relacionados nos itens anteriores, justificada por escrito pelo CONTRATADO, motivará exceção, ainda assim condicional, aos requisitos de pagamento, sendo definida nova data para atendimento, devidamente justificado por escrito pelo CONTRATANTE;

**9.4** O CONTRATANTE deverá observar a seguinte cronologia para o procedimento de pagamentos:

**9.4.1.** Os procedimentos para pagamentos de faturas pelo CONTRATANTE serão efetuados consoante ordem cronológica de protocolização. O CONTRATANTE, após processar a fatura, encaminhará a mesma ao órgão titular do crédito orçamentário;

**9.4.2** A data limite para a protocolização de faturas ao Protocolo Geral do CONTRATANTE é o dia 20 (vinte) de cada mês;

**9.4.3** No caso de divergência entre a planilha de medição e o faturamento ou na constatação de falta de documentação, por ato administrativo motivado da unidade responsável, o CONTRATADO será notificada a proceder a regularização, sob pena do não recebimento da fatura até que seja sanada a irregularidade;

**9.5** O prazo máximo para o pagamento das faturas regularmente processadas é de 30 (trinta) dias corridos contados da protocolização, observado o item 9.4.3;

**9.5.1.** Após 30 (trinta) dias da protocolização das faturas, incidirá sobre o valor faturado, cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos **dias em atraso**.

**9.6.** A comprovada infringência de disposição de contrato implicará retenção de pagamentos, até final solução, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

**9.7.** Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO que tenha sido multado, antes de paga ou relevada a multa. Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de descontar das faturas ou da garantia quaisquer débitos do CONTRATADO.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – FONTE DE RECURSOS:**

**10.1.** A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

**Gestão/Unidade:** 2702.04128128.014 - Gestão de Administração Geral;

**Fonte de Recursos:** 500 - Recursos de Operações de Crédito;

**Programa de Trabalho:** Programa 12 – Paraná: Gestão Efetiva;

**Elemento de Despesa:** 3390.3916 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;

**Nota de Empenho:** (preencher com o número da nota de empenho).

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**11.1** Os preços contratuais dos serviços e obras poderão ser reajustados, em Reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e com os art. 169 e 170 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

**11.2.** O reajustamento de preços, quando e se for o caso, será efetuado observada a periodicidade prevista em lei nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data do orçamento, conforme estabelece o parágrafo único do art. 169 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato;

**11.2.1.** Na hipótese em que, antes da data da concessão do reajustamento, já houver ocorrido a revisão do contrato para a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, a revisão será considerada a ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

119

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para contratação de serviços de engenharia – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

Atualização: Fevereiro/2025



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**11.2.2.** Se em consequência de culpa do CONTRATADO forem ultrapassados os prazos, o reajustamento só será aplicado com índice correspondente ao respectivo período de execução previsto no cronograma físico-financeiro, sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes;

**11.2.3.** Se o CONTRATADO antecipar o cronograma de execução, o reajustamento será aplicado com índice correspondente somente pelo período de execução efetiva do objeto contratado, conforme previstos na planilha de medição;

**11.2.4.** O contrato será reajustado na forma da Lei e deste Contrato, independentemente de solicitação do CONTRATADO, salvo em caso de atraso do Cronograma físico-financeiro imputável ao CONTRATADO;

**11.2.5.** A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste Contrato deve ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo.

**11.3.** O cálculo do reajustamento para os preços contratuais iniciais obedecerá a seguinte fórmula:

$$R = K \times V_r$$

$$R = \left( \frac{I_i}{I_o} - 1 \right) \times V_r$$

$$K = \left( \frac{I_i}{I_o} - 1 \right)$$

R = valor do reajustamento procurado,

K = Fator de reajustamento

V<sub>r</sub> = Valor da fatura a ser reajustada

I<sub>o</sub> = O índice de preços inicial (I<sub>o</sub>) será o índice econômico vigente na data do orçamento, conforme estabelece o parágrafo único do art. 169 do decreto Estadual nº 10.086/2022.

I<sub>i</sub> = O índice de preços (I<sub>i</sub>) será o índice econômico vigente no mês do vencimento de cada período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da data do orçamento conforme estabelece o parágrafo único do art. 169 do decreto Estadual nº 10.086/2022.

**11.3.1.** Os reajustamentos terão fator constante em cada período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. E, decorrido esse interregno, proceder-se-á a novo reajustamento de acordo com a metodologia constante neste Contrato.

**11.3.2.** A periodicidade do reajustamento poderá ser reduzida por meio de legislação superveniente.

**11.3.3.** O primeiro reajustamento, quando couber, será concedido após decorrido o período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da data do orçamento, conforme estabelece o parágrafo único do art. 169 do decreto Estadual nº 10.086/2022, desde que preenchidos os requisitos legais.

**11.3.4.** Caso o contrato seja assinado após o decurso do período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias data do orçamento, conforme estabelece o parágrafo único do art. 169 do decreto Estadual nº 10.086/2022, o valor contratual deverá ser reajustado até a data do primeiro aniversário do orçamento;

**11.3.5.** Para o reajustamento será utilizado o “Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna – INCC-DI”, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

a) Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

b) Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

**11.4.** Considerar-se-á até a quarta casa decimal, sem arredondamento, o quociente de reajuste.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS GARANTIAS**

**12.1** Caberá ao CONTRATADO optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

120

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para contratação de serviços de engenharia – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: Fevereiro/2025

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

a) Caução em dinheiro ou em títulos de dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) fiança bancária;

c) seguro-garantia.

**12.1.1** As garantias serão equivalentes a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, incluído, no que couber, o reajustamento de preços

**12.1.2.** No caso de garantia em dinheiro, o CONTRATADO depositará em conta bancária específica, informada pelo CONTRATANTE, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a qual será aplicada em Instituição Financeira, conforme Lei Estadual n.º 11.685 de 11/02/87.

**12.1.3.** No caso de garantia em cheque, somente será aceito pelo CONTRATANTE, cheque administrativo.

**12.1.4.** No caso de garantia prestada na modalidade de seguro-garantia, deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, da Certidão de Regularidade Operacional junto à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, em nome da Seguradora que emitir a apólice;

**12.1.5.** A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.

**12.1.6.** Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, a mesma não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

**12.1.7.** No caso de garantia prestada em títulos da dívida pública, deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, das seguintes comprovações:

a) origem/aquisição mediante documento respectivo e lançamento contábil por meio de registros no balanço patrimonial do CONTRATADO;

b) documento emitido por entidade ou organismo oficial, dotado de fé pública, demonstrando o valor do título atualizado monetariamente.

c) memória de cálculo da correção atualizada do valor do título realizada por profissional legalmente habilitado;

**12.1.8.** Serão aceitos pelo CONTRATANTE apenas e tão somente títulos passíveis de resgate incontestável sob qualquer aspecto e com prazos de resgate de no máximo 90 dias após o prazo contratual.

**12.1.9.** O CONTRATANTE se reserva ao direito de averiguar, de acordo com as cautelas de estilo, a autenticidade do(s) título(s). Em se constatando indícios de fraude, o CONTRATANTE deverá oferecer denúncia ao Ministério Público.

**12.1.10.** A validade do seguro-garantia e fiança bancária será de 180 (cento e oitenta) dias além do prazo de execução dos serviços. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

**12.1.11.** Uma das garantias previstas no item 12.1 letras a, b, e c, deverá ser apresentada previamente à assinatura do contrato a ser celebrado com o CONTRATANTE. O atendimento a esta determinação é requisito para a assinatura do contrato.

**12.1.11.1.** No caso de o contratado optar pela modalidade seguro-garantia, deverá apresentá-lo no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

**12.1.12.** A garantia do contrato acompanhará os eventuais ajustes do valor contratual, devendo ser complementada pelo CONTRATADO, quando da celebração de Termos Aditivos ou apostilamentos ao contrato original, quando couber.

**12.1.13.** Como condição para assinatura do contrato, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias

121

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para contratação de serviços de engenharia – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: Fevereiro/2025

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

**12.2.** A caução referente ao reajuste, será retida pelo CONTRATANTE, quando devida, por ocasião do pagamento das parcelas.

**12.3.** Havendo acréscimo no valor contratual, o CONTRATADO deverá proceder o reforço proporcional da garantia. O não atendimento autoriza o CONTRATANTE a descontar das faturas o valor correspondente.

**12.4.** As garantias serão devolvidas ao CONTRATADO, após a lavratura do termo de recebimento definitivo e da apuração dos haveres, devidamente atualizados e da apresentação dos documentos exigidos no item 19.5 deste contrato.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS PRAZOS**

**13.1** Os serviços deverão ser iniciados na data estabelecida na Ordem de Serviço referente ao contrato, sob pena do CONTRATADO ser penalizada com base no item 18.15 deste Contrato. O prazo de execução dos serviços terá início a partir da data determinada na Ordem de Serviço referente ao contrato e será igual ao número de dias estipulados no cronograma físico-financeiro.

**13.1.1** Para a assinatura da Ordem de Serviço, o CONTRATADO deverá apresentar os seguintes documentos:

a) ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica do CAU.

b) ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, quando exigido pelo Município do local da obra/serviço de engenharia ou arquitetura, ou documento de não obrigatoriedade emitido pelo Município em que se localiza a obra ou serviço;

obrigatoriamente feitos na matrícula da obra, conforme Instrução Normativa emitida pela Receita Federal do Brasil;

c) APÓLICE DE SEGURO DE RISCOS DE ENGENHARIA, no caso de construções e ampliações;

**13.1.2.** No caso de paralisação dos serviços por motivos de força maior ou caso fortuito, o prazo de execução do contrato, ficará suspenso pelo prazo máximo de 3 (três) meses sem que se atribua a quaisquer das partes a responsabilidade pelos atrasos correspondentes, devendo o CONTRATADO manter a vigilância, manutenção e segurança da obra. Ao término deste prazo, poderá ser repactuada entre as partes a continuidade da suspensão, desde que subsistentes os motivos que ensejaram a paralisação, a qual será formalizada mediante documento próprio.

**13.1.3.** Os motivos de força maior ou caso fortuito serão comunicados formalmente pelas partes e devidamente comprovados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a ocorrência.

**13.1.4.** Os motivos de força maior ou caso fortuito serão analisados pela autoridade competente do CONTRATANTE.

**13.1.5.** Reconhecidos os motivos de força maior ou caso fortuito que deram ensejo à paralisação, ocorrerá a suspensão do contrato, restituindo-se os prazos contratuais após a cessação dos motivos que suspenderam a execução do contrato.

**13.2.** O CONTRATANTE estabelecerá, para a execução dos contratos, prazo máximo, contado em dias corridos, conforme previsão no instrumento convocatório e/ou contratual.

**13.2.1.** O prazo de execução inicia-se na data estabelecida na Ordem de Serviço.

**13.2.2.** Pelo atraso no prazo de execução, ficará o CONTRATADO sujeito às penalidades fixadas na Cláusula Décima Oitava deste contrato, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial.

**13.2.3.** Se o CONTRATADO deixar de assinar o aceite na Ordem de Serviço após 15 (quinze) dias, contados da data da convocação para assinatura, dar-se-á início à contagem do prazo de execução.

**13.2.4.** O prazo para assinar o aceite da Ordem de Serviço poderá ser prorrogado por até 15 (quinze) dias mediante justificativa idônea aprovada pelo CONTRATANTE.

**13.2.5.** Se, imotivadamente, o CONTRATADO não iniciar os serviços em até 30 (trinta) dias da data estabelecida na Ordem de Serviço pela autoridade competente do CONTRATANTE o contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

122

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para contratação de serviços de engenharia – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: Fevereiro/2025

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**13.3.** O prazo de execução do contrato é contado da data estabelecida na Ordem de Serviço e o de vigência inicia-se com a assinatura do contrato, sendo seu termo final 180 (cento e oitenta) dias após o término do prazo de execução, observados os itens 5.2 e 5.3 deste contrato.

**13.4.** Caso o CONTRATANTE não convoque o CONTRATADO para assinatura do aceite da Ordem do Serviço, o termo final do prazo de vigência dar-se-á 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura do contrato.

**13.5.** Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

**13.5.1.** Alteração do projeto ou especificações pelo CONTRATANTE;

**13.5.2.** Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

**13.5.3.** Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e no interesse do CONTRATANTE;

**13.5.4.** Alteração das quantidades inicialmente previstas no contrato nos limites permitidos pela Lei;

**13.5.5.** Impedimento de execução do contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pelo CONTRATANTE em documento contemporâneo à sua ocorrência;

**13.5.6.** Omissão ou atraso de providências a cargo do CONTRATANTE, inclusive quanto aos pagamentos previstos, de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato.

**13.6.** Toda solicitação de prorrogação de prazo de execução deverá ser efetivada no período de execução do contrato, bem como toda solicitação de prorrogação da vigência contratual deverá ser efetivada durante sua vigência, devidamente justificadas e previamente autorizadas pelo CONTRATANTE, em ambos os casos.

**13.6.1.** Requerido aditivo contratual em que seja necessário readequação do cronograma físico-financeiro, o prazo de execução ficará automaticamente suspenso da data do encerramento do prazo a aditar até a assinatura do Termo Aditivo, devendo ser documentada a suspensão no cronograma físico-financeiro constante nos autos do processo administrativo;

**13.6.2.** A mera solicitação de aditivo contratual não suspende o prazo de vigência;

**13.6.3.** No caso do subitem 13.6.1, caso seja indeferido o pedido de aditamento do contrato, o prazo não se considerará suspenso;

**13.6.4.** No caso de prorrogação do prazo de execução, deverá ser elaborado novo cronograma físico-financeiro pelo CONTRATADO, com as alterações necessárias, incluindo-se as parcelas faturadas e a faturar, condicionado à análise e aprovação do CONTRATANTE.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA.**

**14.1.** O CONTRATADO deverá apresentar ao CONTRATANTE as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's, ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT's, dos responsáveis técnicos pela execução da obra ou serviço contratados antes do início do prazo de execução;

**14.2.** A substituição do responsável técnico somente poderá ocorrer mediante prévia autorização por escrito do CONTRATANTE, devendo o novo responsável técnico atender às exigências editalícias.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SEGURANÇA DO TRABALHO**

**15.1.** Deverão ser observadas pelo CONTRATADO todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados, ao patrimônio do Estado e aos materiais envolvidos na obra, de acordo com as Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho;

**15.2.** O CONTRATANTE poderá, a seu critério, determinar a paralisação da obra quando julgar que as condições mínimas de segurança e higiene do trabalho não estão sendo observadas pelo CONTRATADO. Este procedimento não servirá como justificativa para eventuais atrasos.



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXECUÇÃO**

**16.1** O CONTRATADO deverá atender rigorosamente ao disposto no contrato e será responsável pela segurança, eficiência e adequação dos métodos, mão de obra, materiais e equipamentos utilizados na execução das obras ou serviços, bem como deverá atender às normas técnicas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

**16.2** O CONTRATADO deverá, às suas expensas, reparar, corrigir, reconstruir, substituir, demolir ou refazer quaisquer partes da obra ou serviços que, a juízo da fiscalização, não tenham sido executadas de acordo com o estipulado no contrato.

**16.3** O CONTRATADO se obriga a:

**16.3.1.** Assegurar, durante a execução da obra ou serviços, proteção e conservação dos serviços executados, de forma que seja mantida sua integridade;

**16.3.2.** Executar imediatamente os reparos que se fizerem necessários nos serviços de sua responsabilidade, independentemente das penalidades cabíveis;

**16.3.3.** Permitir e facilitar à fiscalização a inspeção do local da obra a qualquer dia ou hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados por esta, pertencam seus fiscalizadores ao CONTRATANTE ou a terceiros por estes credenciados;

**16.3.4.** Notificar a fiscalização, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, no mínimo, da concretagem de fundações ou de elementos armados de estrutura, e do início dos testes de operação das instalações elétricas, mecânicas e hidráulicas;

**16.3.5.** Providenciar a legalização das obras ou serviços junto aos órgãos competentes, por sua conta e responsabilidade, quando necessário;

**16.3.6.** Colocar, às suas expensas, em local do canteiro de obras, e que propicie fácil visualização, placas indicativas, conforme modelos fornecidos pelo CONTRATANTE, com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e cumprimento da legislação;

**16.3.7.** Proceder, às suas expensas, quando couber, o “as built” (como construído), isto é, as anotações e registros nos projetos originais das alterações havidas na execução da obra, conforme NBR 14645-3, para fins de ordenação do cadastro técnico do CONTRATANTE;

**16.3.8.** Zelar pela integridade dos bens vinculados às atividades de obra e/ou prestação de serviços.

**16.3.9.** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz

**16.4.** O CONTRATADO é responsável pelos danos causados decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

**16.4.1.** O CONTRATADO responderá durante 5 (cinco) anos pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, nos termos do artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

**16.5.** O CONTRATADO é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do contrato.

**16.5.1.** A inadimplência do CONTRATADO quanto a esses encargos não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto ajustado ou restringir a regularização e uso das edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

**16.5.2.** Correrá por conta exclusiva do CONTRATADO a responsabilidade por quaisquer acidentes decorrentes da execução das obras e serviços, uso indevido de patentes registradas e, ainda que resultante de caso fortuito e por qualquer outra causa, a destruição ou danificação da obra em construção até a definitiva aceitação da mesma pelo CONTRATANTE, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, ainda que ocorridos na via pública.

**16.5.3.** Para garantir os riscos contra sinistros, o CONTRATADO segurará a obra nova e as ampliações, majorando, progressivamente, o valor desse seguro, antes de cada prestação e entregará a apólice inicial e as adicionais ao CONTRATANTE, a qual ficará investida de poderes “*in ren propriem*”, para receber da companhia seguradora a indenização em caso de sinistro, reembolsando-se das prestações já entregues à CONTRATADA e restituindo-lhe o remanescente, se houver.

**16.5.4.** O seguro será contratado pelo valor de reposição das obras, aí considerados quaisquer valores

124

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para contratação de serviços de engenharia – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: Fevereiro/2025

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

que o CONTRATANTE já houver pago à CONTRATADA, a qualquer título, não só as parcelas contratuais, mas também eventuais reajustamentos e serviços extraordinários.

**16.6.** O CONTRATADO não poderá subcontratar parte ou o todo da obra ou dos serviços.

**16.7.** O CONTRATADO fica obrigada a utilizar produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica ou nativa que tenham procedência legal;

**16.7.1.** Em cada medição, como condição para recebimento das obras ou serviços de engenharia e arquitetura executados, deverão ser atendidas, pelo CONTRATADO, as exigências constantes do Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005, que “estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Estado do Paraná e dá providências correlatas”;

**16.7.2.** O descumprimento, pelo CONTRATADO, dos requisitos impostos no item 16.7 e subitem 16.7.1 deste Contrato, poderá implicar extinção do contrato, com amparo no art. 137, I da Lei Federal 14.133, de 2021, arts. 180 e 129, I do decreto Estadual n.º 10.086, de 2021, c/c a aplicação das penalidades previstas nos mesmos Diplomas Legais e neste Contrato.

**16.8.** O CONTRATADO deverá apresentar Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil para execução de atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, conforme a Lei n.º 12.305, de 02 de agosto de 2010, e a Resolução do CONAMA n.º 307/2002, e a legislação do município em que se localiza a atividade ou empreendimento.

**16.8.1.** Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil para execução de atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental serão elaborados e implementados pelas empresas contratadas para a execução da obra, como Projeto Executivo, enquanto que os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil para empreendimentos e atividades não enquadrados na legislação como objeto de licenciamento ambiental, deverão ser apresentados juntamente do projeto do empreendimento, como Projeto Complementar, para análise pelo órgão competente do poder público municipal, em conformidade com o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, referente a município onde está localizado o empreendimento contratado.

**16.8.2.** Os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil deverão contemplar as seguintes etapas:

- a) caracterização: nesta etapa o gerador deverá identificar e quantificar os resíduos;
- b) triagem: deverá ser realizada, preferencialmente, pelo gerador na origem, ou ser realizada nas áreas de destinação licenciadas para essa finalidade, respeitadas as classes de resíduos estabelecidas no art. 3º da Resolução n.º 307/2002 do CONAMA;
- c) acondicionamento: o gerador deve garantir o confinamento dos resíduos após a geração até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos em que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem;
- d) transporte: deverá ser realizado em conformidade com as etapas anteriores e de acordo com as normas técnicas vigentes para o transporte de resíduos;
- e) destinação: deverá ser prevista de acordo com o estabelecido no item 16.8.1 acima.

**16.8.3.** Os resíduos da construção civil deverão ser destinados na forma descrita no art. 10 da Resolução n.º 307/2002 do CONAMA.

**16.9.** O CONTRATADO se obriga a manter na obra ou serviços de engenharia e arquitetura, quando couber, sob os cuidados de seu preposto, o diário de obras para anotações e registros pertinentes.

**16.9.1.** É da competência do CONTRATADO registrar no Diário de Obras todas as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução, devendo a FISCALIZAÇÃO, nesse mesmo Diário, confirmar ou retificar o registro;

**16.9.2.** A abertura do Diário de Obras deverá ser feita junto com a Fiscalização no dia da reunião de partida. Será tolerado um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, em casos excepcionais, para o preenchimento do Diário de Obras durante a execução do objeto, e a partir desse prazo poderão ser aplicadas as sanções previstas no Edital.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES**

**17.1.** Este Contrato poderá ser alterado pelo CONTRATANTE, precedidos das devidas justificativas, nos seguintes casos:

**I** – unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei;

**II** – por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

**17.1.1.** Nas alterações de que trata esta cláusula deverá ser observado o disposto nos artigos 124 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**17.1.2.** Em situações especiais e devidamente justificadas, serão admitidas, por acordo entre as partes, alterações que superem os limites legais previstos no art. 125 da Lei Federal n.º 14.133/2021, desde que observadas as seguintes situações:

- a) não acarrete para o CONTRATANTE encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual extinção contratual por razões de interesse público, acrescidos aos custos da elaboração de um novo procedimento licitatório;
- b) não inviabilize a execução contratual, à vista do nível de capacidade técnica e econômico-financeira do CONTRATADO;
- c) decorra de fatos supervenientes que impliquem dificuldades não previstas ou imprevisíveis por ocasião da contratação inicial;
- d) não ocasione a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos;
- e) seja necessária à completa execução do objeto original do contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes;
- f) demonstre, na motivação do ato que autorizar o aditamento contratual na hipótese deste parágrafo, que as consequências da rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação, importam em sacrifício insuportável ou gravíssimo ao interesse coletivo a ser atendido pela obra ou serviço, inclusive à sua urgência e emergência.

**17.1.3.** O valor do contrato pode ser alterado quando:

- a) a alteração for consequência dos casos dos incisos “a” a “d” do subitem 17.1.2.
- b) visar a restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do CONTRATADO e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;
- c) ocorrer a criação, extinção ou alteração de quaisquer tributos ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

repercussão nos preços contratados, que deverão ser revistos para mais ou para menos, conforme o caso.

**17.1.4.** Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

**17.2.** A garantia pode ser alterada quando conveniente a substituição a pedido do CONTRATADO e aceita pelo CONTRATANTE.

**17.3.** A forma de pagamento poderá ser alterada por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

**17.4.** No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes devem ser ressarcidos pelo CONTRATANTE pelos custos de aquisição regularmente comprovados.

**17.5.** Havendo alteração do contrato que aumente ou diminua os encargos do CONTRATADO, deve ser reestabelecida a equação econômico-financeira por meio de aditamento contratual nos casos autorizados pela Lei n.º 14.133/2021.

**17.5.1.** Caso os serviços a serem acrescidos ou suprimidos constem na planilha de serviços da obra contratada, prevalecerão os valores propostos pelo CONTRATADO, em cada item;

**17.5.2.** Caso os serviços a serem acrescidos não constem na planilha de serviços da obra contratada, mas constem na tabela referencial de custos utilizada para a elaboração do orçamento, os valores dessa tabela prevalecerão, incluído o BDI referencial e levando em conta o desconto ofertado na proposta global;

**17.5.3.** Caso os serviços a serem acrescidos não constem nem na planilha de serviços da obra contratada, nem na tabela referencial de custos utilizada para a elaboração do orçamento, os preços serão fixados, por meio de pesquisa de preços no mercado, com no mínimo três cotações, e os preços dos serviços a serem contratados serão a média dos preços pesquisados, multiplicados pelo desconto global ou linear oferecido na proposta do contratado.

**17.6.** A revisão do preço original do contrato, quando imposta em decorrência das disposições deste Contrato, dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico e da aprovação da autoridade competente;

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO E PENALIDADES.**

**18.1.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.

**18.2.** Constituem motivo para extinção do contrato:

**18.2.1.** O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

**18.2.2.** O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

**18.2.3.** A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão da obra e/ou do serviço nos prazos estipulados;

**18.2.4.** O atraso injustificado no início da obra e/ou serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

**18.2.5.** A paralisação da obra e/ou do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

**18.2.6.** A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse, exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

**18.2.7.** O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

**18.2.8.** O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Vistoria;

**18.2.9.** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

**18.2.10.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do

127

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para contratação de serviços de engenharia – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: Fevereiro/2025



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;

**18.2.11.** A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

**18.2.12.** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**18.2.13.** A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;

**18.2.14.** Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo CONTRATANTE;

**18.2.15.** A supressão, por parte do CONTRATANTE, de obras ou serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;

**18.2.16.** A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

**18.2.17.** O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

**18.2.18.** A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

**18.2.19.** O atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

**18.2.20.** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.

**18.2.21.** O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

**18.2.22.** A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

**18.2.23.** O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.

**18.3.** Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos de processo administrativo autônomo, por meio do qual ficará assegurado o contraditório e ampla defesa.

**18.4.** A extinção do contrato poderá ser:

**18.4.1.** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

**18.4.2.** consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração;

**18.5.** A extinção administrativa ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**18.6.** Quando a extinção ocorrer com base nos subitens 18.2.14 à 18.2.23, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito.

**18.6.1.** Devolução da garantia;

**18.6.2.** Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da extinção;

**18.6.3.** Pagamento do custo da desmobilização, quando couber;

**18.6.4.** Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será

128

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná

Minuta Padronizada para contratação de serviços de engenharia – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.

Atualização: Fevereiro/2025

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

prorrogado automaticamente por igual tempo.

**18.7.** A rescisão unilateral acarretará as seguintes consequências, sem prejuízos das sanções previstas neste instrumento:

**18.7.1.** Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do CONTRATANTE,

**18.7.2.** Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente, mediante avaliação, nos casos de serviços essenciais conforme previsto na Lei;

**18.7.3.** Perda ou execução da garantia contratual, para ressarcimento do Estado e dos valores das multas e indenizações a ele devidos;

**18.7.4.** Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados.

**18.8.** Na hipótese de ocupação provisória, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da autoridade competente do CONTRATANTE.

**18.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o à penalidade definida no item 18.15, além das demais penalidades previstas neste Contrato.

**18.10.** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o CONTRATADO à multa de mora, na forma prevista neste Contrato, sem prejuízo do previsto no subitem 18.2.3.

**18.10.1.** A multa moratória não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras penalidades previstas neste Contrato.

**18.10.2.** A multa será descontada dos pagamentos ou da garantia do respectivo contrato, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**18.11.** Pela inexecução total ou parcial, bem como pelo atraso injustificado na execução do contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar as seguintes sanções:

**18.12.** Advertência por escrito, em caso de descumprimento de quaisquer obrigações previstas no edital e seus anexos e neste contrato que não configurem hipóteses de aplicação de sanções mais graves;

**18.13.** Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 30% (trinta por cento). Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória;

**18.14.** Multa de 10% (dez por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**18.15.** Multa de 30% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total do objeto;

**18.16.** Multa de 0,5% a 5,0% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo;

**18.17.** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA   |
|------|---|
| 1    | 0,5% ao dia sobre o valor da respectiva etapa do cronograma físico-financeiro do contrato |
| 2    | 1,0% ao dia sobre o valor da respectiva etapa do cronograma físico-financeiro do contrato |
| 3    | 1,5% ao dia sobre o valor da respectiva etapa do cronograma físico-financeiro do contrato |
| 4    | 2,5% ao dia sobre o valor da respectiva etapa do cronograma físico-financeiro do contrato |
| 5    | 5,0% ao dia sobre o valor da respectiva etapa do cronograma físico-financeiro do contrato |

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**Tabela 2**  
**INFRAÇÃO**

| ITEM                                      | DESCRIÇÃO  | GRAU |
|---|--|------|
| 1   | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;  | 05   |
| 2   | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;   | 04   |
| 3   | Manter trabalhador sem qualificação exigida para executar os serviços contratados, ou deixar de substituir trabalhador quando exigido pela fiscalização, por trabalhador;              | 03   |
| 4   | Recusar-se a executar ou corrigir serviço determinado pela fiscalização, por serviço;  | 02   |
| 5   | Permitir a execução de serviços sem a utilização de EPIs/EPCs, por trabalhador;  | 01   |
| <b>Para os itens a seguir, deixar de:</b> |  |      |
| 6   | Registrar no Diário de Obras todas as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução.  | 01   |
| 7   | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;   | 02   |
| 8   | Substituir trabalhador que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por trabalhador e por dia;   | 01   |
| 9   | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03   |
| 10  | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;   | 01   |
| 11  | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações do CONTRATADO   | 01   |
| 12  | Zelar pelas instalações da Administração ou de terceiros.  | 03   |

**18.18.** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

**18.19.** Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

**18.20.** Impedimento de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Paraná, por prazo não superior a 3 (três) anos, nos casos e na forma previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 10.086/2022;

**18.21.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Estado, nos casos e na forma previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 10.086/2022;

**18.22.** As sanções de advertência; impedimento de licitar e contratar; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a pena de multa.

**18.23.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**18.24.** Após encerramento do processo administrativo, a importância devida correspondente à aplicação de multa deverá ser recolhida junto ao CONTRATANTE em até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação do CONTRATADO.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO RECEBIMENTO**

**19.1.** Executado o contrato o seu objeto será recebido

**19.1.2.** Provisoriamente, quando da conclusão da obra ou serviço, pelo fiscal do contrato ou por comissão de no mínimo 3 (três) membros designados pela autoridade administrativa competente, neste caso com a participação do responsável pela fiscalização da obra ou serviço de engenharia, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do CONTRATADO, com duração máxima de 90 (noventa) dias.

**19.1.3.** Definitivamente, por comissão designada pela autoridade competente, sem a participação do fiscal do contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes e pelo usuário, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

**19.2.** Os responsáveis pelo recebimento deverão lavrar termo de notificação anterior ao termo de recebimento provisório ou definitivo sempre que as obras ou serviços não apresentarem condições de aceitação. O termo de notificação deverá caracterizar os vícios, defeitos e incorreções constatados e determinar prazo para saneamento.

**19.2.1.** O CONTRATADO é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**19.2.2.** Decorrido o prazo fixado, os responsáveis procederão nova verificação objetivando o recebimento, que somente será lavrado quando as obras ou serviços apresentarem perfeitas condições.

**19.3.** Nas obras ou serviços será lavrado termo de recebimento provisório, e, decorridos 90 (noventa) dias do recebimento provisório, será lavrado termo de recebimento definitivo.

**19.4.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO pela solidez e segurança da obra, assim pelos materiais, como não a exime da responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**19.5.** Os termos de recebimento definidos neste capítulo constituem atos administrativos anuláveis nas hipóteses de erro ou ignorância, dolo, coação, simulação, fraude, incapacidade dos agentes públicos, impossibilidade jurídica ou ilicitude.

**20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS.**

**20.1** Dos atos do CONTRATANTE decorrentes da aplicação deste Contrato cabem recursos administrativos nas formas previstas em lei.

**21. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO**

**21.1.** Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias originadas das obrigações reciprocamente assumidas neste contrato.

E, por assim haverem justo e contratado, é o presente assinado pelos representantes legais das partes contratantes.

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

CONTRATANTE

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

CONTRATADA



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo n.º 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico n.º 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO II**  
**MINUTA DA ORDEM DE SERVIÇO**

|                   |   |
|-------------------|---|
| PROTOCOLO:        | _____   |
| EDITAL:           | Pregão Eletrônico n.º _____ / _____ GMS   |
| OBJETO:           | _____   |
| PRAZO EXECUÇÃO:   | _____ ( _____ ) dias  |
| CONTRATO:         | _____ /20__   |
| EMPRESA:          | _____, localizada à Rua _____,<br>no Município de _____, Estado do _____, CEP _____,<br>Fone (____) _____, E-mail _____,<br>CNPJ n.º _____.             |
| VALOR CONTRATUAL: | R\$ _____<br>( _____ ), sendo _____ %<br>( _____ por cento) referente a materiais e _____ % ( _____<br>por cento) referente a mão de obra.              |
| RECURSO:          | Empenho n.º _____, Dotação Orçamentária _____,<br>Projeto Atividade _____, Natureza da Despesa _____,<br>Fonte _____ – _____, datado de ____/____/20__. |
| FISCAL:           | Eng./Arqt. _____ CREA/CAU PR N.º _____.   |

Pela presente Ordem de Serviço, o prazo de execução do ajuste, de acordo com a Cláusula Terceira do Contrato, deverá ser contado a partir de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_, ficando a empresa autorizada ao início dos trabalhos.

|   |
|---|
| _____   |
| Autoridade Competente do órgão/entidade Licitante |

**ACEITE DA ORDEM DE SERVIÇO**  
**Curitiba, em ddd do mmmm de 202X**

|                                   |
|-----------------------------------|
| Nome: _____                       |
| CPF: _____                        |
| Representante Legal da Contratada |

|                                       |
|---------------------------------------|
| Eng./Arqt. _____ – CREA/CAU N.º _____ |
| Responsável Técnico da Contratada     |

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO III**  
**MODELO DA CARTA PROPOSTA DE PREÇOS**

À

Nome do órgão/entidade licitante

Referência: Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_ GMS

Objeto:

A Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, estado do \_\_\_\_\_, sito \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ – \_\_\_\_\_, Telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, E-mail \_\_\_\_\_, propõe à(ao) (Nome do órgão/entidade licitante) a execução do objeto da Licitação suprarreferenciada, tudo em conformidade com o edital, o contrato e os anexos da licitação em referência.

- 1) O preço proposto é de R\$ \_\_\_\_\_, sendo \_\_\_\_% (\_\_\_\_\_ por cento) referente aos materiais e \_\_\_\_% (\_\_\_\_\_ por cento) referente à mão de obra.
- 2) O prazo de validade da Proposta será de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de abertura da Licitação.

Se vencedor da licitação, assinará o contrato administrativo, na qualidade de representante legal, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF \_\_\_\_\_ e será responsável técnico pelos serviços o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, Título \_\_\_\_\_, CREA/n.º \_\_\_\_\_ e/ou CAU/n.º \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_.

Representante Legal da Empresa

Nome:

CPF:

Assinatura:

Obs. Caso haja divergência entre o valor numérico e o valor por extenso da proposta, prevalecerá o valor por extenso.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO IV**  
**MODELO DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

À  
(Nome do órgão/entidade licitante)  
Referência: Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_GMS  
Objeto:

A Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF \_\_\_\_\_, DECLARA, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no Parágrafo 4º do Artigo 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 e suas alterações, e tendo interesse dos benefícios nela contidos para efeitos de licitação, quando e no que couber.

Declara ainda que, não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2022.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_.

|  |  |
|--|--|
| Representante Legal da Empresa<br>Nome:<br>CPF:<br>Assinatura: |  |
|--|--|

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO V**  
**MODELO DA DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

À

(Nome do órgão/entidade licitante)

Referência: Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_ GMS

**Objeto: Prestação de serviço de escoramento e manutenção da fachada e das estruturas dos imóveis de propriedade do Estado do Paraná denominados de Ruínas da Rua Barão do Rio Branco em Curitiba.**

O abaixo-assinado, na qualidade de responsável legal pela empresa \_\_\_\_\_ vem, pela presente, indicar a V.Sas. o(s) profissional(is) Responsável(is) Técnico(s), de acordo com a Lei Federal n.º 5.194/1966 e com as Resoluções n.º 218/73 e n.º 317/83 do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, com a Lei Federal n.º 12.378/2010 e com o § 9.º do art. 67 da Lei Federal n.º 14.133/2021, caso venhamos a vencer a referida licitação.

Profissional(is) Responsável(is) Técnico(s) pelos serviços contratados: (\*)

|   |  |                         |
|---|--|-------------------------|
| 1 | Nome: _____                                      |                         |
|   | Título: _____                                    | CREA e/ou CAU n.º _____ |
|   | Atribuição: Responsável pelo(a) _____ (**) _____ |                         |
|   | Assinatura: _____                                |                         |

|   |  |                         |
|---|--|-------------------------|
| 2 | Nome: _____                                      |                         |
|   | Título: _____                                    | CREA e/ou CAU n.º _____ |
|   | Atribuição: Responsável pelo(a) _____ (**) _____ |                         |
|   | Assinatura: _____                                |                         |

Obs.: Repetir com os dados solicitados acima até completar a equipe técnica proposta

Os referidos responsáveis registrarão as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs no CREA e/ou os Registros de Responsabilidade Técnica – RRTs no CAU, conforme preceitua o artigo 1º da Lei Federal n.º 6.496/1977 e o artigo 20 da Lei Federal n.º 5.194/1966, antes do início da obra, ficando sujeito a aplicação de penalidades previstas na legislação vigente e no Edital da presente licitação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_.

|                                |   |
|--------------------------------|---|
| Representante Legal da Empresa | Responsável(is) Técnico(s) (quando couber): |
| Nome: _____                    | Nome: _____                                 |
| CPF: _____                     | CREA e/ou CAU N.º _____                     |
| Assinatura: _____              | Assinatura: _____                           |

135



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

|      |  |
|------|--|
| (*)  | Indicar todos os responsáveis técnicos (engenheiros, arquitetos, etc.) que compõem a equipe técnica proposta.          |
| (**) | Indicar qual é o tipo do serviço sob a responsabilidade do profissional indicado e conforme a equipe técnica proposta. |

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO VI**

**MODELO DA DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIAS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS**

À

(Nome do órgão/entidade licitante)

Referência: Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_ / \_\_\_\_ GMS

Objeto: Prestação de serviço de **escoramento e manutenção da fachada e das estruturas dos imóveis de propriedade do Estado do Paraná denominados de Ruínas da Rua Barão do Rio Branco em Curitiba.**

O Signatário da presente, \_\_\_\_\_ Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, representante legal, em nome da Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF \_\_\_\_\_, declara:

- 1) Concordar, na íntegra, com os termos da Licitação e com todos documentos dela componentes;
- 2) Que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo Órgão Licitante quanto à sua habilitação;
- 3) Que não existe, no presente momento, pedido de falência em nome desta empresa e que a mesma se submete à automática inabilitação, caso tal venha a ocorrer durante o processo de Licitação;
- 4) Sob as penalidades cabíveis, a não superveniência de fato impeditivo da habilitação;
- 5) Que a empresa é idônea e atende a todos os pré-requisitos da Licitação e demais exigências contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021;
- 6) Que não se enquadra nas hipóteses previstas no § 1.º do art. 9.º e no art. 14 ambos da Lei Federal n.º 14.133/2021, atendendo às condições de participação da Licitação e legislação vigente;
- 7) Que assume total responsabilidade pelas informações prestadas e, em qualquer tempo, exime o ora contratante de quaisquer ônus civil e penal que lhe possa acarretar;
- 8) Que fará prova de todas as informações ora declaradas, quando necessário ou solicitado e que se compromete a apresentar a documentação original, quando a mesma for solicitada pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no prazo que o mesmo estipular;
- 9) Que se compromete a apresentar, quando da assinatura do contrato, a certidão de registro com visto do CREA PR e/ou do CAU PR, se não for registrada no Paraná e se for vencedora da presente licitação e que, após 180 (cento e oitenta) dias do início do contrato, efetuará o seu registro no referido Conselho;
- 10) Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 11) Que para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e inciso XXXIII, artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. (Caso empregue menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, deverá fazer a ressalva).

137

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

- 12) Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.
- 13) Que para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021 a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_.

|                                |  |
|--------------------------------|--|
| Representante Legal da Empresa |  |
| Nome:                          |  |
| CPF:                           |  |
| Assinatura:                    |  |

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO VII**  
**MODELO DO TERMO DE CIÊNCIA DAS CONDIÇÕES LOCAIS (vistoria)**

À

(Nome do órgão/entidade licitante)

Referência: Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_ GMS

Objeto: Prestação de serviço de **escoramento e manutenção da fachada e das estruturas dos imóveis de propriedade do Estado do Paraná denominados de Ruínas da Rua Barão do Rio Branco em Curitiba.**

A Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, estado do \_\_\_\_\_, sito à Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ – \_\_\_\_\_, Telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, E-mail \_\_\_\_\_, declara o abaixo:

Declara, para fins de participação nessa licitação, pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20\_\_.

|   |  |
|---|--|
| Responsável Técnico do Licitante pela visita<br>Nome:<br>CREA e/ou CAU N.º<br>Assinatura: |  |
|---|--|



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO VIII**

**MODELO DA DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE MADEIRA E DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL**

À

(Nome do órgão/entidade licitante)

Referência: Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_ / \_\_\_\_ GMS

Objeto: Prestação de serviço de **escoramento e manutenção da fachada e das estruturas dos imóveis de propriedade do Estado do Paraná denominados de Ruínas da Rua Barão do Rio Branco em Curitiba.**

Eu, \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, legalmente nomeado Representante Legal da Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, para o fim de qualificação técnica no procedimento licitatório suprarreferido, declaro, sob as penas da lei, que para a execução da(s) obra(s) e serviço(s) de engenharia objeto da referida licitação a empresa cumprirá as exigências legais ambientais, e em especial:

- 1) Somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, e em conformidade com o Decreto Estadual n.º 4.889, de 31 de maio de 2005, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto 10.086, de 2022, sem prejuízo das implicações de ordem criminal previstas em Lei.
- 2) No que diz respeito ao Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, a obra será realizada de acordo com a Resolução do CONAMA n.º 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, e com a legislação pertinente do município onde a mesma será construída.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 201\_.

|                                 |    |                                   |
|---------------------------------|----|-----------------------------------|
| Representante Legal da Empresa: | OU | Responsável técnico do licitante: |
| Nome:                           |    | Nome:                             |
| CPF:                            |    | CPF:                              |
| Assinatura:                     |    | Assinatura:                       |

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO IX**  
**PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS SOBRE CUSTOS DA MÃO DE OBRA HORISTA**  
**(COM DESONERAÇÃO)**

| CÓDIGO  | DESCRIÇÃO  | HORISTA (%) |
|---------|--|-------------|
| GRUPO A |  |             |
| A1      | INSS   |             |
| A2      | SESI   |             |
| A3      | SENAI  |             |
| A4      | INCRA  |             |
| A5      | SEBRAE   |             |
| A6      | Salário Educação   |             |
| A7      | Seguro Contra Acidentes de Trabalho                        |             |
| A8      | FGTS   |             |
| A9      | SECONCI  |             |
| A       | Total dos Encargos Sociais Básicos                         |             |
| GRUPO B |  |             |
| B1      | Repouso Semanal Remunerado                                 |             |
| B2      | Feriados   |             |
| B3      | Auxílio-Enfermidade  |             |
| B4      | 13º Salário  |             |
| B5      | Licença Paternidade  |             |
| B6      | Faltas Justificadas  |             |
| B7      | Dias de Chuva  |             |
| B8      | Auxílio Acidente de Trabalho                               |             |
| B9      | Férias Gozadas   |             |
| B10     | Salário Maternidade  |             |
| B       | Total dos Encargos Sociais que recebem incidência de A     |             |
| GRUPO C |  |             |
| C1      | Aviso Prévio Indenizado                                    |             |
| C2      | Aviso Prévio Trabalhado                                    |             |
| C3      | Férias Indenizadas   |             |
| C4      | Depósito Rescisão Sem Justa Causa                          |             |
| C5      | Indenização Adicional                                      |             |
| C       | Total dos Encargos Sociais que não recebem incidência de A |             |

141

Procuradoria-Geral do Estado do Paraná  
Minuta Padronizada para contratação de serviços de engenharia – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.  
Atualização: Fevereiro/2025

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

| GRUPO D         |  |  |
|-----------------|--|--|
| D1              | Reincidência do Grupo A sobre o Grupo B  |  |
| D2              | Reincidência do Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado |  |
| D               | Total de Reincidências de um grupo sobre o outro   |  |
|                 |  |  |
| TOTAL (A+B+C+D) |  |  |
|                 |  |  |

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO X**  
**MODELO DA PLANILHA PARA CÁLCULO DO BDI**

À

(Nome do órgão/entidade licitante)

Referência: Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_ GMS

Objeto:

| CUSTO TOTAL DO SERVIÇO (R\$): |  |             |          |
|-------------------------------|--|-------------|----------|
| ITEM                          | DISCRIMINAÇÃO                          | VALOR (R\$) | TAXA (%) |
| 1                             | AC – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL             | R\$         |          |
| 2                             | SG – SEGUROS + GARANTIA                | R\$         |          |
| 3                             | R – RISCOS                             | R\$         |          |
| 4                             | DF – DESPESAS FINANCEIRAS              | R\$         |          |
| 5                             | L – LUCRO BRUTO                        | R\$         |          |
| 6                             | I – IMPOSTOS                           | R\$         | 0,00%    |
| 6.1                           | PIS                                    |             |          |
| 6.2                           | COFINS                                 |             |          |
| 6.3                           | ISS (CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL)    |             |          |
| 6.4                           | CONTRIB. PREV. SOBRE REC. BRUTA – CPRB |             |          |
| TOTAL DO BDI (R\$)            |  | R\$         |          |
| PREÇO DE VENDA (R\$)          |  | R\$         |          |
| BDI (%)                       |  |             | 0,00%    |

**Equação**

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-I)} - 1 \quad \boxed{\phantom{000}} \times 100$$

Onde:

AC: taxa de administração central;  
S: taxa de seguros;  
G: taxa de garantias;  
R: taxa de riscos;  
DF: taxa de despesas financeiras;  
L: taxa de lucro/remuneração;  
I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS, CPRB).



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO XI**  
**PLANILHA(S) DO BDI REFERENCIAL**

(Arquivo anexado no site GMS/ComprasParana ([www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br)) e no link  
<https://www.transparencia.pr.gov.br>  
Selecionando o ícone “Compras / Licitações”

**ANEXO XII**  
**PLANILHA(S) ORÇAMENTÁRIA(S) DE REFERÊNCIA**

(Arquivo anexado no site GMS/ComprasParana ([www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br)) e no link  
<https://www.transparencia.pr.gov.br>  
Selecionando o ícone “Compras / Licitações”

**ANEXO XIII**  
**ELEMENTO(S) TÉCNICO(S) INSTRUTOR(ES)**

(Arquivo anexado no site GMS/ComprasParana ([www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br)) e no link  
<https://www.transparencia.pr.gov.br>  
Selecionando o ícone “Compras / Licitações”

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO XIV**  
**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 01 dia útil, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

**1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL** de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), e os documentos dos itens 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7.

Os licitantes que não estiverem com os documentos válidos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), deverão apresentar todos os documentos relacionados a seguir:

**1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:** Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

**1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);
- Certidões de regularidade com a Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e
- Certidões de regularidade com a Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;
- Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

Para a qualificação Econômico-financeira a Licitante arrematante deverá entregar:

**1.4.1** Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor Judicial da sede do Licitante.

**1.4.2** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

- a) Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:
- a.1) Publicados em Diário Oficial ou
  - a.2) Publicados em Jornal ou
  - a.3) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da Sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e

145

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

Encerramento.

- a.4) Quando a data da abertura do certame for superior ao dia 30 de abril do presente ano, somente será aceito o balanço do ano anterior.
- b) O Balanço Patrimonial da Sociedade Anônima ou por Ações deverá ser o publicado em Diário Oficial, sendo que as de capital aberto deverão, ainda, vir acompanhadas de Parecer de Auditor(es) Independente(s). O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no “Livro Diário” contendo identificação completa da empresa, de seu titular, e de seu responsável técnico contábil, acompanhado de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento. Os Termos deverão estar registradas na Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos.
- c) Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, por ser recém-constituída, apresentação de cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do Licitante.

**1.4.2.1** os documentos exigidos no item 1.4.2 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**1.4.2.1.1** as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**1.4.3** a comprovação da situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Corrente (ILC), Liquidez Geral (ILG) e Solvência Geral (SG), bem como pela Disponibilidade Financeira Operacional, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Corrente (ILC):

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (ILG):

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}}$$

Índice de Solvência Geral (ISG):

$$ISG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

**1.4.3.1** As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

**1.4.3.2.** As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a **0,8** (zero vírgula oito) no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a **0,8** (zero vírgula oito) no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual **0,8** (zero vírgula oito) no índice de Liquidez Corrente (LC).

**1.4.4** Comprovação de possuir **Patrimônio Líquido igual ou superior a R\$ 30.354,68** (trinta mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e oito centavos), mediante apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social – cópia extraída do Livro Diário e registrado na Junta Comercial ou publicação em Diário Oficial, ou Certidão de Cartório de Títulos ou Documentos. Uma vez que estes documentos já foram apresentados (item 1.4.2), não é necessária

146

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

nova inclusão.

Para as empresas cadastradas no Programa REFIS deverá ser obedecido o artigo 14 da Lei Federal nº 9.964 de 10/04/2000.

**1.4.5** As empresas, cadastradas ou não no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de **10%** do valor estimado da contratação ou item pertinente.

**1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**1.5.1 CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL**

A documentação relativa à Capacidade Técnica Operacional consistirá em:

- a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com a regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.
  - a.1) Em se tratando de empresa de engenharia não registrada no CREA do Estado do Paraná, deverá apresentar o registro do CREA do Estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA do Paraná antes da assinatura do contrato.
- b) Apresentação de profissional da área de Arquitetura, com registro ativo no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico com Atestado (CAT-A), referente à execução de obra ou serviço com características similares ao objeto da contratação.
- c) Declaração formal assinada pelo responsável técnico da licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme Anexo VII.
  - c.1) **A Declaração é um documento indispensável a ser entregue, sendo que a sua ausência inabilitará o Licitante.**
- d) A vistoria técnica terá por finalidade:
  - d.1) Conhecimento das condições locais onde será prestado o serviço, para efetuar as medições e conferências que se fizerem necessárias para a correta elaboração de sua proposta, bem como para solicitação de outros esclarecimentos que julgarem necessários.
  - d.2) Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento das condições locais pertinentes à execução do objeto não serão argumentos válidos para reclamações futuras, nem desobrigam a execução do serviço. Todas as ocorrências pertinentes ao escopo dos serviços, a partir da assinatura do contrato, serão de responsabilidade do contratado.

**1.6 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP**, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente com os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações, **além de Declaração escrita (Anexo IV)**, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução nº 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único do Decreto Estadual nº 10.086/2022).

**1.6.1** De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**1.6.1.1** A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

147



**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**1.7** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**1.8** Na hipótese do item 1.6.1, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**1.9** Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

**1.10** Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

**Diretoria de Operacionalização para Contratações – DOCS**  
**Departamento de Logística para Contratações Públicas – DECON**  
**Divisão de Licitação – DL**

Protocolo nº 23.590.574-4 – Pregão Eletrônico nº 1075/2025 – EDITAL

**ANEXO XV**

**DECLARAÇÃO LGPD.**

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**

Documento: **EDITAL\_PREG\_e\_1076\_2025refer.10752025.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Jhonatan Fioravante (XXX.153.989-XX)** em 06/05/2026 11:47 Local: SEAP/DECON/DL.

Inserido ao protocolo **23.590.574-4** por: **Marlene Guimaraes de Sousa** em: 05/05/2026 18:06.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código: